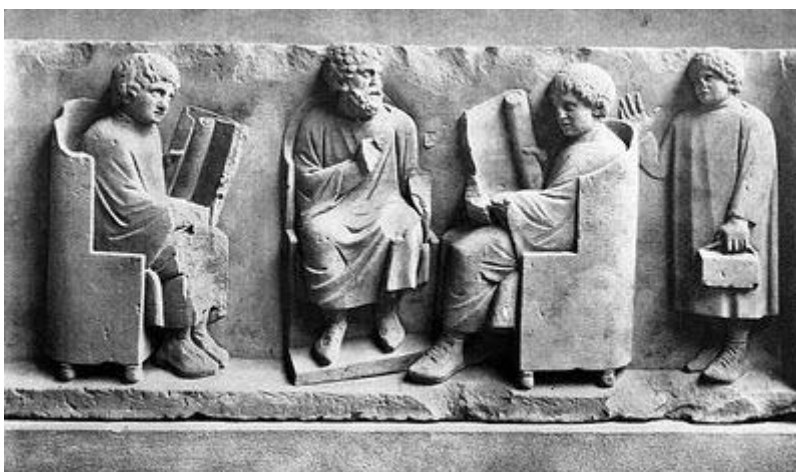


Nelson Veríssimo (org.)

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

TEXTOS DE APOIO



Universidade da Madeira
Funchal
2017

Nelson Veríssimo, 1955-, org.
História da Educação: textos de apoio
Funchal: Universidade da Madeira, 2017
ISBN 978-989-8805-18-8
2.ª edição revista e ampliada

Capa:

Escola Romana. Aula de leitura (Das Schulrelief aus Neumagen). Relevo com cena escolar, dos finais do séc. II A. D., proveniente de um monumento funerário romano situado em Neumagen. Rheinisches Landesmuseum Trier (Museu Estatal Renano, de Trier, Alemanha; PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *Estudos de História da Cultura Clássica: II volume: Cultura Romana*. 4.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. p. 202).

Índice

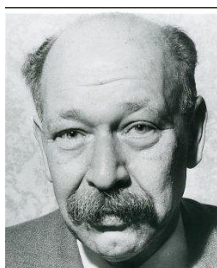
4	Nota prévia
5	Éric Weil
15	Homero
18	Xenofonte
19	Platão
32	Protágoras
33	Tucídides
34	Aristóteles
39	Cícero
40	Horácio
41	Quintiliano
47	Santo Agostinho
49	Baldesar Castiglione
53	Lutero
63	<i>Ratio Studiorum</i>
68	Juan Luis Vives
69	Jerónimo Osório
74	Michel de Montaigne
101	Coménio
106	John Locke
112	Jean-Baptiste de La Salle
114	Fénelon
120	Luís António Verney
122	Alvará régio de 28 de Junho de 1759
128	Jean-Jacques Rousseau
131	Immanuel Kant
142	Condorcet
151	Constituição Política da Nação Portuguesa, de 1822
151	Carta Constitucional de 1826
152	Reforma da Instrução Secundária: a criação dos Liceus
154	Ensino industrial
155	António Feliciano de Castilho
159	João de Deus
161	Ana de Castro Osório
163	John Dewey
164	Adolphe Ferrière: 30 características da <i>Escola Nova</i>
169	Maria Montessori
174	Referências bibliográficas

Nota prévia

A presente antologia sobre Educação destina-se, exclusivamente, às aulas das unidades curriculares de História da Educação e História e Filosofia da Educação lecionadas na Universidade da Madeira, com o objetivo pedagógico de promover, em especial, o estudo de ideias e ideais educativos ao longo dos tempos, através da análise de textos, selecionados e disponibilizados sem quaisquer fins comerciais.

Agradecemos a dedicada colaboração da Dr.^a Anabela Gomes na digitação da maioria dos textos desta coletânea.

Nelson Veríssimo
Faculdade de Ciências Sociais
Universidade da Madeira



Éric Weil (Parchim, Mecklenburg, Alemanha, 1904 – Nice, França, 1977)

WEIL, Éric – In POMBO, Olga (sel., trad. e pref.) – *Quatro textos excêntricos*. Lisboa: Relógio D'água, 2000. p. 55-70.
[1967]

A EDUCAÇÃO ENQUANTO PROBLEMA DO NOSSO TEMPO

I

O mínimo que se pode dizer é que os problemas contemporâneos relativos à educação têm sido fastidiosamente repisados. Todas as pessoas sensatas reflectem intensamente, ou pelo menos consagram muito do seu tempo, a questões relativas ao ensino superior, secundário e elementar, à educação destinada às crianças, aos adolescentes e adultos, às nações bárbaras e civilizadas, aos cidadãos e estados de todo o tipo, aos membros das assembleias legislativas, aos administradores, aos quadros sindicais *et cætera*. Além disso, existem associações privadas, Ministérios da Educação, encontros, simpósios que se ocupam destas questões; há a UNESCO; há os defensores dos sagrados valores nacionais. Que mais haverá ainda para dizer sobre um assunto a propósito do qual, se a probabilidade estatística é válida neste domínio, já tudo deve ter sido dito e redito muitas e muitas vezes?

Contudo, talvez seja possível fazer ainda uma observação em favor da oportunidade de retomar, uma vez mais, esta questão. A experiência adquirida em numerosos domínios indica que uma questão não se torna necessariamente mais clara por ter sido discutida em toda a parte e por muito tempo. Pelo contrário, quando o debate se prolonga ao longo de um certo número de anos, constata-se com frequência que há inúmeras receitas que são propostas mas que, muitas vezes, se deixa de saber quais os problemas que essas respostas era suposto resolverem. Sem sermos exageradamente pessimistas, poderíamos pensar que foi exactamente isso que nos aconteceu – e não apenas no domínio da educação. Uma vez mais, as árvores teriam

encoberto a floresta. Numa situação tão desagradável como esta, o melhor é sempre regressar à atitude do perfeito ingénuo e, como o velho marechal Foch, perguntar: mas afinal, de que se trata?

De que se trata na educação? O século XIX tinha uma resposta: a educação é a instrução. Bem entendido, a instrução não era sempre suficiente. Para lá do ideal da pura instrução, em países como a Inglaterra, a França e a Alemanha, subsistia um outro ideal. O *gentleman*, o homem do mundo, *der edle Charakter* (ou ainda – e a alternativa é significativa – *der grosse Mann*) não podiam ser resultado da instrução. E mesmo quando se exigia instrução (o que nem sempre acontecia) essa não era a condição prévia principal. Em todo o caso, para as massas, os «Three R's»¹ eram considerados suficientes. De facto, eram mais do que suficientes. Não porque se pensasse que o homem vulgar pudesse dispensá-los, mas porque não havia nem uma oferta suficiente deste tipo de instrução nem mesmo uma suficiente procura.

Creio no entanto que não deveríamos abandonar com demasiada ligeireza o ideal da educação pela instrução. Infelizmente, para uma grande parte da humanidade contemporânea este ideal ainda permanece um ideal. É certo que, nos países ocidentais, praticamente toda a população é instruída. Também é certo que, por vezes, somos tentados a confessar que nem por isso a marcha do mundo se tornou mais harmoniosa ou as pessoas de convívio mais fácil. Mas os homens que, no decurso do século XIX – e também do século XVIII, para dar a cada um o que lhe é devido – insistiram na necessidade da educação popular, nunca acreditaram que a instrução fosse um fim em si mesma. O que pensaram e ensinaram foi que os analfabetos seriam sempre seres violentos, incapazes de compreender os seus próprios interesses racionais, que não teriam oportunidades reais, que nunca poderiam ser membros úteis, e por consequência prósperos, numa sociedade moderna, industrial e racional. Eles não admitiriam nunca algo que, hoje em dia, é por todo o lado proclamado como uma verdade histórica e evidente, a saber, que durante as épocas por eles audaciosamente designadas como idade das trevas e idade bárbara, todas as coisas estavam bem ordenadas, cada homem no seu lugar natural, cada instituição cumprindo um papel cordato e satisfatório.

Por outro lado, esses homens também nunca afirmaram que a instrução fosse capaz de satisfazer todas as nossas necessidades: a instrução era uma condição necessária, mas não suficiente. Condição de quê? Do aparecimento de um homem novo, capaz e desejoso de desempenhar o seu papel na sociedade moderna, preparado e apto para julgar todos os problemas inerentes à vida da comunidade a que pertence, satisfeito com a sua posição porque consciente da dignidade inerente e

¹ Os *Three R's* são a leitura, a escrita e a aritmética, isto é, as três bases do ensino primário.

da necessidade social do seu trabalho, convencido do carácter racional da ordem existente, mas determinado a melhorar essa ordem e a sua posição nela. Operários, camponeses, membros das classes médias e superiores compreenderiam que ninguém pode resistir ao progresso, que a mudança é inevitável. Mudança essa que devia efectuar-se – pelo menos a longo prazo – no interesse de todos. Só homens instruídos seriam trabalhadores competentes, só trabalhadores competentes seriam capazes de destruir a resistência produzida pelos reaccionários não esclarecidos. Todos, do mais elevado ao mais baixo da escala social, deviam colaborar nesse grande projecto que tinha por nome: progresso. E, nesse sentido, cada um devia considerar-se como um operário. A instrução era o meio; o progresso, o fim.

II

Entretanto, tornou-se moda deixar de acreditar no progresso. Porquê? É uma questão difícil à qual, de momento, não tentaremos responder. Mas talvez possamos chamar a atenção para o facto de, entre aqueles que maldizem o progresso, poucos serem os que estão dispostos a deixar levar esse seu desprezo pelo progresso ao ponto de recusarem os contributos que este proporciona às comodidades da vida. Sem dúvida que a electricidade, a água canalizada, a possibilidade de viajar ou de visitar museus, de passear nas ruas sem o perigo de nos cair na cabeça o conteúdo de toda a espécie de recipientes domésticos, a certeza de se encontrar aquilo de que se necessita, ou que simplesmente se deseja, em locais determinados – nenhuma destas comodidades conduz à felicidade, no sentido mais profundo (ou mais elevado) do termo. No entanto, estes pequenos nada colocam-nos na situação daquele homem rico que dizia que o dinheiro não tornava o homem feliz, mas que só quem tivesse dinheiro em abundância estava em condições de escolher a infelicidade preferida.

O facto, em toda a sua simplicidade, é que ninguém quer renunciar ao progresso, ao simples e vil progresso material. Ora, pelo contrário, coloca-se hoje o problema de saber como fazer chegar o progresso a todos os que dele não beneficiam ainda. Por consequência, a instrução continua a ser uma das tarefas essenciais do nosso tempo: as pessoas são pobres porque não têm instrução, porque não conhecem os meios e os recursos de uma sociedade moderna, industrial e racional e, por outro lado, é porque são pobres que têm falta desses meios. Aquilo que as nossas comunidades ocidentais conquistaram nas três ou quatro últimas gerações tem que ser alcançado pelo resto da humanidade. As comunidades que ficaram para trás pretendem beneficiar dos frutos da tecnologia moderna e o preço que vão ter que pagar para lá chegar é a aquisição, muitas vezes à revelia das suas próprias tradições, das capacidades e do saber necessários para edificar uma indústria, formar operários,

engenheiros, professores de ciências, administradores, funcionários. Para obter os mesmos resultados, essas comunidades vão ter que modificar, talvez mesmo mudar radicalmente, as suas concepções e os seus valores fundamentais, exactamente como nós o tivemos que fazer. Sem dúvida que, pela nossa parte, teremos também que melhorar o nosso próprio sistema de instrução, espalhar o saber ainda mais longe, elevando ao mesmo tempo o nível geral, produzir cada vez mais e mais técnicos, administradores e especialistas em todos os domínios. O progresso nunca tem fim porque, uma vez aceite como tal, a ideia de um fim do progresso torna-se uma contradição nos seus próprios termos. Tanto os povos atrasados como os avançados terão necessidade, por mais algum tempo, sempre de mais e mais instrução pela simples razão de que uns e outros querem sempre mais e mais frutos do progresso. Pode esse querer ser incorrecto. Mas o facto é que querem. Podem os povos estar prontos a proclamar que há valores mais importantes que os valores do progresso. Mas isso não significa que estejam prontos a pensar que esses valores superiores os obriguem a rejeitar os menos elevados.

Se, portanto, a instrução é uma necessidade, o problema desaparece. É certo que as dificuldades continuam. Mas são de ordem meramente técnica. Sabemos perfeitamente o que é necessário fazer se quisermos realmente resolvê-las. Falta quem ensine; os alunos e os pais nem sempre escolhem as especialidades socialmente mais úteis; às vezes, recusam mesmo categoricamente a aquisição da pouca instrução elementar a que a lei obriga. Porém, se uma sociedade decidisse realmente modificar este estado de coisas, seria perfeitamente capaz de o fazer. Dai bons salários e tereis bons mestres. Podemos talvez ficar por aqui, uma vez que os nossos dirigentes sociais e políticos parece terem já começado a compreender este ponto.

Uma única coisa poderia vir ainda perturbar-nos. É certo que se realizou aquilo que os apóstolos da educação popular – de uma educação popular sempre mais elevada – profetizaram. As nações que primeiro compreenderam essa mensagem deram realmente passos de gigante na estrada do progresso e os novos aderentes obviamente também compreenderam a lição. Tornámo-nos calculadores civilizados, seres racionais com plena consciência dos nossos interesses pessoais, com uma vida muito melhor do que a dos nossos antepassados. Temos hoje acesso a bens e prazeres de que os antigos não podiam sequer suspeitar. Somos admitidos, ou melhor, cordialmente convidados, para todas aquelas manifestações do espírito e da alma que, dantes, eram privilégio do *gentleman*, do homem de bem, do *gebildete Mensch*. É forçoso reconhecer que hoje isto só é verdade nas nações avançadas. Mas é mais do que provável que esta situação venha a prevalecer em toda a parte num futuro não muito afastado. Grande número de seres humanos estão esfomeados, não têm tempo para si próprios, não conhecem os meios e as comodidades da vida moderna. Mas a fracção da humanidade que dispõe desses bens é já relativamente importante e não

há dúvida que os restantes acabarão por obter os mesmos benefícios. De uma maneira geral, o progresso é um facto e irá continuar. O tempo consagrado aos lazeres ocupará uma parte cada vez maior na vida humana. Pode-se pois dizer que a instrução conduziu à liberdade, se entendermos por liberdade a possibilidade dada ao homem de fazer o que quer, na medida em que isso não interfira com a liberdade do seu vizinho, sendo que o nosso homem pode dispor do seu tempo sem que, para isso, tenha que renunciar aos bens deste mundo e à parte que lhe cabe no produto social. Os apóstolos do progresso tinham razão.

Então, o que é que nos pode ainda perturbar? Muito simplesmente, o facto de termos obtido o que nos prometeram e desejámos e o facto de, mesmo assim, não estarmos ainda completamente satisfeitos com os resultados. Podemos comer quantos bolos quisermos, mas eis que, ou já não somos as crianças que fomos outrora, ou o bolo já não tem o mesmo sabor. Não que o queiramos desperdiçar. Recordamo-nos muito bem do tempo em que não nos podíamos satisfazer sequer com pão duro. Mas vejamos: comer sempre bolos de pastelaria? Sempre de pastelaria? Ainda que o bolo seja cada dia melhor e que nos dêem fatias cada vez maiores, ainda que seja bom ter bolos para comer, parece que já nada nos satisfaz.

III

Podemos porventura chamar tédio a isto. Normalmente, considera-se o tédio com um olhar desaprovador. Se alguém se queixa de tédio não o tomamos muito a sério. Que se ocupe, dizemos nós de bom grado, que faça alguma coisa para sair do seu tédio. Mas, se uma civilização inteira for atingida pelo tédio, este pode tornar-se uma coisa efectivamente séria até porque, nesse caso, não existiria ninguém para dizer aos outros por que razão se aborreciam e o que seria necessário fazer para remediar a situação. Se, obtido tudo o que razoavelmente se pode desejar, as pessoas estão ainda insatisfeitas e se todo o mundo partilha do mesmo sentimento de insatisfação, pode então desencadear-se o recurso a coisas não razoáveis. Estamos todos certamente de acordo num ponto, a saber: que a violência é o único verdadeiro passatempo.

Ora, é exactamente isto que parece estar a produzir-se nas sociedades mais avançadas do nosso tempo, se bem que, por agora, numa escala reduzida. Nos E.U.A., há jovens brilhantes e bem-educados que torturam e matam mendigos nas praças públicas para se divertirem; na U.R.S.S., há filhos e filhas de dignitários que roubam para tirar aquilo de que não têm qualquer necessidade. Por outro lado, o tédio pode engendrar uma espécie de violência que se vira contra o próprio. Homens de prósperos negócios e funcionários com êxito nas suas carreiras suicidam-se, ou tentam a morfina, o sexo, o álcool, as religiões estranhas. Procura-se por vezes uma explicação

para este facto no excesso de trabalho e na fadiga nervosa. Mas, longe de refutar a nossa tese, esta explicação vem antes confirmá-la: por que outra razão um homem que tem tudo aquilo de que necessita se deixaria cair numa tal situação senão porque, sem a droga do excesso de trabalho, se arrisca a morrer de tédio? O fenómeno não tende a diminuir de importância. Podem tornar-se mais raros os crimes crápulas cometidos com violência, as tentativas ilegais de adquirir bens legais. Mas a violência desinteressada, aquela que é, ela mesma, o seu próprio fim, quer seja dirigida contra os outros quer contra si mesmo, está a espalhar-se cada vez mais. A percentagem não é a mesma em todo o lado e, aqui e além, as tradições servem de dique. Mas servir de dique é uma ocupação fastidiosa, particularmente quando os diques estão a desaparecer e os construtores de diques são cada vez mais raros.

A situação é inquietante. A sociedade pode esforçar-se, muitas vezes com êxito, para fazer compreender ao potencial criminoso – digamos, ao criminoso em geral – que as vias legais conducentes à abundância são mais seguras; que é do seu próprio interesse conduzir-se de forma a não desencadear sobre si a violência defensiva da sociedade. Mas o interesse particular tem muito poucas hipóteses de prevalecer sobre o tédio que nasce da insatisfação de um interesse satisfeito. O interesse pessoal tornou-se desinteressante (o que, em grande parte, poderá explicar a moda literária que vê na violência desinteressada a verdadeira realização da vida humana). Devemos, por consequência, tentar compreender a natureza deste tédio e perguntarmo-nos se ele não está, de alguma maneira, ligado à educação.

IV

Se fosse necessário reduzir os fins da educação a um só, este seria o de, precisamente, dar ao homem a oportunidade de levar uma vida que o satisfaça (enquanto ser racional, isto é, na condição de que cada um procure a sua própria satisfação sem impedir o seu vizinho de fazer outro tanto). A educação surge assim como uma questão de oportunidade. Mas «oportunidade» é um termo ambíguo neste contexto. Os educadores antigos queriam atingir precisamente este fim – e no entanto fomos confrontados com o problema do tédio precisamente porque essas pretensões obtiveram êxito. Muitos são os que têm a oportunidade de construir uma vida satisfatória se se entende por isso que nenhum obstáculo exterior os impede. Mas são poucos aqueles que têm a oportunidade de aproveitar esta oportunidade. A razão é evidente: se quisermos construir para nós próprios uma vida boa, devemos ser nós próprios a construí-la, segundo os nossos próprios planos; devemos ser o arquitecto da nossa própria casa, não podemos contactar especialistas para nos fazerem o trabalho. Se um vizinho nos pretendesse vender ou alugar a sua casa, até mesmo se nos

quisesse oferecê-la, ela seria sempre feita ao seu gosto, não ao nosso, e, como tal, não nos agradaria.

Ora, aqui, a instrução não nos pode ajudar. Sem ela – não é demais repeti-lo – não existiriam materiais de construção, nem tempo, nem vontade de construir. Mas, viver sobre um amontoado de tijolos e de vigas, rodeado de todas as espécies de utensílios e de máquinas, sem a menor ideia do que se vai fazer com esses materiais, é igualmente desagradável. A instrução diz-nos como proceder para fazermos o trabalho, mas não nos indica como será a obra final. Podemos jogar com as pedras e a argamassa mas, ou levamos o jogo de tal modo a sério que, por medo inconsciente de ter que reconhecer que se trata de um jogo, nos esgotamos nesse trabalho ou rapidamente descobrimos que se trata de um jogo e, nesse caso, somos tentados a regozijarmo-nos com isso. Uma guerra, uma revolução, uma catástrofe maior podem então aparecer como preferíveis à simples continuação das coisas tais como estão, uma vez que estas se tornaram absolutamente desprovidas de interesse. E não se veja nesta comparação uma invenção fantasiosa. Pensemos quanto os terrores e os pânicos da nossa época contêm de desejos reprimidos e antecipações deliciosas (não confessados mas inconscientes); observemos a forma como, em tempo de guerra e violência, diminui a curva dos casos de doenças mentais, provavelmente *porque se passa enfim qualquer coisa* que interrompe a mediocridade da vida.

Por consequência, para além da instrução e acima dela, há lugar para a educação. Não que os antigos educadores estivessem errados. Simplesmente, esqueceram-se de um facto: porque pensavam sempre nos males que oprimiam a grande maioria dos seus contemporâneos, não reflectiram naquilo que podia dar significado, valor e sentido à sua vida. Porque eles próprios certamente levavam uma vida sensata, partiam compreensivelmente do pressuposto de que os outros, aqueles que não tinham a mínima oportunidade de conduzir a sua própria vida, teriam feito como eles se lhes tivesse sido permitido imitá-los. Desse modo, não deram o devido valor àquilo que os seus alunos mais teriam necessitado caso fossem livres: o conhecimento do que poderiam fazer com a sua liberdade. Acreditavam que esse saber emergiria naturalmente em cada um. Não pensaram nunca que é possível ficar paralisado por se ter demasiado tempo livre à sua disposição.

Está hoje fora de dúvida que os planos e projectos dos antigos educadores se modificaram. Mas, no entanto, continuamos a proceder em conformidade com as orientações que eles traçaram. Inventámos novos estímulos para incentivar a aprendizagem; introduzimos métodos sofisticados para estudar; abrimos ao público lugares onde cada um pode escolher livremente a sua alimentação numa lista rica de ofertas. Mas, a cozinha está no andar inferior e os clientes nunca aí vão (a menos, bem entendido, que queiram tornar-se cozinheiros), porque nunca são convidados a visitar a cozinha, ou sequer informados dos procedimentos culinários. Os clientes aprendem

assim a avaliar – digamos, a distinguir – uma alimentação boa, média ou má. Mas não aprendem a cozinhar um prato ou a descobrir os seus desejos mais pessoais em matéria de cozinha. São-lhes oferecidas todas as espécies de ideais, de maneiras de viver, de filosofias, de sistemas jurídicos e políticos, de tabelas de valores. Mas, ao fim de um certo tempo, todos esses pratos maravilhosos parecem ter o mesmo sabor – o cliente perde o apetite e fica entediado.

Pode parecer «natural» dizer que o remédio consiste em instruir os homens no uso da sua liberdade. A resposta é natural para nós, velhos mestres e bons alunos de mestres ainda mais velhos. Mas é uma resposta supremamente ridícula: é que não se pode instruir ninguém no uso da liberdade. Tudo o que a instrução pode fazer é tornar a liberdade possível. Poderíamos então dizer que nos cabe tornar a liberdade razoável e, nesse caso, que deveríamos encontrar os meios para levar aqueles que educamos a pensar por sua própria conta nos dois sentidos que esta expressão possui: por sua própria conta, porque terão de ser eles a construir o seu próprio pensamento e porque, para eles, pensar deve ter um sentido e não apenas constituir um valor comercializável.

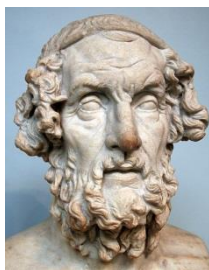
Será que isto se pode fazer? A tarefa não é impossível. Ela exige a educação, qualquer coisa de radicalmente diferente da instrução. Uma educação que não seria positiva mas negativa, que não mostraria onde reside o sentido mas onde ele não pode estar. Uma educação que obrigaria cada um a admitir a sua perplexidade, o seu tédio, o seu desespero – não a confessá-lo publicamente a uma autoridade ou a um especialista, mas a confessar a si mesmo que está à procura de qualquer coisa que não tem e que deseja mais do que tudo no mundo. Não há uma impossibilidade inerente a esta tarefa, nem para o educador, nem para o aluno. É claro que não é tarefa fácil. Mas, se fosse fácil, não valeria a pena ser uma tarefa. Embora, num primeiro momento, a utilidade social do indivíduo pudesse diminuir, a sociedade moderna poderia tornar-se mais eficiente se permitisse a irradicação da insegurança fundamental e da violência escondida que a caracterizam. As tensões sociais e internacionais poderiam diminuir. À humanidade poderia ser revelado algo que ela quase esqueceu, a saber, que o pensamento é em si mesmo uma grande e bela coisa, que o sentimento é nobre quando não é adulterado pelo sentimentalismo e pelo desejo de posse e que, quando ousamos olhá-lo, o mundo é belo.

Que não se pense que isto pode ser atingido sem a instrução. Nada nas páginas precedentes deveria permitir pensar que a instrução é destituída de valor e que a educação é possível sem ela. A instrução é necessária para que a sociedade possa progredir e oferecer mais oportunidades de aceder à liberdade e de um maior número de pessoas dela fazer uso. Só a instrução pode dar a experiência da verdade objectiva, o respeito pela universalidade dos direitos, dos deveres e dos valores, a modéstia intelectual, elementos que são indispensáveis se se pretende que a liberdade não

permita criar uma situação na qual se tornaria de novo actual aquilo que o velho Hobbes pensava da natureza humana, bem assim como as receitas que propunha. É um facto – e um facto pouco agradável – que nascemos egocêntricos, violentos, egoístas e que só a instrução nos domínios do conhecimento e das boas maneiras, nos transforma em seres humanos, quer dizer, em seres cuja vida não consiste apenas na luta pela sobrevivência, mas que, legitimamente, procuram libertar-se dos constrangimentos que a natureza humana e todas as outras espécies de violência natural exercem sobre eles. Porém, uma vez ganha a batalha da instrução, o problema de uma educação para a liberdade adquire estatuto de primeiro plano.

Não estamos perante um problema novo. Se ele nos parece como pouco familiar é simplesmente porque as circunstâncias se modificaram desde a época em que surgiu pela primeira vez. Formulado do ponto de vista do historiador, o nosso problema é o problema central da filosofia grega. Que procuraram filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, senão um conteúdo para a vida do homem livre, do homem que não estava constrangido a trabalhar para viver ou a combater a natureza com as suas próprias mãos? O que é penoso para nós é que os Gregos tinham escravos e nós temos máquinas. Quer dizer, aquilo que, no tempo dos Gregos, era um problema para uma pequena elite, transformou-se – ou vai transformar-se em breve – num problema para todo o género humano. É impossível aceitar as soluções gregas que pressupõem condições que já não existem e que nunca mais se poderão voltar a dar. Mas, aquilo que os Gregos tentaram talvez nos possa ajudar na nossa procura. Eles perceberam de forma muito clara que os homens livres que se esquivam às responsabilidades que a liberdade implica não poderão jamais ser felizes nem continuar livres. E nisto não se enganaram. A Grécia chegou ao fim – e não foi um fim feliz – porque quem está em condições de assumir a sua liberdade tem necessidade de um mestre. Todas as comunidades que põem a eficácia acima de tudo e consideram a liberdade como um brinquedo acabam por ficar submetidas a um mestre. A instrução e o progresso material são condições prévias indispensáveis. Quando as transformamos num fim, é mesmo possível que se não destruam por si mesmas. Mas podem ser destruídas pelo tédio e pelo desespero. Enquanto o progresso não tiver reduzido as diferenças existentes entre os níveis de vida de comunidades avançadas e atrasadas, enquanto houver tarefas urgentes que tenham que ser realizadas por intermédio de avanços técnicos, de instrução positiva, de organização racional, o perigo não está iminente. Mas, por mais impressionantes que sejam, os perigos mais graves não são necessariamente as fricções e os conflitos internacionais. O perigo futuro poderá traduzir-se numa ameaça muito maior: o perigo de uma humanidade liberta da necessidade e do constrangimento exterior mas impreparada para dar conteúdo à sua liberdade. Neste sentido, não seria exagerado afirmar que não existe nenhum problema mais importante, mais urgente, que o da educação. E os nossos

sucessores podem vir a ser incapazes de o resolver se demorarmos demasiado tempo e se, desde já, não reflectirmos suficientemente sobre esse problema. Podem mesmo vir a ser incapazes de ver o problema e de tomar consciência daquilo que já vem mal de trás – exactamente da mesma maneira que a filosofia grega, nos seus últimos momentos, deixou de procurar uma resposta válida para todos os homens livres e para toda a comunidade de homens livres e apenas procurou encontrar consolação para os raros indivíduos que continuaram a pensar que tudo tinha acabado mal. Ela renunciou assim a perceber que era possível, ou teria sido possível, encontrar um remédio.



Homero (séc. VIII a. C. ?)

HOMERO – *Ilíada*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2005. p. 192.
[séc. VIII a. C.]

Por fim tomou a palavra o velho cavaleiro Fénix, rompendo em lágrimas, pois muito receava pelas naus dos Aqueus:

“Se no teu espírito lançaste o regresso, ó glorioso Aquiles,
e não estás disposto a repelir das naus velozes o fogo ardente,
uma vez que a cólera se abateu sobre o teu coração,
como então, meu querido filho, é que vou ser aqui deixado,
sem ti? Foi contigo que me mandou o velho cavaleiro Peleu
naquele dia em que da Ftia te mandou a Agamémnon,
criança que nada sabias da guerra maligna
nem das assembleias, onde os homens se engrandecem.
Por isso ele me mandou, para que eu te ensinasse tudo,
como ser orador de discursos e fazedor de façanhas.
Assim, querido filho, não queria ser aqui deixado
por ti, nem que um deus se dispusesse ele próprio
a despir-me da velhice e a fazer de mim um jovem,
como quando primeiro deixei a Hélade de belas mulheres,
fugindo do conflito com meu pai, Amintor, filho de Órmeno, [...]

(IX, 430-448)

HOMERO – *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2003. p. 34-35.
[séc. VII a. C.]

Cantava para eles o célebre aedo, e eles estavam sentados
em silêncio a ouvir. Do triste regresso dos Aqueus cantava,
do regresso que de Tróia Palas Atena lhes infligira.
De seus altos aposentos ouviu o canto sortílego
a filha de Icário, a sensata Penélope.
E desceu da sua sala a escada elevada,
não sozinha, pois duas criadas com ela seguiam.
Quando se aproximou dos pretendentes a mulher divina,
ficou junto à coluna do tecto bem construído,
segurando à frente do rosto um véu brilhante.
De cada lado se colocara uma criada fiel.
Chorando assim falou ao aedo divino:

“Fémio, conheces muitos outros temas que encantam os homens,
façanhas de homens e deuses, como as celebram os aedos.
Uma delas canta agora, enquanto estás aí sentado; e que eles
em silêncio bebam o seu vinho. Mas cessa já esse canto tão triste,
que sempre no meu peito o coração me despedaça,
visto que em mim está entranhada uma dor inesquecível.
Pois vem-me sempre à memória a saudade daquele rosto,
do marido a quem toda a Hélade e Argos celebram.”

Tal resposta deu à mãe o prudente Telémaco:
“Minha mãe, por que razão levas a mal que o fiel aedo
nos deleite de acordo com a sua inspiração? Não são
culpados os aedos, mas Zeus: aos homens que por seu pão
trabalham estabeleceu o destino que entendeu.
Não é justo levarmos a mal que ele cante a desgraça dos Dânaos.
Pois os homens apreciam de preferência o canto
que lhes pareça soar mais recente aos ouvidos.
Que o teu espírito e o teu coração ousem ouvir.
Não foi só Ulisses que perdeu o dia do retorno
em Tróia; também pereceram muitos outros.
Agora volta para os teus aposentos e presta atenção

aos teus labores, ao tear e à roca; e ordena às tuas servas
que façam os seus trabalhos. Pois falar é aos homens
que compete, a mim sobretudo: sou eu quem manda nesta casa.”

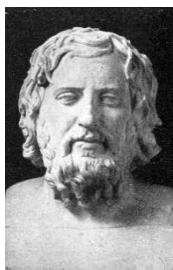
Penélope, espantada, regressou para a sua sala
e guardou no coração as palavras prudentes do filho.
Depois de subir até aos seus aposentos com as servas,
chorou Ulisses, o marido amado, até que um sono suave
lhe lançasse sobre as pálpebras Atena de olhos garços.

Por seu lado levantaram os pretendentes um grande alarido,
e a todos veio o desejo de se deitarem no leito de Penélope.
No meio deles foi o prudente Telémaco o primeiro a falar:

“Pretendentes de minha mãe, homens de força e violência,
por agora nos deleitemos com o banquete; e que não haja barulho
da parte de ninguém, pois é bom ouvirmos um aedo como este,
cuja voz na verdade à dos deuses se assemelha.
Mas amanhã cedo deveremos dirigir-nos à assembleia,
para que declare sem rodeios o que tenho a vos dizer.
Desta casa deveis sair. Outros festins preparai,
devorai os vossos próprios bens, em casa uns dos outros.
Se no entanto vos parecer coisa boa e proveitosa
destruir sem desagravo o que a outro pertence,
destruí! Mas pela minha parte invocarei os deuses imortais
e queira Zeus que não falte a devida retribuição.
Que então pereçais todos sem que haja retaliação!”

Assim falou; e todos os outros os beijos morderam
e olharam admirados para Telémaco, pela audácia com que falou.

(I, 325-382)



Xenofonte (séc. V-IV a. C.)

A educação pelos Poemas Homéricos

XENOFONTE – *Banquete, Apologia de Sócrates*. Trad. do grego, int. e notas Ana Elias Pinheiro. Coimbra: Faculdade de Letras – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008. p. 44-45, 48.

[422]

[...] Mas agora é a tua vez, Nicérato: diz-nos lá, qual o saber de que te orgulhas?

Ele respondeu:

– O meu pai, preocupado com que eu me tornasse um homem de bem, obrigou-me a aprender o Homero todo; de modo que agora seria capaz de recitar, inteiras e de cor, a *Ilíada* e a *Odisseia*.

– Ora, e não sabes – interrompeu Antístenes – que todos os rapsodos conhecem esses versos?

– E como é que não haveria de saber, se os ouço quase todos os dias?

– E, por acaso, conheces gente mais estúpida do que os rapsodos?

– Não, por Zeus, – disse Nicérato – acho que não.

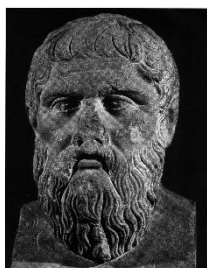
– De facto – interferiu Sócrates –, é evidente que eles não conhecem o sentido profundo desses versos. Agora, tu pagaste bom dinheiro a Estesímbroto, a Anaximandro e a muitos outros, pelo que não desconheces nenhum dos seus valiosos ensinamentos. [...]

(*Banquete*, III, 5-6)

Depois foi a vez de Nicérato:

– Ouçam-me, por favor, no que hão-de ser melhores se seguirem os meus ensinamentos. Sabem, claro, que Homero, o mais hábil dos poetas, versou quase todos os temas humanos. Se algum de vocês quiser ser administrador, orador, general ou igualar-se a Aquiles, a Ájax, a Nestor ou a Ulisses, é só passar mais tempo comigo. É que eu sou perito em todas essas matérias.

(*Banquete*, IV, 6)



Platão (Atenas, 428 ou 427 – Atenas, 348 ou 347 a.C.)

Homero educador da Grécia

PLATÃO – *A República*. Int., trad. e notas Maria Helena da Rocha Pereira. 9.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 472.
[séc. IV a. C.]

– Por conseguinte, ó Gláucon, quando encontrares encomiastas de Homero, a dizerem que esse poeta foi o educador da Grécia, e que é digno de se tomar por modelo no que toca a administração e a educação humana, para aprender com ele a regular toda a nossa vida, deves beijá-los e saudá-los como as melhores pessoas que é possível, e concordar com eles que Homero é o maior dos poetas e o primeiro dos tragediógrafos, mas reconhecer que, quanto a poesia, somente se devem receber na cidade hinos aos deuses e encómios aos varões honestos e nada mais. Se, porém, acolheres a Musa aprazível na lírica ou na epopeia, governarão a tua cidade o prazer e a dor, em lugar da lei e do princípio que a comunidade considere, em todas as circunstâncias, o melhor.

(X. 606e -607a)

Alegoria da Caverna

PLATÃO – *A República*. Int., trad. e notas Maria Helena da Rocha Pereira. 9.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 315-322.
[séc. IV a. C.]

– Depois disto – prossegui eu – imagina a nossa natureza, relativamente à educação ou à sua falta, de acordo com a seguinte experiência. Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no género dos tapumes que os homens dos «robertos» colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles.

– Estou a ver – disse ele.

– Visiona também ao longo deste muro, homens que transportam toda a espécie de objectos, que o ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados.

– Estranho quadro e estranhos prisioneiros são esses de que tu falas – observou ele.

– Semelhantes a nós – continuei –. Em primeiro lugar, pensas que, nestas condições, eles tenham visto, de si mesmo e dos outros, algo mais que as sombras projectadas pelo fogo na parede oposta da caverna?

– Como não – respondeu ele –, se são forçados a manter a cabeça imóvel toda a vida?

– E os objectos transportados? Não se passa o mesmo com eles?

– Sem dúvida.

– Então, se eles fossem capazes de conversar uns com os outros, não te parece que eles julgariam estar a nomear objectos reais, quando designavam o que viam?

– É forçoso.

– E se a prisão tivesse também um eco na parede do fundo? Quando algum dos transeuntes falasse, não te parece que eles não julgariam outra coisa, senão que era a voz da sombra que passava?

– Por Zeus, que sim!

– De qualquer modo – afirmei – pessoas nessas condições não pensavam que a realidade fosse senão a sombra dos objectos.

– É absolutamente forçoso – disse ele.

– Considera pois – continuei – o que aconteceria se eles fossem soltos das cadeias e curados da sua ignorância, a ver se, regressados à sua natureza, as coisas se passavam deste modo. Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso, sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objectos cujas sombras via outrora. Que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objectos mais reais? E se ainda, mostrando-lhe cada um desses objectos que passavam, o forçassem com perguntas a dizer o que era? Não te parece que ele se veria em dificuldades e suporia que os objectos vistos outrora eram mais reais do que os que agora lhe mostravam?

– Muito mais – afirmou.

– Portanto, se alguém o forçasse a olhar para a própria luz, doer-lhe-iam os olhos e voltar-se-ia, para buscar refúgio junto dos objectos para os quais podia olhar, e julgaria ainda que estes eram na verdade mais nítidos do que os que lhe mostravam?

– Seria assim – disse ele.

– E se o arrancassem dali à força e o fizessem subir o caminho rude e íngreme, e não o deixassem fugir antes de o arrastarem até à luz do Sol, não seria natural que ele se doesse e agastasse, por ser assim arrastado, e, depois de chegar à luz, com os olhos deslumbrados, nem sequer pudesse ver nada daquilo que agora dizemos serem os verdadeiros objectos?

– Não poderia, de facto, pelo menos de repente.

– Precisava de se habituar, julgo eu, se quisesse ver o mundo superior. Em primeiro lugar, olharia mais facilmente para as sombras, depois disso, para as imagens dos homens e dos outros objectos, reflectidas na água, e, por último, para os próprios objectos. A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu, e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da Lua, mais facilmente do que se fosse o Sol e o seu brilho de dia.

– Pois não!

– Finalmente, julgo eu, seria capaz de olhar para o Sol e de o contemplar, não já a sua imagem na água ou em qualquer sítio, mas a ele mesmo, no seu lugar.

– Necessariamente.

– Depois já compreenderia, acerca do Sol, que é ele que causa as estações e os anos e que tudo dirige no mundo visível, e que é o responsável por tudo aquilo de que eles viam um arremedo.

– É evidente que depois chegaria a essas conclusões.

– E então? Quando ele se lembrasse da sua primitiva habitação, e do saber que lá possuía, dos seus companheiros de prisão desse tempo, não crês que ele se regozijaria com a mudança e deploraria os outros?

– Com certeza.

– E as honras e elogios, se alguns tinham então entre si, ou prémios para o que distinguisse com mais agudeza os objectos que passavam, e se lembrasse melhor quais os que costumavam passar em primeiro lugar e quais em último, ou os que seguiam juntos, e àquele que dentre eles fosse mais hábil em predizer o que ia acontecer – parece-te que ele teria saudades ou inveja das honrarias e poder que havia entre eles, ou que experimentaria os mesmos sentimentos que em Homero, e seria seu intenso desejo «servir junto de um homem pobre, como servo da gleba», e antes sofrer tudo do que regressar àquelas ilusões e viver daquele modo?

– Suponho que seria assim – respondeu – que ele sofreria tudo, de preferência a viver daquela maneira.

– Imagina ainda o seguinte – prossegui eu –. Se um homem nessas condições descesse de novo para o seu antigo posto, não teria os olhos cheios de trevas, ao regressar subitamente da luz do Sol?

– Com certeza.

– E se lhe fosse necessário julgar daquelas sombras em competição com os que tinham estado sempre prisioneiros, no período em que ainda estava ofuscado, antes de adaptar a vista – e o tempo de se habituar não seria pouco – acaso não causaria o riso, e não diriam dele que, por ter subido ao mundo superior, estragara a vista, e que não valia a pena tentar a ascensão? E a quem tentasse soltá-los e conduzi-los até cima, se pudessem agarrá-lo e matá-lo, não o matariam?

– Matariam, sem dúvida – confirmou ele.

– Meu caro Gláucon, este quadro – prossegui eu – deve agora aplicar-se a tudo quanto dissemos anteriormente, comparando o mundo visível através dos olhos à caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do Sol. Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomardes como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. O Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a ideia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública.

– Concordo também, até onde sou capaz de seguir a tua imagem.

– Continuemos pois – disse eu –. Concorda ainda comigo, sem te admirares pelo facto de os que ascenderam àquele ponto não quererem tratar dos assuntos dos homens, antes se esforçarem sempre por manter a sua alma nas alturas. É natural que seja assim, de acordo com a imagem que delineámos.

– É natural – confirmou ele.

– Ora pois! Entendes que será caso para admirar, se quem descer destas coisas divinas às humanas fizer gestos disparatados e parecer muito ridículo, porque está ofuscado e ainda não se habituou suficientemente às trevas ambientes, e foi forçado a contender, em tribunais ou noutros lugares, acerca das sombras do justo ou das imagens das sombras, e a disputar sobre o assunto, sobre o que supõe ser a própria justiça quem jamais a viu?

– Não é nada de admirar.

– Mas quem fosse inteligente – redargui – lembrar-se-ia de que as perturbações visuais são duplas, e por dupla causa, da passagem da luz à sombra, e da sombra à luz. Se compreendesse que o mesmo se passa com a alma, quando visse alguma perturbada e incapaz de ver, não riria sem razão, mas reparava se ela não estaria antes ofuscada por falta de hábito, por vir de uma vida mais luminosa, ou se, por vir de uma maior ignorância a uma luz mais brilhante, não estaria deslumbrada por reflexos demasiadamente refulgentes; à primeira, deveria felicitar pelas suas condições e pelo seu género de vida; da segunda, ter compaixão e, se quisesse trocar dela, seria menos risível essa zombaria do que se se aplicasse àquela que descia do mundo luminoso.

– Falas com exactidão – afirmou.

– Temos então – continuei eu – de pensar o seguinte sobre esta matéria, se é verdade o que dissemos: a educação não é o que alguns apregoam que ela é. Dizem eles que introduzem a ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos.

– Dizem, realmente.

– A presente discussão indica a existência dessa faculdade na alma e de um órgão pelo qual aprende; como um olho que não fosse possível voltar das trevas para a luz, senão juntamente com todo o corpo, do mesmo modo esse órgão deve ser desviado, juntamente com a alma toda, das coisas que se alteram, até ser capaz de suportar a contemplação do Ser e da parte mais brilhante do Ser. A isso chamamos o bem. Ou não?

– Chamamos.

– A educação seria, por conseguinte, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer dar a volta a esse órgão, não a de o fazer obter a visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele não está na posição correcta e não olha para onde deve, dar-lhe os meios para isso.

– Acho que sim.

– Por conseguinte, as outras qualidades chamadas da alma podem muito bem aproximar-se das do corpo; com efeito, se não existiram previamente, podem criar-se depois pelo hábito e pela prática. Mas a faculdade de pensar é, ao que parece, de um carácter mais divino, do que tudo o mais; nunca perde a força e, conforme a volta que lhe derem, pode tornar-se vantajosa e útil, ou inútil e prejudicial. Ou ainda não te apercebeste como a deplorável alma dos chamados perversos, mas que na verdade são espertos, tem um olhar penetrante e distingue claramente os objectos para os quais se volta, uma vez que não tem uma vista fraca, mas é forçado a estar ao serviço do mal, de maneira que, quanto mais aguda for a sua visão, maior é o mal que pratica?

– Absolutamente.

– Contudo, se desde a infância se operasse logo uma alma com tal natureza, cortando essa espécie de pesos de chumbo, que são da família do mutável e que, pela sua inclinação para a comida e prazeres similares e gulodices, voltam a vista da alma para baixo; se, liberta desses pesos, se voltasse para a verdade, também ela a veria nesses mesmos homens, com a maior clareza, tal como agora vê aquilo para que está voltada.

– É natural.

– Ora pois! Não é natural, e não é forçoso, de acordo com o que anteriormente dissemos, que nem os que não receberam educação nem experiência da verdade jamais serão capazes de administrar satisfatoriamente a cidade, nem tão-pouco aqueles a quem se consentiu que passassem toda a vida a aprender – os primeiros, porque não têm nenhuma finalidade na sua vida, em vista da qual devam executar todos os seus actos, particulares e públicos; os segundos, porque não exercerão voluntariamente essa actividade, supondo-se trasladados, ainda em vida, para as Ilhas dos Bem-Aventurados?

(VII. 514a-519c)

Teoria da reminiscência (anamnese)

Ménon é um diálogo de Platão, convencionalmente incluído na 6.ª tetralogia (*Eutidemo*, *Protágoras*, *Górgias* e *Ménon*). Questiona a possibilidade do ensino da virtude (areté).

PLATÃO – *Ménon ou da Virtude*. Trad., pref. e notas A. Lobo Vilela. 2.ª ed. Lisboa: Inquérito, [1984].

Sócrates – [...] Assim, a alma imortal, nascida muitas vezes, tendo contemplado todas as coisas sobre a terra e na morada de Hades, aprendeu tudo quanto é possível. Portanto, não é para admirar que possua, quer acerca da virtude, quer de tudo o mais, reminiscências dos seus conhecimentos anteriores. Sendo solidária toda a natureza e tendo a alma prévio conhecimento de tudo, nada impedirá que, relembrando uma coisa qualquer (é a isto que os homens chamam aprender), encontre todas as outras, por si mesma, sempre que tenha coragem e não se canse de investigar. Com efeito, o que se chama investigar e aprender não é mais que recordar. [...]

(81c-81d)

PLATÃO – *Protágoras*. Trad. Ana da Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio d'Água, 1999. p. 78-83.

Sócrates pretende saber o que é um sofista e qual o proveito do seu ensino.

– Diz-me uma coisa, Hipócrates, estás disposto agora a procurar Protágoras e a oferecer-lhe o teu dinheiro como salário por ele se ocupar de ti, mas porque é que o procuras e para te tornares o quê? Se, por hipótese, tivesses intenção de procurar o teu homónimo, Hipócrates de Cós, o dos Asclepiades, para lhe ofereceres o teu dinheiro, como salário por se ocupar de ti, se alguém te perguntasse «Diz-me, Hipócrates, estás disposto a pagar um salário a Hipócrates por ele ser o quê?», o que responderias?

– Responderia que por ele ser médico.

– E para te tornares o quê?

– Para me tornar médico.

– E se tencionasses procurar Policleto, de Argos, e Fídias, de Atenas, para lhes pagares um salário por eles se ocuparem de ti, se alguém te perguntasse «Pagas esse dinheiro a Policleto e a Fídias porque achas que eles são o quê?», o que responderias?

– Responderia que porque são escultores.

– E para te tornares tu o quê?

– É óbvio que um escultor!

– Muito bem! – disse-lhe eu. – Agora vamos, tu e eu, procurar Protágoras, dispostos a pagar-lhe um salário por se ocupar de ti... se os nossos bens forem suficientes para, com eles, o persuadirmos, mas, se não, a gastarmos até os dos nossos amigos. Se, por acaso, alguém por estarmos assim tão empenhados neste propósito, perguntasse: «Digam lá, Sócrates e Hipócrates, vocês têm intenção de oferecer os vossos bens a Protágoras por ele ser o quê?», o que lhe responderíamos? Que outro nome ouvimos já referir a propósito de Protágoras? Tal como de Fídias que é escultor e de Homero que é poeta, que designação ouvimos dar a Protágoras?

– Bom, costumam dizer do nosso homem que é sofista.

– De modo que vamos entregar os nossos bens a um sofista?

– Precisamente!

– Então, e se alguém te fizesse ainda mais esta pergunta: «E procuras Protágoras para te tornares o quê?»

Ele corou – percebeu-se porque começava já a surgir alguma claridade – e disse:

– Se o caso é semelhante aos anteriores, evidentemente que para me tornar um sofista.

– Mas, pelos deuses! – exclamei eu. – E não terás tu vergonha de te apresentares aos Helenos na qualidade de sofista?

– Claro, Sócrates, por Zeus; isto, se for mesmo preciso que diga o que penso.

– Ora bem, Hipócrates, talvez não te pareça semelhante o ensino que vais encontrar junto de Protágoras e aquele que recebeste junto dos professores das primeiras letras, de cítara e de ginástica. Com efeito, estudaste cada uma dessas disciplinas não como uma técnica, para te tornares um profissional, mas para teres cultura, como convém ao leigo e ao homem livre.

– Parece-me, precisamente, que o ensino de Protágoras é semelhante a esse.

– Sabes, então, o que estás agora a ponto de fazer ou desconheçê-lo?

– Queres dizer o quê?

– Que estás a ponto de confiar a tua alma aos cuidados de um homem que é, segundo dizes, um sofista. Contudo admirar-me-ia muito se soubesses o que é um sofista. E, se o ignoras, não sabes nem a quem entregas a tua alma, nem se é uma coisa boa ou má.

– Mas, eu acho que sei – respondeu ele.

– Diz-me lá, então, o que pensas que é um sofista?

– Bem, penso que, como o próprio nome indica, é aquele que possui uma sabedoria.

– Ora bem – repliquei eu –, essa é também a definição que se dá a propósito dos pintores e dos arquitectos, que são aqueles que possuem uma sabedoria, mas se alguém nos perguntasse: «Que sabedoria possuem os pintores?», dir-lhe-íamos que a da reprodução das imagens e o mesmo dos outros. Mas, se alguém nos perguntar: «Em que é que o sofista é sábio?», o que lhe responderemos? É mestre em que ofício?

– O que diremos, Sócrates, se não que é mestre em habilitar os outros a falar?

– Talvez disséssemos a verdade, mas, claro que não é suficiente, porque a nossa resposta levantaria ainda outra pergunta, sobre o assunto em que o sofista habilita os outros a falarem. Do mesmo modo como o citarista, presumo eu, habilita a que se fale sobre a matéria de que sabe, sobre a arte de tocar a cítara, não é verdade?

– É.

– Pois bem, e o sofista habilita os outros a falarem sobre o quê?

– É óbvio que também sobre a arte que conhece.

– É bem provável! E que matéria é essa em que ele, sofista, é sabedor e torna sabedor o seu discípulo?

– Por Zeus – respondeu ele –, já não sei mais que te possa dizer.

Em seguida, continuei eu:

– E agora? Vês o tipo de risco a que vais expor a tua alma? Se te fosse preciso confiar o corpo a algo que implicasse riscos, quer fosse bom, quer fosse mau, ponderarias durante muito tempo se o confiavas ou não e chamarias os teus amigos e familiares para te aconselhares, reflectindo durante dias a fio. Tratando-se, contudo, de algo muito mais importante que o corpo, a tua alma, na qual se sediam todas as tuas acções, boas ou más, consoante ela for boa ou má, a este propósito, não consultas nem o teu pai, nem o teu irmão, nem nenhum de nós que somos teus companheiros, para saberes se hás-de confiar ou não a tua alma a este estrangeiro recém-chegado. Antes, pelo que dizes, ouviste à noitinha que ele tinha chegado e vens, mal o dia amanhece, sem ouvires uma palavra ou um conselho sobre essa questão – se deves ou não confiar-te a ele –, disposto a gastar os teus bens e os dos teus amigos, já que decidiste, custe o que custar, frequentar a companhia de Protágoras, que não conheces – pelo que dizes – e com quem nunca falaste. Chamas-lhe sofista, mesmo parecendo não saberes o que é esse sofista, a quem estás disposto a confiar-te.

E ele, depois de me ouvir, assentiu:

– Pelo que tu dizes, é o que parece.

– Pois é, Hipócrates, não achas que o sofista é uma espécie de comerciante ou retalhista de produtos, com os quais a alma se alimenta? Pois a mim é o que me parece.

– E a alma alimenta-se de quê, Sócrates?

– De ciência, creio eu – respondi-lhe. – E não é bom, meu amigo, que o sofista, elogiando os artigos que vende, nos seduza como o fazem o comerciante e o retalhista com os alimentos para o corpo. Porque esses não sabem se os produtos que trazem são bons ou maus para o corpo (antes, elogiam tudo o que vendem) e nem o sabem também os clientes, a menos que se trate, por acaso, de um professor de ginástica ou de um médico. Do mesmo modo, também aqueles que levam a ciência de cidade em cidade, vendendo-a a retalho, elogiam sempre ao interessado tudo quanto vendem, mas talvez alguns deles, meu caro, desconheçam o que é que desses artigos que vendem é bom ou mau para a alma. E o mesmo se passa também com os seus clientes, a não ser que, por acaso, algum seja médico da alma. Se, pelo menos, fizeres uma ideia do que é bom ou do que é mau, então não te fará mal comprar a ciência de Protágoras ou de qualquer outro. Mas, se não, vê bem, meu amigo, não jogues os dados à sorte, nem corras riscos em matérias tão delicadas. Porque o perigo é muito maior na compra da ciência do que na compra dos alimentos. Com efeito, ao comprares alimentos ou bebidas ao retalhista ou ao comerciante, podes transportá-los noutros recipientes, e, antes de beberes ou comeres, podes levá-los para te aconselhares, informando-te junto de quem souber, sobre se o deves comer e beber, ou não, e

quando e em que quantidade. Assim, o perigo na compra não é grande. Pelo contrário, a ciência não se pode meter noutra recipiente; é preciso pagá-la e metê-la na alma, e, uma vez assimilada, ir para casa, ou para sofrer dissabores ou para usufruir vantagens. Examinemos, então, todas estas questões junto com outros mais velhos que nós, porque somos ainda muito novos para estarmos a discutir assuntos desta natureza. E agora, tal como começámos por planejar, vamos lá ouvir o nosso homem. Ouvi-lo e conversar com outros, porque Protágoras não está lá sozinho, está lá também Hípias de Élida e julgo mesmo que Pródico de Ceos, e, ainda, muitos outros sábios.

(311b-314c)

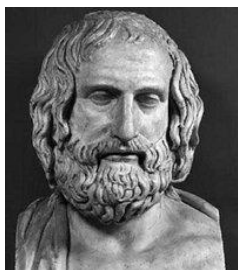
PLATÃO – *Protágoras*. Trad. Ana da Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio d'Água, 1999. p. 96-98.

Para Sócrates, a aretê (virtude) não se pode ensinar. Protágoras, no entanto, entende ser possível e, a pedido de Sócrates, demonstra de que modo se ensina a virtude.

[...] Logo que alguém compreende o que se lhe diz, a ama, a mãe, o pedagogo e até o pai fazem esforços nessa área, para que a criança se torne o melhor possível. Por cada palavra ou cada acto ensinam-lhe e explicam-lhe o que é justo e o que é injusto, o que é bom e o que é censurável, o que é pio e o que é ímpio, «faz isto», «não faças isso». Se obedece voluntariamente, ainda bem, se não, endireitam-no, com ameaças e pancadas, como se fosse um pau torto e recurvo. Em seguida, quando o enviam para a escola, prescrevem que os mestres tomem muito mais cuidado com o bom comportamento das crianças que com a aprendizagem das letras e da cítara. Os mestres, por sua vez, seguem a prescrição e, então, assim que as crianças aprenderem as letras e estiverem prontas para compreenderem os textos escritos do mesmo modo que, até aí, compreenderam os sons, colocam-lhes sobre os bancos poemas de bons poetas, para que os leiam, e obrigam-nas a aprendê-los de cor, pois neles há muitas advertências, muitas histórias e elogios dos heróis de outrora, para que a criança, entusiasmada, os imite e se esforce por ser igual a eles. A seguir, os citaristas tomam idêntico cuidado no que diz respeito à moderação, para que os pequenos não venham a agir erradamente. Depois, assim que souberem tocar cítara, ensinam-lhes, então, poemas de outros bons poetas – os líricos, desta vez – com o fim de aprenderem a música para serem tocados à cítara, e obrigam a que os ritmos e as melodias se tornem familiares às almas das crianças, para que sejam mais delicadas; ao tornarem-se mais graciosas e mais moderadas serão melhores quer no falar quer no agir. Tudo na vida do homem precisa de ritmo e de harmonia! E mais ainda, a seguir, mandam-nas ao pedótriba, para servirem o espírito bem formado com corpos melhores e não serem obrigados a abster-se, por causa de deficiência física, nem nas guerras nem em outras actividades. Os que têm mais possibilidades – e os mais ricos são os que mais podem – é assim que actuam e os seus filhos começam a frequentar a escola muito cedo e deixam-na muito tarde. Logo que saem da escola, é a vez de a cidade os obrigar a aprender as leis e a viver de acordo com elas e com os seus paradigmas, para não agirem apenas como bem lhes parecer. E, simplesmente, do mesmo modo que os mestres das primeiras letras, depois de traçarem linhas com o estilete, dão as

tabuinhas às crianças que ainda não sabem escrever e as obrigam a seguir a direcção das linhas, assim também a cidade, depois de traçar leis, obra de bons e antigos legisladores, obriga a que se governe e a que se seja governado de acordo com elas, e pune aquele que, porventura, vier a transgredi-las. [...] Sendo tal o cuidado em torno da virtude, quer na vida privada quer na comunitária, admiras-te, Sócrates, e questionas que a virtude possa ser ensinada? Pois não deves espantar-te; deverias, antes, espantar-te muito mais se o não pudesse ser.

(325c-326e)



Protágoras (Abdera, Trácia, c. 480 a. C. – Sicília, 410 a. C.)

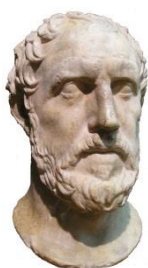
PEREIRA, Maria Helena da Rocha (org. e trad. do original) – *Hélade: antologia da Cultura Grega*. 10.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, S. A., 2009. p. 289.

O homem é a medida de todas as coisas

O homem é a medida de todas as coisas, das que são, enquanto existem, e das que não são, enquanto não existem.

O ensino

O ensino requer dotes naturais e prática.
Deve começar-se a aprender em novo.



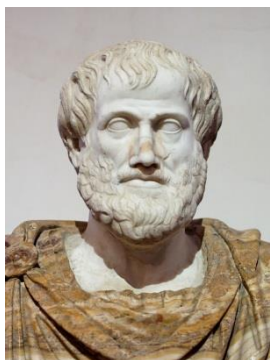
Tucídides (Atenas, c. 460 a.C. — Atenas, c. 400 a.C.)

TÚCIDIDES – *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. do texto grego, pref. e notas introdutórias Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2010. p. 201-202
[Guerra do Peloponeso – 431-404 a. C.]

Oração imperial de Péricles: elogio dos mortos e do poder democrático

[...] Também no que respeita a educação, enquanto desde crianças eles [Lacedemónios ou Espartanos] por meio de dolorosa disciplina procuram tornar-se homens de coragem, nós que levamos uma vida mais equilibrada, estamos não menos prontos a enfrentar os mesmos perigos.

(Livro II, § 39)



Aristóteles (Estagira, 384 – Cálcia, 322 a. C.)

ARISTÓTELES – *Política*. Trad. António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998. p. 561-573.

1. Plano geral da educação cívica

Ninguém questiona que a educação dos jovens deva constituir preocupação premente do legislador. Efectivamente, nas cidades onde a educação não tem lugar, isso redundaria em prejuízo dos regimes. A educação deve ser exercida de acordo com cada regime, pois importa defender o carácter próprio de cada um, tal como foi estabelecido desde o começo. Por exemplo, o carácter democrático em relação à democracia, e o oligárquico em relação à oligarquia; o mais excelente princípio é sempre causa do mais excelente regime. Ora, tal como para o desempenho de cada faculdade ou arte são imprescindíveis uma aprendizagem prévia e um hábito, a prática das virtudes exige o mesmo.

Tendo toda a cidade um único fim, é evidente que a educação deve necessariamente ser uma e a mesma para todos, e que o cuidado posto nela deve ser tarefa comum e não do foro privado, como se tornou prática corrente (pois que cada um se preocupa em particular com a educação dos seus filhos, dando-lhes um ensino privado, segundo parece melhor a cada qual). O exercício daquilo que é comum deve ser também realizado em comum. Tão pouco nenhum cidadão deve julgar-se útil por si próprio, mas sim em função da cidade, visto que cada um é uma parte dela, e o cuidado de cada parte deve, por natureza, reflectir-se na preocupação pelo todo. Estes considerandos podem reportar-nos aos Espartanos que encaram a educação das crianças como questão da maior e decisiva importância, e dela fazem um objectivo público. Torna-se evidente, portanto, que os assuntos relativos à educação devem ser objecto de legislação, e são assunto do interesse de toda a cidade.

2. Os estudos liberais

Que a educação deva ser assumida, e como deve ser realizada, são aspectos que não devem ser ignorados. Este assunto tem presentemente gerado controvérsia, na medida em que nem todos estão de acordo acerca do que deve ser ensinado aos mais novos, no que se refere à virtude, e no que diz respeito à vida melhor. Também não é evidente se é mais adequado que a educação vise as capacidades intelectuais ou o carácter da alma. Iniciar a indagação a partir do estado actual da educação, só gera mal-entendidos, pois não é evidente para ninguém se a educação deve incutir o que é útil para a vida, ou o que é adequado à prática da virtude, ou mesmo aquilo que não tem utilidade alguma; todas estas alternativas têm os seus partidários. Além do mais, também não há consenso no que conduz à virtude: em boa verdade, devido a não possuírem todos ao mesmo tempo uma evidência imediata, do que seja a virtude, discordam também no que seja o seu exercício.

Ninguém coloca reservas, é certo, ao facto de se dever ensinar as coisas úteis absolutamente indispensáveis, embora não todas. Sendo distintas as tarefas próprias dos homens livres e as tarefas dos não livres, é evidente que importa realizar tarefas que não aviltem os que delas se ocupam. E devemos considerar aviltantes todas as tarefas, artes e disciplinas que não preparam o corpo, a alma, e a mente do homem livre, para o exercício e a prática da virtude. É por isso que chamamos aviltantes os ofícios que debilitam o corpo, tais como as actividades assalariadas que mantêm a mente presa e degradada. Há ainda uns tantos estudos liberais de que os homens livres se podem ocupar em certa medida, já que um estudo demasiado intensivo desses saberes provocaria os efeitos nocivos que acabámos de referir. Reveste-se, portanto, da maior importância o objectivo que alguém se propõe ao realizar ou ao aprender seja o que for: na verdade, a prática de certos actos por si mesmos, por causa dos amigos ou em nome da virtude, em nada degrada o homem livre; o que parece fazê-lo comportar-se como um escravo ou assalariado é, isso sim, o realizá-los com frequência e em função de outros. Os estudos ancestrais actualmente vigentes implicam ambas as possibilidades.

3. Gramática, ginástica e música

São praticamente quatro os estudos liberais que se podem ensinar: a leitura e a escrita, a ginástica, a música e desenho. A leitura e a escrita e o desenho, por serem úteis para a vida e terem múltiplas aplicações; a ginástica porque incute bravura. Quanto à música, é caso para perguntar por que razão se inclui na educação. No presente, a maioria cultiva-a pelo prazer que dá; porém os que a integraram desde o

início na educação, fizeram-no porque, como repetidas vezes referimos, a natureza procura não apenas operar correctamente, mas também orientar bem o ócio, o que – digamo-lo uma vez mais – constitui o princípio de todas as coisas. Com efeito, se trabalho e ócio são indispensáveis (embora o ócio seja preferível ao trabalho e até à finalidade deste) pesquisemos como deve ser usado o tempo de lazer. Não certamente a jogar, porque então o jogo constituiria forçosamente a finalidade da nossa vida, o que é impossível (é, aliás, durante a labuta quotidiana que os jogos são melhores empregues, pois o trabalho árduo exige pausas, e os jogos são próprios para dar descanso, sendo que o trabalho implica cansaço e esforço). Nesse sentido, importa fomentar os jogos, mas sempre acautelando o momento oportuno da sua utilização e aplicando-os como se de uma terapêutica se tratasse, porquanto o movimento da alma que deles resulta produz relaxamento, e o prazer que deles se retira facilita o descanso. Por outro lado, o ócio parece conter em si mesmo prazer, felicidade e ventura. Os que trabalham não podem fruir disto, mas apenas os que se entregam ao ócio, já que, na verdade, o que trabalha fá-lo relativamente a um determinado fim de que não tira proveito. Ora a felicidade é um fim em si próprio, pois todos julgam que não surge acompanhada de dor mas de prazer. No entanto as opiniões divergem quando se trata de definir que prazer é esse, pois cada qual o determina de acordo com a sua disposição. Uma coisa é certa: o melhor prazer é o do melhor homem e o que provém das fontes mais excelentes. Torna-se claro, portanto, que devem ser aprendidas e ensinadas coisas em função da diagogia, e que esses ensinamentos e aprendizagens devem ser úteis em si mesmos, ao passo que as matérias que se referem ao trabalho são necessárias e úteis em função de outras coisas.

É por isso que aqueles que inicialmente introduziram a música na educação não o fizeram por verem nisso qualquer necessidade (pois não há mesmo nenhuma) ou qualquer utilidade, tal como acontece com a leitura e a escrita em relação às actividades comerciais, economia, ensino, e mesmo em relação às diversas actividades políticas, ou como acontece com o desenho para apreciar melhor as produções dos artífices, ou com a ginástica em relação ao bem estar e à boa forma do corpo. Ora, não vemos, com efeito, a música visar estes resultados. Parece óbvio, portanto, que no intuito de ocupar o ócio se tenha introduzido a música na educação, considerando-a divertimento à altura dos homens livres. É nesse sentido que Homero refere no seu poema "*apenas ele deve ser convocado para o magnífico festim*", aludindo de seguida aos outros hóspedes que "*convidam o aedo que a todos agradará*". E noutra passagem afirma Ulisses que a melhor diversão é a que celebram os homens "*escutando o aedo, gozando no palácio o festim ao lado uns dos outros*".

Não há dúvida que existe uma determinada educação que deve ser ministrada não porque seja necessária aos filhos, mas porque é liberal e formativa. Se essa educação implica um ou mais saberes, quais são e como devem ser ensinados, é algo a

que retornaremos posteriormente. Por enquanto apenas podemos dizer que joga a nosso favor um testemunho antigo no que se refere à educação tradicional, pois não há dúvida que a música deve implicar isso mesmo. Cumpre também referir que, às crianças, devem ser ensinadas alguns saberes úteis, como por exemplo a leitura e a escrita, não tanto pela sua utilidade, mas porque por seu intermédio podemos aceder a muitas e diversificadas aprendizagens. Do mesmo modo devem aprender o desenho não propriamente para evitar erros nos contratos particulares e não se enganar na compra e venda de bens, mas sobretudo porque o desenho conduz à contemplação da beleza do corpo humano; a busca reiterada da utilidade não é digna de espíritos magnânimos e livres.

Dada a evidência de que a educação se deve basear mais no hábito do que propriamente na inteligência, e preocupar-se mais com o corpo do que com a mente, é manifesto que as crianças devem ser entregues aos cuidados de um mestre de ginástica e de um preparador físico; aquele dotará os corpos de boa forma, este treina-os para os exercícios.

4. A educação física

De entre as cidades que, no presente, mais parecem preocupar-se com a educação das crianças, grande parte procura dotá-las de uma disposição atlética, em detrimento das formas e do desenvolvimento harmonioso do corpo. Os Espartanos, apesar de não incorrerem nessa falta, embrutecem-nas com trabalhos árduos, como se isso fosse o mais conveniente para o culto da bravura. Todavia, e já o referimos por diversas vezes, a educação não deve pôr, única e exclusivamente, o seu cuidado neste objectivo, porque apesar de o visar nunca o alcançará em pleno. Não vemos, com efeito, que a bravura acompanhe os mais selvagens, quer entre os animais quer entre os povos bárbaros. Acompanha, sim, aqueles que mais se assemelham ao carácter do leão. Existem muitos povos bárbaros com tendência para matar e alimentar-se dos seus semelhantes, como os Aqueus e Heníocos que habitam em redor do Ponto, e mesmo outros povos do continente, tanto ou mais selvagens do que estes, que vivem do saque mas não possuem bravura. É de todos conhecido que, outrora, os Espartanos se superiorizaram aos demais povos, ainda que tenham sido os únicos a cultivar o gosto pelas agruras da vida. Hoje em dia, contudo, cedem perante os demais tanto na ginástica como na guerra. É que antes não se distinguiam dos outros povos por sujeitarem as crianças à espécie referida de programa gímico, mas apenas pelo facto de as treinar, coisa que não sucedia com os povos seus inimigos.

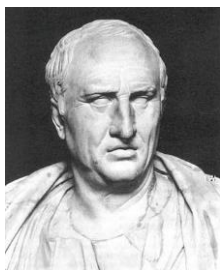
Assim sendo, é o espírito bem formado e não o rude, que deve assumir maior protagonismo, porque nem o lobo nem qualquer outra fera enfrentaria um belo risco, mas sim o homem bom. Os que sobrecarregarem as crianças com demasiados

exercícios, privando-as de aprender aquilo que é necessário, na verdade reduzem-lhes as capacidades, pois tornam-nas úteis para exercer uma só função de cidadão, e mesmo essa fica inferior a outras, como atrás se referiu. É preciso avaliar os Espartanos não pela obra realizada outrora, mas pela do presente, pois agora têm concorrentes na arte de educar e antes não tinham. Estamos de acordo, portanto, no que concerne à conveniência da ginástica, e de que modo ela é útil. Até à adolescência deve praticar-se ginástica com moderação, evitando uma alimentação pesada e exercícios violentos, a fim de que nada obste ao pleno desenvolvimento físico. E a prova nada insignificante de que essas práticas podem redundar em prejuízo do corpo, é que, de entre os vencedores dos Jogos Olímpicos normalmente apenas vislumbramos dois ou três Espartanos bem sucedidos, contando com adultos e crianças (de facto, a exigência do treino físico a que foram sujeitos desde tenra idade acabou por esgotar-lhes as forças). Depois de três anos dedicados à aprendizagem de outros estudos, a partir da adolescência, é tempo de se entregarem a exercícios árduos e de se sujeitarem a uma alimentação disciplinada. A mente e o corpo não devem ser duramente exercitados ao mesmo tempo; na verdade, trata-se de duas práticas opostas, visto que o trabalho do corpo é um obstáculo para a mente, e o da mente também, o é para o corpo.

(VIII, 1337a-1339a)

Diagogia – Saber contemplativo (*diagoge* – saber que não serve como meio, mas que possui o fim em si mesmo; lazer).

Ponto Euxino – Mar Negro.



Cícero (Marcus Tullius Cicero; Arpino, 106 a. C. – Fórmias, 43 a. C.)

As virtudes têm a sua origem nos romanos, a cultura nos gregos.

(*Do Orador* III, 34, 137)

Formação do orador

BUESCU, Victor (org.) – *Hespéria: antologia de Cultura Greco-Latina*. Lisboa: Plátano Editora, 1973. p. 167.

Devemos também ler os poetas, conhecer a história, folhear assiduamente as obras escolhidas dos mestres e escritores de todas as nobres artes; devemos praticar, elogiando-os, interpretando-os, corrigindo-os, reprovando-os, refutando-os; devemos sustentar teses contrárias a propósito de qualquer assunto, e fazer ressaltar o que houver de defensável seja em que matéria for. Além disso, devemos aprofundar o direito civil, conhecer as leis, estudar as antiguidades, a tradição senatorial, a doutrina estatual, os códigos dos aliados, os tratados de aliança, as convenções, os interesses do poder público, devemos ainda extrair de qualquer género de humorismo um certo encanto jocoso – sal a polvilhar todo o discurso.

(*Do Orador* I, XXXIV, 158-159)



Horácio (Quintus Horatius Flacco; Venúcia, 65 a. C. – Roma, 8 a.C.)

A Grécia conquistada, o feroz vencedor conquistou, pois trouxe as artes para o agreste Lácio.

(*Epístola a Augusto*, II, 1,156-7)

PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *Estudos de História da Cultura Clássica: II volume: Cultura Romana*. 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. p. 200.
Ars Poetica – 18 a. C

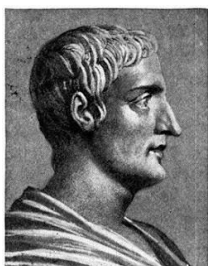
Aos Gregos concedeu a Musa o engenho, e falar
com harmonia, aos Gregos de nada avaros, senão da glória;
as crianças romanas, essas, aprendem em longos cálculos
a dividir o asse em cem partes. “Diga lá
o filho de Albano: se a cinco onças uma se tira,
que fica? ... Já podias ter dito!” – “Um terço de asse.” – “Bem!
Poderás conservar o património. Se se juntar uma onça, que fica?”
– “Meio asse.” E, se esta ferrugem e cuidado no pecúlio
uma vez os espíritos imbuiu, ainda esperamos que poderão
modelar carmes que mereçam conservar-se em óleo de cedro e cipreste polido?

(*Arte Poética* 323-332; *Romana*, p. 206)

Asse – antiga moeda romana de cobre, dividida em doze onças.

Carme – composição poética.

Os livreiros romanos esfregavam óleo de cedro nos papiros e guardavam-nos em caixas de cipreste, evitando, assim, a sua deterioração.



Quintiliano (Marcus Fabius Quintilianus; Calagúrris, actual Calahorra, Espanha, c. 35 d. C. – c. 96 d. C.)

QUINTILIANO, Marco Fábio – *Institutio Oratoria: livros I e II*. Trad. António Leite Marques e Rosalina Marques. Odivelas: Traduvárius, 2011. p. 50-53; 172-175. p. 50-53; 172-175.

[c. 95 d. C.]

I

*Sinais para conhecer as aptidões. Modo de dirigir as aptidões. Os entretenimentos.
Os castigos corporais.*

1. Um professor com experiência, uma vez que se lhe tenha confiado uma criança, primeiro terá de avaliar o seu carácter e a sua capacidade. Na infância, o indício mais seguro de inteligência é a memória; esta tem uma função dupla: facilidade na percepção e fidelidade na retenção. O próximo é o seu instinto de imitação, porque também é sinal de uma boa disposição para aprender, mas a criança deve imitar aquilo que se ensina e não uma atitude particular ou uma maneira de andar de alguém com um defeito.
2. Não me dará esperanças de ter boa índole aquele que procura imitar com o fim de provocar o riso. De facto, a criança verdadeiramente dotada será boa antes de tudo; aliás, pior que ser de inteligência lenta, é que o mau ensino a tenha estragado. O jovem de boa índole estará muito longe de ser aquele que é preguiçoso e indolente.
3. Para mim, será aquele que assimila o que é ensinado sem demasiada dificuldade, fará perguntas de vez em quando, mas seguirá em geral o professor, e não trata de se adiantar com pressa. Aquele género de inteligência precoce raramente chega a dar frutos.

4. Estes são os que facilmente fazem pequenas tarefas, e, levados pela sua audácia, fazem imediatamente ostentação do que conseguem fazer, mas aquilo que podem realizar é só o que é óbvio; seguem palavra atrás de palavra, repetem com o rosto imperturbável, sem que tenham vergonha alguma.

5. Não dão muito de si, mas dão depressa. Não há neles uma verdadeira força nem se apoiam em raízes profundas, como sementes que ficam à superfície e crescem rapidamente e imitam as espigas, mas são ervinhas vãs, que amadurecem antes da colheita. Comparada com a idade esta precocidade impressiona; depois o progresso pára e a admiração diminui.

6. Quando isto é observado, o professor deverá ter em atenção como conduzir o aluno. Alguns mostram-se indolentes se não são pressionados; outros indignam-se contra a autoridade; o medo trava uns, e paralisa outros; a constância forma uns, o impulso é mais eficaz para outros. Para mim, desejo um aluno que se sinta estimulado pelos elogios, que goste da glória e chore quando é vencido.

7. Neste dever-se-á alimentar a ambição; ele sentirá a mordidela da censura; nele despertará o desejo de honra, e jamais haverá quem tema a preguiça.

8. Contudo, há que dar a todos os alunos algum descanso, não só porque não há nenhuma actividade que possa suportar um trabalho contínuo, mas também porque um ser carente é sensível e necessita de pausas regulares de repouso para poder conservar a sua resistência, uma vez que o esforço de aprender baseia-se na vontade, que não pode ser forçada.

9. Assim, os jovens, com as energias renovadas, empreenderão os estudos com mais vigor e maior interesse, mesmo os que suportam mal a autoridade.

10. Nem me ofende o gosto pelo jogo nas crianças (este é um sinal de vivacidade) nem poderia esperar que aquela criança sempre triste e apagada tenha uma mente desperta para os estudos, quando carece do ímpeto próprio desta idade.

11. Deste modo é também necessário que os recreios sejam adequados, para que não produzam ódio aos estudos se são negados, e gosto pelo ócio se são excessivos. Existem até alguns jogos muito úteis para aguçar o engenho das crianças, como quando competem entre si com pequenas perguntas sobre qualquer matéria.

12. Também o carácter se revela com mais naturalidade durante os jogos, sempre que se tenha em conta que, na infância, não se pode aprender de imediato a diferença entre o bem e o mal; este é o momento mais propício para formar a criança, quando não conhece a dissimulação e segue com maior facilidade os professores; antes que se comece a corrigir, quebra-se o que endureceu estando torcido.

13. Prosseguindo pois no meu caminho, há que dar conselhos à criança para que não faça nada por ganância, por maldade ou por intemperança; e que tenha sempre presente aquele verso de Vergílio: *tão forte é o hábito adquirido durante os primeiros anos*

14. Mas que não se bata nos alunos, enquanto estão a aprender, mesmo que seja um costume estabelecido a que Crisipo não se opôs: primeiro porque se trata de forma vergonhosa e servil de castigo e, em todo caso (coisa com que concordo se a idade muda), injuriosa; depois porque se algum aluno é de mente tão pouca aberta que não se pode corrigir com repreensões, também endurecerá com os golpes como os piores escravos; por último, porque esta forma de castigo nem sequer será necessária, se o aluno se encontra junto a alguém que assiduamente supervisione os estudos.

15. Agora parece que se trata de emendar a negligência dos pedagogos, não obrigando as crianças a fazer bem as suas tarefas, mas castigando-as por não as terem feito. Finalmente, se forcamos as crianças por meio de palmadas, que faremos com os jovens quando o medo deixou para eles de surtir efeito e os conhecimentos que têm que assimilar são muito maiores?

16. A isto juntaremos que, por causa do sofrimento ou medo, aos alunos assim maltratados, ocorrem com frequência coisas horríveis de narrar e que se convertem em motivos de constrangimento; a vergonha quebra e abate o espírito que os leva a evitar e a odiar mesmo a luz do dia.

17. E, sendo prestada pouca atenção ao aspecto moral na escolha dos vigilantes e professores, horroriza pensar a que tipo de abusos pode levar esta forma de castigo em mãos de homens de poucos escrúpulos, sem contar que a sua actuação dá aos outros o medo sentido por estes infelizes. Não me deterei neste capítulo: demasiado já é o que se dá a entender. Portanto, basta haver dito o seguinte; sobre esta idade débil e vulnerável e exposta à injustiça, a ninguém deve ser concedida liberdade ilimitada. (p. 50-53).

II

Há que ensinar a cada um segundo a sua própria natureza

1. Considera-se, e não sem razão, uma virtude dos perceptores a sua habilidade para notar as diferentes capacidades dos seus educandos e a inclinação natural de cada um deles. Pois neste terreno a variedade é incrível e não são menos numerosos quase os tipos anímicos que os corpóreos.
2. Isto pode comprovar-se até nos próprios oradores, que diferem tanto entre si nos seus estilos retóricos que nenhum se parece com o outro, por mais que se esforcem por imitar o estilo daqueles que reconheciam como melhores.
3. Muitos também julgarão útil abordar a educação de cada um de maneira que se desenvolvam mediante o ensino dos dotes naturais e se ajude principalmente a mente a seguir a sua própria inclinação, da mesma maneira com que um perito da palestra chega a um ginásio cheio de crianças e submete toda a classe a provas tanto físicas como anímicas, e decide para que género de competição há que preparar cada um.
4. Assim, convém ao mestre de oratória, depois de sondar sagazmente quem mostra aptidões para um estilo limpo e polido, ver quem prefere um estilo vigoroso, grave, suave, áspero, claro, agudo, que se adapte a cada aluno para que progrida naquilo que sobressai,
5. pois a natureza dobra forças quando é ajudada, enquanto aquele que quer ir contra não alcançará o êxito ambicionado naquelas tarefas para que dispõe de menos aptidões.
6. Tudo isto é em parte certo (pois livre opinião tem quem segue um raciocínio científico ainda que contra convicções geralmente aceites) como também é necessário discernir as propriedades e aptidões do intelecto do aluno.
7. Nada me dissuadirá de que sobre esta base há que fazer uma selecção dos estudos que seguirão. Porque um será mais capaz para escrever história, outro terá inclinação para a poesia, outro estudará com proveito o direito e, quiçá para muitos, o melhor será que se dediquem à agricultura. Assim, o professor de retórica distinguirá entre as diferentes aptidões tal como aquele já mencionado professor de palestra fará de um discípulo um corredor, um pugilista ou um lutador, ou irá treiná-lo para alguma das outras competências que se praticam nos jogos sagrados (Olímpia).

8. Aquele que sem dúvida tenha vocação para as actividades do foro, deverá estudar a fundo, não alguma matéria em particular, mas todas aquelas que fazem parte da sua carreira, mesmo que algumas lhe pareçam difíceis de aprender: é que o ensino seria supérfluo se bastassem as aptidões naturais.

9. Mas suponhamos que nos toca um aluno presunçoso e de gosto pervertido, como há tantos: permitiremos que siga por este caminho? Ou, se um outro é áspero e falho de imaginação, não o alimentaremos e, como quem diz, não o vestiremos? Ora, se nalguns casos é necessário pôr de lado algumas coisas, porque não se há-de permitir que adicionemos outras?

10. Tampouco luto contra a natureza. Pois não creio que deva abandonar-se esta boa qualidade, mas antes se aumente ou adicione o que lhe falta.

11. Assim é Isócrates, aquele ilustríssimo mestre, que tem livros que proclamam a sua grande eloquência e cujo talento como educador não é em menor grau. Não é verdade que os seus discípulos dão testemunho dele, quando sentenciava sobre Éforo e Teopompo dizendo que um necessitava de freio e outro de esporas, e que poderia corrigir com ensinamentos a lentidão preguiçosa de um e a rapidez do outro, misturando a natureza de ambos?

12. Haverá que nos adaptarmos por inteiro às inteligências menos dotadas e será conveniente levar os alunos apenas pelo caminho que a sua natureza reclama. Assim se conseguirá que façam melhor o que podem fazer. Mas, se depararmos com uma natureza mais promissora que nos permita acalantar a esperança de formar um orador, não haverá que descuidar nenhuma das virtudes que pertencem à retórica.

13. Pois, mesmo quando sobressai uma aptidão natural para um determinado género da arte oratória, como é quase forçoso que ocorra, não rejeitará todavia as restantes e, dedicando-lhe atenção, poderá desenvolvê-las a par daquelas em que se destaque; assim mesmo, aquele referido perito no exercício físico (para não nos afastarmos do mesmo exemplo), ao empreender a tarefa de preparar um lutador para o pancrácio, não se limitará a ensinar-lhe a golpear com o punho ou com o calcanhar, ou somente os truques da luta, ou ainda alguns destes em particular, mas treiná-lo-á, sim, em todos os aspectos nesta classe de competência. Haverá sem dúvida quem não domine alguma técnica: deverá então insistir ao máximo nas que domina.

14. Duas coisas há que evitar antes de mais: primeiro, não se deve empreender o que não se pode conseguir, a seguir não se deve afastar um aluno daquilo em que se

evidencie para o orientar no sentido de fazer o que lhe está negado. Mesmo que o aluno seja como Nicóstrato, que na nossa juventude vimos já com idade avançada, o mestre procurará desenvolver todas as suas aptidões por igual e fará dele um campeão como o foi aquele que, com poucos dias de diferença, venceu ambos os troféus.

15. Quanto mais afincadamente não deverá providenciar-se um mestre do futuro orador! Pois não lhe basta que saiba falar de forma terna, subtil ou veemente, da mesma maneira que cabe a um cantor sobressair nas notas agudas, nas médias ou nas graves; ou em alguma outra categoria particular. Como a cítara, a eloquência não se pode considerar perfeita sem a presença de todas as suas cordas, desde a mais grave à mais aguda, estando todas elas bem temperadas e afinadas. (p. 172-175)



Aurélio Agostinho, dito de Hipona, conhecido como **Santo Agostinho** (Tagaste, actual Souk-Ahras, Argélia, 354 – Hipona, actual Anaba, Argélia, 430).

AGOSTINHO, Santo – *O Mestre*. Int. e comentários Maria Leonor Xavier. Trad. António Soares Pinheiro. Porto: Porto Editora, 1999. p. 97-99.
[388-391]

Capítulo XIV O Mestre e a consciência

AGOSTINHO – Proclamam acaso os professores que se aprenda e fixe o que eles pensam, e não as doutrinas mesmas, que eles julgam comunicar falando? Pois quem será tão estultamente curioso que mande o seu filho à escola para que ele aprenda o que o professor pensa? Ora depois de terem [os professores] explicado por palavras todas essas doutrinas, que declaram ensinar, incluindo a da virtude e a da sapiência, então aqueles que são chamados discípulos consideram consigo mesmos se se disseram coisas verdadeiras, e fazem-no contemplando, na medida das próprias forças, aquela Verdade interior de que falámos. É então que aprendem. Tendo averiguado interiormente que foram ditas coisas verdadeiras, pronunciam louvores, ignorando que não louvam propriamente homens que ensinam, mas sim ensinados, se é que também esses professores conhecem o que dizem.

Os homens enganam-se, chamando mestres àqueles que o não são, porque geralmente entre o tempo da locução e o do conhecimento não se interpõe nenhum intervalo; e dado que tais homens aprendem interiormente logo depois da insinuação de quem fala, julgam ter aprendido do exterior, por meio de aquele que insinuou.

Sobre toda a utilidade das palavras, que, se bem se considerar, não é pequena, indagaremos noutra altura, se Deus permitir. Por agora, adverti-te de que não lhes devemos atribuir mais importância do que é justo, de maneira a não acreditarmos apenas, mas começarmos também a entender com quanta verdade foi escrito, e com autoridade divina: «não chamemos mestre a ninguém na terra, pois que o único Mestre de todos nós está nos Céus» [Mateus, 23, 8-10]. O que quer dizer «nos Céus»,

Ele próprio o ensinará, Ele que também pelos homens, por meio de sinais e de fora, nos incita a que nos voltemos para Ele no nosso interior, para sermos ensinados. A vida venturosa é conhecê-Lo e amá-Lo. Todos proclamam que a buscam, mas poucos são os que podem alegrar-se de a ter verdadeiramente encontrado.

Queria agora me dissesse o que pensas de toda esta minha exposição. Se sabes que são verdadeiras as coisas que se disseram, também terias dito que as sabias, se fosses interrogado sobre cada afirmação particular. Vês portanto de quem as aprendeste; de mim, realmente não, a quem responderias tudo isso, se to perguntasse. No caso porém de não saberes se são verdadeiras, então nem eu nem Ele te ensinou; mas eu, porque nunca posso ensinar; Ele, porque tu ainda as não podes aprender.

ADEODATO – Quanto a mim, advertido pelas tuas palavras, aprendi que o homem, pelas palavras, não é mais que incitado a aprender, e que é de muito pouco valor o facto de que grande parte do pensamento de quem fala se manifesta pela locução. Se realmente se dizem coisas verdadeiras, só o ensina Aquele que, quando nos falavam de fora, nos advertiu de que Ele habitava no interior. Eu O amarei desde agora tanto mais ardentemente quanto mais estiver adiantado em aprender.

Entretanto, estou muito grato por esta tua exposição, em que usaste seguidamente da palavra, sobretudo por ela ter prevenido e resolvido tudo o que eu estava disposto a objectar. Além disso, não foi por ti deixado de parte absolutamente nada do que me causava dúvida, e acerca do qual esse oráculo secreto não me respondesse, segundo o que era afirmado pelas tuas palavras.



Baldesar Castiglione (Casático, Lombardia, 1478 – Toledo, Espanha, 1529)

CASTIGLIONE, Baldesar – *O Livro do Cortesão*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Porto: Campo das Letras, 2008.

[1528]

O Cortesão

Pedis-me pois que escreva qual é, na minha opinião, a forma de cortesania mais conveniente a um gentil-homem que vive na corte dos príncipes, pela qual ele possa e saiba servi-los perfeitamente em tudo o que é razoável, para adquirir a sua graça e os louvores dos outros; em suma, de que maneira deve ser aquele que merece o nome de perfeito cortesão, de modo que não lhe falte nada. (p. 13)

∞

Quero, pois, que o nosso cortesão seja nascido de nobre e generosa família, porque se censura menos a um não nobre de ter falta de virtudes do que a um nobre, que, desviando-se do caminho seguido pelos seus antepassados, mancha o nome da sua família e não só não adquire como perde o que já foi conquistado. Porque a nobreza é como uma fonte de luz clara, que manifesta e permite ver as boas e más acções, e inflama e incita os corações à virtude, tanto pelo temor da desonra como pela esperança do louvor. E como esta clareza da nobreza não revela as acções daqueles que não são nobres, estes últimos carecem de estímulo e do temor dessa desonra, e não lhes parece que sejam obrigados a ir mais longe do que os seus antepassados, enquanto, pelo contrário, os nobres sentir-se-iam dignos de censura se não se esforçassem pelo menos por atingir os limites que lhes foram indicados pelos seus predecessores. Daí decorre quase sempre que, tanto nas armas como nas outras acções virtuosas, os homens mais destacados são nobres, porque a natureza colocou em todas as coisas a semente que dá uma certa força e propriedade do seu princípio a tudo o que descende dela, tornando-o semelhante a ela. É o que vemos não só nas raças de cavalos e de outros animais, mas também nas árvores, cujos ramos se

assemelham quase sempre ao tronco, e se por vezes degeneram, é por culpa do mau agricultor. O mesmo acontece com os homens, que, quando são cultivados por uma boa educação, quase sempre são semelhantes àqueles donde provêm e muitas vezes melhores; mas se lhes falta quem trate bem deles, tornam-se como que selvagens e nunca chegam à maturidade. A verdade é que, quer pelo favor dos astros, quer pelo favor da natureza, alguns nascem acompanhados de tantas graças, que parece que não nasceram, mas que algum deus os criou com as suas próprias mãos e ornados de todos os bens do espírito e do corpo; do mesmo modo, também vemos muitos que são incapazes e desajeitados, que só se pode acreditar que a natureza os tenha criado por despeito ou por engano. Estes, por mais assíduos que sejam os cuidados e boa a sua educação, geralmente não conseguem frutificar; mas os outros, sem grande dificuldade, chegam ao cume da excelência. E para vos dar um exemplo, vede o senhor dom Hipólito de Este, cardeal de Ferrara, cujo nascimento trouxe tanta felicidade que a sua figura, o seu aspecto, as suas palavras e todos os seus movimentos têm uma harmonia e uma graça perfeitas, e que no meio dos mais antigos prelados, ainda que jovens, representa uma autoridade tão grande, que parece mais capaz de ensinar do que ter necessidade de aprender. Do mesmo modo, quando conversa com homens e mulheres de todas as qualidades, quando ele brinca, quando ele ri, quando ele graceja, tem uma certa doçura e maneiras tão graciosas, que é impossível que todos os que o vêem ou com ele falam não lhe fiquem perpetuamente afeiçoados. Mas, voltando ao nosso propósito, direi que entre esta graça excelente e aquela tolice insensata se encontra ainda um justo meio; e aqueles que não são tão perfeitamente dotados por natureza podem, com estudo, com dedicação, limar e corrigir em grande medida os seus defeitos naturais. Assim, quero que o cortesão, além da nobreza, seja afortunado e tenha por natureza não só o engenho e uma bela forma de corpo e de rosto, mas também uma certa graça e, como se diz, um ar que à primeira vista o torne agradável e amável para qualquer um. E isso deve ser como que um ornamento que harmonizará e acompanhará todos os seus actos, e assegurará que tal homem é digno da relação directa e da confiança de todos os grandes senhores. (p. 28-29)

Educação da dama de palácio

Deixando, pois, as virtudes do espírito que ela tem em comum com o cortesão, como a prudência, a magnanimidade, a moderação e muitas outras; mas também as qualidades que convêm a todas as mulheres, como ser boa e discreta, saber administrar os bens do seu marido, a sua própria casa, os seus filhos quando é casada, e tudo o que é requerido a uma boa mãe de família, digo que àquela que vive na corte parece-me ser conveniente sobretudo uma certa afabilidade agradável, através da

qual saiba relacionar-se gentilmente com toda a espécie de homens, com propósitos graciosos, honestos e apropriados ao tempo, ao lugar e à qualidade da pessoa a quem fala. Acompanhará com modos calmos e modestos e com uma honestidade que deve sempre compor todas as suas acções, uma pronta vivacidade de espírito, pela qual se mostrará alheia a qualquer grosseria, mas com uma maneira de bondade tal que seja considerada tão pudica, prudente e humana, como agradável, subtil e discreta; por isso, será necessário mostrar uma medida difícil de manter e que por assim dizer é composta por coisas contrárias e chegar precisamente a certos limites, mas sem os ultrapassar. Assim, para se fazer considerar boa e honesta, não deve ser sombria, nem mostrar aversão pelas companhias e pelas conversas, ainda que um pouco audazes, que se retraia na sua presença, porque facilmente se poderia pensar que ela finge ser austera para esconder o que os outros possam saber a seu respeito; e os costumes intratáveis são sempre odiosos. Ela também não deve, para mostrar que é livre e agradável, dizer palavras desonestas, nem manifestar uma certa confiança desmesurada e sem freio, ou maneiras que possam fazer crer que é o que talvez não seja; mas quando se encontra neste género de conversas, deve ouvi-las com algum rubor e vergonha. Do mesmo modo, deve fugir de um erro, no qual vejo cair muitas mulheres, que consiste em dizer e ouvir com à-vontade aqueles que dizem mal de outras mulheres; porque aquelas que, ao ouvir contar os modos desonestos de outras mulheres, ficam perturbadas e mostram não acreditar e consideram que é quase monstruoso que uma mulher seja impudica, dão a entender que, uma vez que consideram tão enorme essa falta, elas próprias a cometem; mas aquelas que andam sempre a investigar os amores dos outros e que os contam com tantos pormenores e complacência, parecem ter inveja e desejar que todos o saibam, para que a mesma falta não lhes seja atribuída por erro. E assim ouvem-se aqueles risinhos, surgem certos gestos, que dão testemunho que nesse momento sentem o maior prazer. Daí que os homens, embora pareça que as ouvem de boa vontade, tenham geralmente má opinião sobre elas e as respeitem muito pouco; parece-lhes que com essas maneiras são convidados a ir mais adiante e, muitas vezes, passam das palavras aos gestos, o que lhes dá uma merecida má reputação, acabando por estimá-las tão pouco que deixam de procurar a sua companhia, aborrecendo-se mesmo com esta; pelo contrário, não há homem, por mais descarado e insolente que seja que não tenha respeito por aquelas que são estimadas boas e honestas; porque essa gravidade, temperada pela sensatez e pela bondade, é de certo modo um escudo contra a insolência e os comportamentos vulgares dos presunçosos. Daí se vê que uma palavra, um riso, um acto de benevolência, por mais pequeno que seja, de uma mulher honesta, é mais apreciado por todos do que quaisquer ostentações e carícias daquelas que, sem nenhuma reserva, mostram pouca vergonha; e se não são impudicas, com

aqueles risos desbragados, com a sua verborreia, a sua insolência e outras maneiras triviais, dão a entender que o são. (p. 180-181)

∞

Dado que, por outro lado, o senhor Gasparo pergunta quais são as numerosas coisas que ela deva conhecer, como deve manter uma conversa e se as virtudes devem servir para essa conversa, digo que pretendo que ela tenha conhecimento do que estes senhores quiseram que o cortesão soubesse; quanto aos exercícios que dissemos não lhe serem convenientes, quero que ela tenha conhecimento pelo menos do que podem saber aqueles que não as praticam; e isso para saber elogiar e apreciar mais ou menos os cavaleiros, segundo os seus méritos. E para repetir parcialmente e em poucas palavras o que já disse, quero que esta dama tenha conhecimento das letras, de música, de pintura e saiba dançar e festejar, acompanhando também, com uma discreta modéstia e com uma boa opinião que dará de si, os outros conselhos que foram dados ao cortesão. Assim, ela dotar-se-á da máxima graça em todas as coisas: a conversar, a rir, a jogar, a gracejar; e entreterá de maneira apropriada, com ditos espirituosos e facécias convenientes, qualquer pessoa que encontrar. E embora pareça que a continência, a magnanimidade, a temperança, a força de espírito, a prudência e as outras virtudes não são importantes para a conversa, eu quero que esta dama seja dotada de todas, não tanto para a conversa, ainda que possam ser úteis para isso, mas para que seja virtuosa e a fim de que as suas virtudes lhe permitam merecer ser honrada e que todas as suas acções por ela sejam regidas. (p. 184)



Martinho Lutero (Eisleben, Alemanha, 1483 – Eisleben, Alemanha, 1546)

LUTERO, Martinho – *Obras selecionadas: vol. 5*. Trad. Walter O. Schlupp e Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. p. 303-309.
[1524]

**Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha
para que criem e mantenham escolas cristãs**

[...]

Em primeiro lugar, constatamos hoje em todas as partes da Alemanha que as escolas estão no abandono. As universidades são pouco frequentadas e os conventos estão em declínio. Este capim está secando e a flor está murchando, como diz Isaías [40.6ss.], porque o Espírito de Deus sopra por eles e porque os raios quentes do Evangelho caem sobre eles. Pois por meio da palavra de Deus fica evidente o quanto é acristão esse sistema e que visa somente à barriga. Sim, porque o povo carnal se dá conta de que não pode mais colocar os filhos, as filhas e os parentes em conventos e fundações, e que já não pode mais expulsá-los de casa e deixar que vivam às expensas de estranhos; por isso ninguém mais quer proporcionar ensino e estudo aos filhos. "Pois é", dizem eles, "que haverão de estudar se não podem tornar-se padres, monges e freiras? Que aprendam algum ofício com que possam sustentar-se."

Esta sua própria confissão revela com suficiência as intenções e a mentalidade dessa gente. Pois se não tivessem procurado nos conventos e fundações ou no estado clerical apenas o bem-estar da barriga e alimento material para os filhos, e se tivessem tido intenções sérias de procurar a salvação e a bem-aventurança de seus filhos, não desanimariam desta forma nem desistiriam, dizendo: "Já que o estado clerical não tem mais chance, também não nos interessa mais o ensino e nada mais faremos neste

sentido". Antes diriam: "Se for verdade que este estado é perigoso para os nossos filhos, conforme ensina o Evangelho, por favor, ensinai-nos outra maneira que seja agradável a Deus e que seja salutar para nossos filhos. Pois, na verdade não queremos preocupar-nos somente com o sustento de nossos filhos, mas também com sua alma". Certamente é isso que pais verdadeiros, cristãos e fiéis dirão sobre esse assunto.

Não admira que o diabo tome esta atitude a esse respeito, convencendo os carnis corações mundanos a negligenciarem os filhos e a juventude. Quem lho tomará por mal? Ele é príncipe e deus do mundo. Acaso seria de esperar que lhe agradasse o fato de seus ninhos, os conventos e hordas espirituais, serem destruídos pelo Evangelho? Pois é justamente nestes que mais arruína os jovens, e ele tem muito, sim, todo o interesse neles. Como poderia admitir ou até estimular que se eduque a juventude corretamente? Ora, seria louco se admitisse e ajudasse a instituir algo em seu reino que, muito breve, o levaria à ruína! Isso seria o caso se perdesse o belo naco, a querida juventude, e se tivesse que tolerar que fossem encaminhados ao serviço de Deus em seus conventos e a suas custas.

Por isso agiu com muita inteligência na época em que os cristãos educavam seus filhos cristãmente e os enviavam às escolas. A multidão de jovens estava escapando de seu domínio e se dispunha a instituir em seu reino algo insuportável. Aí ele interveio e lançou suas redes, constituindo esses conventos, escolas e estados, de modo que um menino poderia escapar-lhe somente por um especial milagre de Deus. Agora, porém, ao ver que as armadilhas são desarmadas pela palavra de Deus, toma o outro partido e quer que não se estude mais nada. Mais uma vez age correta e sabiamente para preservar seu reino e que, em todos os casos, a juventude permaneça sob seu poder. Tendo-a sob seu domínio, ela cresce sob sua tutela e continua sendo sua. Quem lhe poderá arrancar algo? Assim mantém o mundo tranquilamente sob seu domínio. Pois se quisermos causar-lhe algum prejuízo que ele sinta de fato, isso deve ser feito pela juventude que cresce no conhecimento de Deus e que divulga a palavra de Deus e a ensina a outros.

Ninguém, mas ninguém mesmo, acredita que diabólico empreendimento danoso é este; enquanto isso a coisa acontece com tanta tranquilidade que ninguém o percebe, e o prejuízo está feito mesmo antes que se possa aconselhar, defender-se ou ajudar. Tememos o turco, guerras e enchentes; por aí sabemos perfeitamente o que é prejuízo e proveito. Mas a este propósito do diabo, este ninguém enxerga e também ninguém o teme; isso acontece em silêncio. Não obstante, se alguém der um ducado para a guerra contra os turcos (ainda que nos assediasses), seria justo que se doassem cem ducados, embora com eles se pudesse educar apenas um garoto de modo a tornar-se um varão verdadeiramente cristão. Pois um cristão verdadeiro é melhor e mais útil do que todos os seres humanos na terra.

Por isso vos imploro a todos, meus caros senhores e amigos, por amor de Deus

e da pobre juventude, que não considereis esta causa de somenos importância, como o fazem muitos que não enxergam a intenção do príncipe do mundo. Pois se trata de uma causa séria e importante, da qual muito depende para Cristo e para o mundo, que ajudemos e aconselhemos a juventude. Isso é a solução também para nós e para todos. E tende consciência de que este ataque silencioso, secreto e traiçoeiro do diabo pode ser combatido somente com profunda seriedade cristã. Caros senhores. Anualmente é preciso levantar grandes somas para armas, estradas, pontes, diques e inúmeras outras obras semelhantes, para que uma cidade possa viver em paz e segurança temporal. Por que não levantar igual soma para a pobre juventude necessitada, sustentando um ou dois homens competentes como professores?

Também cada cidadão deveria pensar o seguinte: Até agora dispendeu inutilmente tanto dinheiro e bens com indulgências, missas, vigílias, doações, espólios testamentários, missas anuais pelo falecimento, ordens mendicantes, fraternidades, peregrinações e toda a confusão de outras tantas práticas deste tipo; estando agora livre dessa ladroeira e doações para o futuro, pela graça de Deus, que doravante doe, por agradecimento e para a glória de Deus, parte disso para a escola, para educar as pobres crianças, onde está empregado tão bem. Se não tivesse aparecido essa luz do Evangelho e não o tivesse libertado disso, teria sido obrigado a doar eternamente não menos que dez vezes isto ou mais aos supracitados ladrões, sem recompensa. E que reconheça: se neste ponto houver resistência, queixa, bloqueio e má vontade, seguramente isso é obra do diabo. Quando esse dinheiro era doado para conventos e missas, ele não resistia desta forma, pelo contrário, encaminhava-o para estes fins aos montes. Pois sente que esta obra não é de seu interesse. Caros senhores e amigos, que este seja o *primeiro motivo* que vos deve comover a resistirmos ao diabo neste ponto como ao mais perigoso inimigo secreto.

O *segundo motivo* é que não devemos receber a graça de Deus em vão, nem deixar passar despercebido o tempo bem-aventurado, como diz S. Paulo em 2 Co 6.1s. Pois o todo-poderoso Deus de fato visitou misericordiosamente a nós alemães e instituiu um verdadeiro ano de jubileu. Temos hoje os melhores e mais doutos jovens companheiros e homens com conhecimentos linguísticos e toda a ciência; esses poderiam muito bem produzir algo útil se fossem aproveitados para instruir a juventude. Não está evidente que hoje se pode formar um menino em três anos de modo que aos 15 ou 18 anos sabe mais do que lhe puderam ensinar até agora todas as universidades e conventos? Afinal, que se aprendeu até agora nas universidades e conventos a não ser tornar-se burro, tosco e estúpido? Houve quem estudasse vinte, quarenta anos e não sabe nem latim nem alemão. Não quero nem falar da vida vergonhosa e dissoluta na qual a nobre juventude foi corrompida tão miseravelmente.

É bem verdade: se as universidades e conventos continuarem como estão, sem a aplicação de novos métodos de ensino e modos de vida para os jovens, preferiria que

nenhum jovem aprendesse qualquer coisa e que ficassem mudos. Pois é minha opinião séria, meu pedido e desejo que essas cocheiras e escolas do diabo mergulhem no abismo ou sejam transformadas em escolas cristãs. Visto, porém, que Deus nos agraciou tão ricamente, concedendo-nos uma grande quantidade de pessoas aptas a instruir e educar maravilhosamente a juventude, é necessário que não desperdicemos a graça de Deus e não o deixemos bater em vão às nossas portas. Ele está diante da porta; felizes nós, se lhe abirmos! Ele nos saúda; bem-aventurado quem lhe responder! Se o desprezarmos, de modo que passa adiante, quem o chamará de volta?

Atentemos para nossa miséria anterior e as trevas em que nos encontrávamos. Creio que a Alemanha jamais ouviu tanto a respeito da palavra de Deus como agora. Em todo o caso não há registro disso na História. Se deixamos as coisas passar sem agradecimento nem honra, é de se temer que haveremos de suportar trevas e pragas ainda mais horríveis. Caros alemães, comprei enquanto o mercado está às portas, colhei enquanto o sol brilha e o tempo é bom; aproveitei a palavra de Deus e sua graça enquanto estão aí. Pois é preciso saber que a palavra de Deus e sua graça são como chuva de verão, que não retorna ao lugar por onde passou. Ela esteve com os judeus, mas o que passou passou. Agora estão sem nada. Paulo a levou para a Grécia. Mas também aí, o que passou passou. Agora eles têm o turco. Ela também passou por Roma e o mundo latino. O que passou passou. Agora eles têm o papa. E vós alemães não deveis pensar que a tereis eternamente, pois a ingratidão e o desprezo não permitirão que permaneça por muito tempo. Portanto, agarre quem puder. Mãos preguiçosas terão um ano ruim.

O *terceiro motivo* é, certamente, o mais importante, a saber, o próprio mandamento de Deus que estimula e exige com tanta frequência por meio de Moisés que os pais ensinem os filhos, como também diz o Salmo 78.5s.: "Quanto insistiu com nossos pais que transmitissem aos filhos [sc. os louvores e as maravilhas do Senhor] e os ensinassem aos filhos dos filhos!" Isso o demonstra também o Quarto Mandamento de Deus, onde ordena aos filhos a obediência aos pais com tanto rigor que os filhos desobedientes devem ser inclusive condenados à morte pelo tribunal. Aliás, para que vivemos nós velhos senão para cuidar da juventude, ensinar e educá-la? Pois é totalmente impossível esperar que este povinho louco se instrua e discipline a si mesmo; por isso Deus os confiou a nós, os mais velhos e que sabemos por experiência o que serve para o bem deles, e, sem dúvida, exigirá de nós uma prestação de contas severa sobre eles. Por isso também ordena Moisés em Dt 32.7: "Pergunta a teu pai, ele te informará; pergunta aos velhos, eles to dirão".

Na verdade, é pecado e vergonha o fato de termos chegado ao ponto de haver necessidade de estimular e de sermos estimulados a educar nossos filhos e a juventude e de buscar o melhor para eles. A própria natureza nos deveria convencer disso e também o exemplo dos gentios nos deveria incentivar em vários sentidos. Não

existe animal irracional que não cuide de seus filhotes e não lhes ensine o que lhes convém, com exceção da avestruz a respeito do qual Deus diz em Jó 31 [sc. 39.14,16] que é tão rigorosa com seus filhotes como se não fossem seus e que deixa seus ovos abandonados no chão. De que nos valeria se, no mais, tivéssemos e fizéssemos tudo e fôssemos todos santos, mas deixássemos de fazer aquilo que é a razão principal de nossa existência: a educação da juventude? Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não as educamos.

[...] Diariamente nascem crianças e se criam aí entre nós, e infelizmente não existe ninguém que se dedique à pobre juventude e a oriente; deixamos as coisas correr de qualquer jeito. Isso seria tarefa dos conventos e das fundações. Mas justamente a respeito destes diz Cristo: "Ai do mundo por causa dos escândalos. Quem escandalizar um destes jovens que crêem em mim, melhor lhe seria que se lhe pendurasse uma mó de moinho ao pescoço e fosse afogado no mar no lugar onde é mais fundo" [Mt 18.7,6]. Não passam de devoradores e perversores de crianças.

Pois não, objetas tu, isso tudo diz respeito aos pais. Que têm os conselheiros e as autoridades a ver com isso? Está certo; no entanto, que acontece se os pais não o fazem? Quem o fará? Simplesmente não se fará nada e as crianças ficam negligenciadas? Acaso as autoridades e o conselho querem desculpar-se e dizer que isso não lhes diz respeito? O fato de os pais não cumprirem essa tarefa tem várias razões.

Em primeiro lugar, há os que sequer são leais e conscientes a ponto de fazê-lo ainda que tenham condições para tanto. Como as avestruzes, também eles se endurecem contra seus filhos, contentam-se com o fato de terem se livrado dos ovos e de terem gerado filhos; além disso nada mais fazem. No entanto, apesar disso essas crianças devem viver entre nós e conosco numa comunidade urbana. Como poderá a razão e em especial o amor cristão tolerar que cresçam sem educação e que sejam veneno e bicharia para as outras crianças, de sorte que por fim se arruína uma cidade inteira, como aconteceu em Sodoma e Gomorra, em Gibeá e outras cidades?

Em segundo lugar, infelizmente a maioria das pessoas mais velhas não tem aptidão para tanto e não sabe como educar e ensinar crianças. Pois elas próprias nada aprenderam a não ser encher a barriga. Para ensinar e educar bem as crianças precisa-se de gente especializada.

Terceiro: Mesmo que os pais fossem aptos e o quisessem assumir, eles não têm tempo nem espaço em face de outras atividades e dos serviços domésticos. Portanto a necessidade obriga a mantermos educadores comunitários para as crianças, a não ser que cada qualquer queira manter um em particular. Isso, porém, seria oneroso demais para um simples cidadão, e uma vez mais muitos excelentes meninos seriam

prejudicados por serem pobres. Além disso, muitos pais morrem e deixam órfãos; e a maneira como os tutores cuidam deles nos deveria mostrar, se a experiência não basta, o fato de o próprio Deus se denominar pai dos órfãos que estão abandonados pelos demais. Também existem os que não têm filhos; por isso esses não teriam interesse no caso.

Por isso certamente será da competência do conselho e das autoridades dedicar o maior cuidado e o máximo empenho à juventude. A eles, como curadores, foram confiados os bens, a honra, corpo e vida de toda a cidade. Portanto, não agiriam responsabilmente perante Deus e o mundo se não buscassem, com todos os meios, dia e noite, o progresso e o melhoramento da cidade. Agora, o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras. Inclusive, onde existem muitas coisas dessa espécie e aparecem alguns tolos enlouquecidos, o prejuízo é tanto pior e maior para a referida cidade. Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem educados. Estes então também podem acumular, preservar e usar corretamente riquezas e todo o tipo de bens.

LUTERO, Martinho – *Obras selecionadas: vol. 5*. Trad. Walter O. Schlupp e Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. p. 333-363.
[1530]

Sermão ou prédica para que se mandem os filhos à escola

Prezados amigos. Vejo que as pessoas simples estão alheias à manutenção das escolas e que mantêm seus filhos totalmente afastados do estudo, dedicando-se exclusivamente à alimentação e ao cuidado com o estômago. Ademais, não querem ou não podem avaliar que coisa horrível e acristã estão cometendo com isso e que grande prejuízo assassino provocam no mundo inteiro a favor do diabo. Por isso me propus a dirigir-vos a presente admoestação, para o caso em que ainda existam algumas pessoas que ainda crêem que existe um Deus no céu e um inferno para os descrentes (pois quase todo o mundo está se comportando como se não existisse Deus no céu nem diabo no inferno) e tomam a sério a presente admoestação. Portanto, quero

relatar o que há de útil e prejudicial nesta matéria.

Em primeiro lugar, queremos analisar o proveito e o dano espiritual ou eterno, depois o temporal ou secular. Espero que os crentes e os que querem ser cristãos saibam perfeitamente que o estado espiritual foi instituído e fundado por Deus, não com ouro ou prata, mas com o precioso sangue e com a amarga morte de seu único Filho, nosso Senhor Jesus Cristo. Com efeito, de suas chagas fluem (como antigamente se desenhava nas cartas) os sacramentos. De fato pagou um preço alto para que em todo o mundo se tivesse o ministério de pregar, batizar, absolver, ligar, administrar o Sacramento, consolar, admoestar com a palavra de Deus e tudo mais que é necessário para o ministério pastoral. Pois também esse ministério não apenas promove e ajuda a preservar a vida terrena e todos os estados seculares, mas também dá a vida eterna e redime da morte e do pecado, o que, aliás, é seu ofício próprio e precípua. O mundo ainda subsiste e permanece somente por causa desse estado, do contrário já teria perecido há muito.

[...]

Deus não deu os filhos e seu sustento somente para teu prazer ou para educá-los para a pompa do mundo. Exige-se de ti seriamente que os eduques para o serviço de Deus, ou então serás erradicado com filhos e tudo, de modo que seja condenável tudo o que investes neles, como diz o primeiro mandamento: "Visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam" [Êx 20.5]. Como, porém, poderás educá-los para o serviço de Deus, se o ministério da pregação e o estado eclesiástico jazem por terra e caíram no abandono? E por tua culpa, pois poderias ter dado tua contribuição e ajudado a preservá-lo se tivesses mandado teu filho estudar. Pois, se tens condições de fazê-lo e teu filho é capaz e tem vontade de estudar, e não o fazes, antes o impedes – escuta bem! – então és culpado do dano pelo desaparecimento do estado eclesiástico e do fato de nem Deus nem a palavra de Deus permanecerem no mundo. Pois quanto depende de ti, tu o deixas desaparecer, porque não queres entregar teu filho para esse fim. Do mesmo modo procederias com todos os demais, mesmo que tivesses o mundo cheio de filhos, de maneira que por tua causa o serviço de Deus simplesmente se arruína.

De nada te servirá dizer: Meu vizinho manda seus filhos para a escola; portanto não há necessidade que eu também mande os meus, etc., pois teu vizinho pode dizer a mesma coisa, e assim, subsequentemente, todos os vizinhos. No entanto, onde irá Deus buscar entrementes pessoas para seu ministério espiritual? Tu dispões da pessoa e podes fornecê-la; no entanto, não queres, tampouco teu vizinho. Assim, no que depende de vós, o ministério se afunda. Visto, pois, que permites que se destroe o ministério instituído por teu Deus, adquirido por tão alto preço, e o deixas arruinar-se com tamanha abominável ingratidão, sejas maldito também tu, e que venha tanto sobre ti como sobre teus filhos pura ignomínia e miséria, ou então que sejas

castigados por outras pragas, para que não sejas condenado juntamente com eles apenas aqui na terra, mas também lá eternamente no inferno. Disso não escaparás, para que compreendas que não és dono absoluto de teus filhos, como se não tivesses o dever de entregar um deles a Deus. Ele também quer ter direito sobre eles e, ademais, pertencem mais a ele do que a ti.

[...]

Com isso, não quero ter insistido que todos devem educar seus filhos para esse ministério, pois não é necessário que todos os meninos se tornem pastores, pregadores ou professores. E é bom saber que os filhos dos patrões e grandes senhores não se destinam a essa finalidade, pois o mundo também precisa de herdeiros e gente, do contrário se destroçaria a autoridade secular. Refiro-me ao povo comum que, anteriormente, de qualquer modo teriam mandado seus filhos estudar somente com vistas às prebendas e feudos e que agora os mantêm afastados somente por causa da preocupação com o sustento, embora não necessitassem de herdeiros. Não obstante, afastam-nos da escola, apesar de serem aptos e capazes para esses ministérios e nos quais poderiam servir a Deus sem qualquer problema ou obstáculo. Esses meninos capazes deveriam ser encaminhados ao estudo, especialmente os filhos da gente pobre, pois para essa finalidade foram instituídas as prebendas e tributos de todas as fundações e conventos. Naturalmente também os outros meninos deveriam aprender ao menos a entender o latim, a escrever e ler, mesmo que não fossem tão capazes; pois não precisamos somente de eruditos doutores e mestres na Escritura; também precisamos de pastores comuns, que preguem o Evangelho e o catecismo ao povo jovem e rústico, que batizem e administrem o Sacramento, etc. Não importa que não se prestem para a luta contra os hereges. Para uma boa edificação não se necessitam somente silhares, mas também pedras de enchimento. Assim também se precisa de sacristãos e outras pessoas que apoiem o ministério da pregação e da palavra de Deus.

[...]

A segunda parte tratará do benefício ou prejuízo temporal ou secular. Em primeiro lugar é preciso dizer que a autoridade ou a função secular não pode ser comparada de nenhum modo ao ministério espiritual da pregação, como o denomina S. Paulo. Pois aquela não foi adquirida por preço tão elevado pelo sangue e pela morte do Filho de Deus como o foi o ministério da pregação. Por isso também não pode realizar milagres e obras tão grandes como o ministério da pregação. Pois todas as obras desse estado visam apenas a esta vida temporal e passageira, para a preservação do corpo, da mulher, dos filhos, casa, bens e honra e das demais coisas necessárias para esta vida. Tanto quanto a vida eterna é superior à vida terrena, assim o ministério da pregação ultrapassa o ofício temporal; é como a sombra em comparação ao próprio corpo. Pois o governo secular é uma imagem, sombra e figura

do governo de Cristo. Pois o ministério da pregação (onde ele existe como Deus o ordenou) acarreta e proporciona justiça eterna, paz eterna e vida eterna, como S. Paulo o enaltece em 2 Co 4.1ss. O regime secular, todavia, mantém paz, justiça e vida temporal e passageira.

Não obstante, [o regime secular] é uma maravilhosa ordem divina e uma excelente dádiva de Deus. Ele o instituiu e estabeleceu e quer vê-lo preservado, visto que dele não se pode prescindir. Se não existisse, ninguém poderia subsistir diante do outro. As pessoas se devorariam entre si como fazem os animais irracionais. Por isso, assim como é função e honra do ministério da pregação transformar pecadores em verdadeiros santos, mortos em vivos, condenados em bem-aventurados, servidores do diabo em filhos de Deus, do mesmo modo é obra e honra do regime secular fazer de animais selvagens seres humanos e preservá-los como seres humanos, para que não se tornem animais selvagens. Ele preserva o corpo de cada pessoa, para não acontecer que qualquer um o pudesse matar; preserva a cada qual sua mulher, para não acontecer que qualquer um lha pudesse tirar e violentar; preserva a cada qual a prole, filha e filho, para não acontecer que qualquer um lha pudesse raptar ou roubar; preserva a casa e as benfeitorias de todos, para não acontecer que qualquer um pudesse apropriar-se delas e nelas cometer seus desmandos; preserva a cada qual seu campo, gado e todos os bens, para não acontecer que qualquer um os pudesse atacar, roubar ou danificar. Tudo isso não acontece entre os animais e tampouco aconteceria entre os seres humanos, se não existisse o regime secular. Sem dúvida, as pessoas se tornariam animais selvagens.

[...]

Todas essas grandes obras podem ser realizadas por teu filho, podendo ele tornar-se essa pessoa útil, se o encaminhares para essa carreira e o mandares estudar. E tu podes participar de tudo isso, investindo teu dinheiro de modo excelente. Não te deverias sentir lisonjeado e considerar grande honra vendo que teu filho é um anjo no reino e um apóstolo do imperador, além disso uma pedra fundamental e alicerce da paz temporal na terra? E tudo isso na certeza de que o próprio Deus o vê assim e que assim é de fato? Se bem que ninguém se torna justo ou bem-aventurado perante Deus por meio dessas obras, ainda assim é um alegre consolo saber que tais obras agradam tanto a Deus. Ainda mais quando um homem assim também é crente e pertence ao reino de Cristo. Pois com isso se lhe agradece por seu benefício e se oferece o mais belo sacrifício de gratidão, o supremo culto a Deus.

Terias que ser um estúpido grosseiro e ingrato e merecerias ser expulso do convívio humano e desterrado entre os animais se visses que teu filho pudesse tornar-se um homem que poderia ajudar ao imperador a preservar seu reino, seu poder e sua coroa; ao príncipe a governar seu território; que pudesse aconselhar e assessorar cidades e territórios; que pudesse ajudar a tantos homens a proteger o corpo, mulher,

os filhos, bens e honra, e não estivesses disposto a investir o suficiente para que ele pudesse estudar e alcançar essa posição.

[...]

Em minha opinião, porém, também as autoridades têm o dever de obrigar os súditos a mandarem seus filhos à escola, especialmente aqueles aos quais me referi acima. Pois, na verdade é dever dela preservar os ofícios e estados supramencionados, para que no futuro possamos ter pregadores, juristas, pastores, escritores, médicos, professores e outros, pois não podemos prescindir deles. Se podem obrigar os súditos capazes a carregar lanças e arcabuzes, escalar os muros e outras coisas mais que devem ser feitas em caso de guerra, quanto mais podem e devem obrigar os súditos a mandarem os filhos à escola. Porque aqui se trata de uma guerra pior, a guerra contra o enfadonho diabo, cujo propósito é sugar solapadamente cidades e principados, esvaziando-os das pessoas capacitadas, até retirar o cerne, deixando apenas uma casca vazia de pessoas inúteis, as quais pode manipular e usar a seu bel-prazer. Isso é a mesma coisa que render uma cidade ou um país pela fome, que se destrói por si mesma sem luta, antes mesmo que nos apercebamos disso. O turco procede de modo diferente; toma cada terceiro filho em todo o império e o educa para o que quer. Quanto mais nossos senhores deveriam escolher alguns meninos e mandá-los à escola, visto que, desse modo, não se está tirando os filhos dos pais, antes são educados para seu bem e proveito comum, para um cargo que lhe renderá o suficiente.

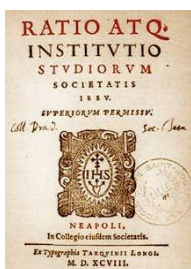
Portanto, seja vigilante quem puder! As autoridades, se descobrirem um menino capacitado, procurem mandá-lo à escola. Se o pai for pobre, usem-se para isso os recursos da Igreja. Os ricos deveriam destinar valores para essa finalidade em seus testamentos, como fizeram alguns que instituíram bolsas de estudo. Essa seria uma forma digna de doares teu dinheiro à Igreja. Com isso não estás tirando as almas dos falecidos do purgatório, mas, por meio da preservação dos ministérios divinos, estarás ajudando tanto aos que vivem atualmente como também às gerações futuras, que ainda não nasceram, para que não entrem no purgatório, mais ainda, para que sejam libertados do inferno e subam ao céu; e para que os vivos gozem paz e bem-estar. Isso seria um testamento cristão e louvável, que agradaria a Deus. Em compensação te abençoaria e honraria, para que também tu tivesses prazer e alegria nele. Aí está, meus amados alemães, eu vos adverti que chega. Acabastes de ouvir vosso profeta. Queira Deus que obedeçamos a sua palavra, para louvor e agradecimento a nosso amado Senhor por seu precioso sangue oferecido tão misericordiosamente por nós. E que Deus nos proteja do abominável vício da ingratidão e esquecimento de seus benefícios! AMÉM.



Inácio de Loyola (Loyola, actual município de Azpeitia, província basca de Guipúzcoa, Espanha, 1491 – Roma, 1556)

As horas das aulas, com a ordem e o método próprio, os exercícios de composição literária (que devem ser corrigidos pelos professores) ou de discussão em todas as matérias, a declamação pública em prosa e verso, tudo isso se indicará em pormenor num tratado à parte, aprovado pelo Geral, ao qual a presente Constituição remete o leitor. Dizemos somente que esse tratado deve adaptar-se aos lugares, aos tempos e às pessoas, embora seja para desejar, quanto possível, que se chegue a uma ordem comum.

(*Constituições da Companhia de Jesus*, 1558. P. IV, n.º 455)



Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesv, 1599

Código pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599): regime escolar e curriculum de estudos. Int., versão portuguesa e notas Margarida Miranda. Lisboa: Esfera do Caos, 2009. p. 102-108.

[1599]

REGRAS COMUNS A TODOS OS PROFESSORES DAS FACULDADES SUPERIORES

Finalidade

1. Tanto nas lições (quando a ocasião se prestar) como fora das lições, a intenção particular do professor deverá ser levar os seus alunos ao maior serviço e amor de Deus e ao amor de todas aquelas virtudes pelas quais Lhe devemos ser agradáveis; deve, pois, fazer com que todos os estudos concorram para este fim.

Oração antes da aula

2. Para que esta intenção permaneça na lembrança dos professores, antes de começar a lição, alguém recitará uma breve oração, composta para este fim, a qual deverá ser escutada pelo professor e por todos os alunos, atentamente e de cabeça descoberta. Ou então, o professor fará pelo menos o sinal da cruz, com a cabeça descoberta, e depois começará a lição.

Favorecer a piedade dos alunos

3. Além disso, o professor deverá ajudar os seus discípulos, rezando frequentemente por eles e dando o seu próprio exemplo de vida religiosa. Importa também não ser omissos nas exortações, ao menos antes dos dias mais solenes e quando se concedem férias um pouco mais longas. [Nessa altura,] o professor deve exortar os alunos à oração, ao exame de consciência diário, a receber dignamente e com frequência os sacramentos da Penitência e da Eucaristia, a ouvir Missa todos os dias e pregação nos dias de festa, a evitar os maus costumes, a detestar os vícios e a cultivar as virtudes dignas do cristão.

Obediência ao prefeito

4. Em tudo o que diga respeito aos estudos e à disciplina escolar, o professor deve obediência ao prefeito. Apresentar-lhe-á todas as teses antes de as propor, para que sejam aprovadas; não explicará livro algum ou autor fora do programa, nem introduzirá nenhuma novidade na maneira de ensinar ou de conduzir as disputas.

Refutar com modéstia

5. Nasquelas questões em que o professor tem liberdade para seguir qualquer opinião, defenda a sua, mas faça-o de tal modo que não deixe de considerar a outra com respeito e com benevolência – principalmente, se o professor anterior tiver ensinado a opinião contrária. Mais ainda, se for possível conciliar os diversos autores, é preferível não deixar de o fazer. Em suma, proceda com respeito, quer ao evocar a autoridade dos autores quer ao refutá-los.

Evitar as novidades de opinião

6. Mesmo naquelas matérias em que não subsiste risco algum para a fé nem para a piedade, ninguém deverá introduzir questões novas em matérias de certa importância; nem admitir opiniões que não sejam de autor idóneo sem antes ter consultado os que têm mais autoridade; nem ensinar nada contra os princípios fundamentais dos doutores, ou contra o ensino comum das escolas. Todos deverão seguir, de preferência, os doutores mais reconhecidos e as doutrinas que, com a experiência dos anos, foram ganhando maior aceitação nas escolas católicas.

Brevidade a refutar as opiniões alheias e a defender as próprias

7. O professor não deve apresentar opiniões inúteis, obsoletas, absurdas e manifestamente falsas, nem deter-se demasiado a referir opiniões alheias ou a refutá-las. Deve esforçar-se por provar as suas teses não tanto pelo número de argumentos, mas pelo seu peso. Não deve fazer digressões fora do programa e, quanto às matérias que lhe são próprias, não deve tratar umas com mais extensão do que elas exigem, nem outras fora do lugar que lhes convém. Em vez de acumular objecções, deve limitar-se a referir as principais, com brevidade, e só quando a respectiva refutação não seja manifestamente evidente a partir da exposição dos fundamentos.

Parcimónia e fidelidade na citação das autoridades

8. O professor não deverá ser excessivo a aduzir a autoridade dos mestres. Se, no entanto, dispuser do testemunho de autores célebres para sustentar a sua opinião, leia, tanto quanto possível, as suas palavras, com brevidade e com fidelidade, de modo particular a Sagrada Escritura, os Concílios e os Santos Padres. Não é digno do mestre citar um autor sem o ter lido pessoalmente.

Ditado

9. Se alguém puder ensinar sem ditar, de tal modo que os estudantes consigam apanhar sem dificuldade tudo aquilo que devem escrever, é preferível que não dite. Os que ditarem, em todo o caso, não façam pausa em cada palavra, mas pronunciem tudo de um só fôlego, e, se for preciso, repitam tudo pelas mesmas palavras. E não ditem toda a questão para depois a explicarem, mas façam alternar o ditado com a explicação.

Remeter os alunos para os autores

10. Quando se expõem assuntos que se encontram em autores acessíveis, o professor deverá explicá-los, mais do que ditá-los; mais ainda, deverá remeter os estudantes para os autores que tiverem tratado desse assunto com exactidão e profundidade.

Repetições na aula

11. Terminada a lição, o professor permanecerá na sala, ou perto dela, ao menos durante um quarto de hora, para que os alunos possam aproximar-se e interrogá-lo e para que, por vezes, ele próprio possa também interrogá-los sobre a lição e fazer com que a repitam.

Repetições em casa

12. Também em casa, todos os dias excepto aos sábados, dias de férias e dias de festa, se deverá fixar uma hora em que os Nossos [escolásticos] farão repetições e disputas, a fim de que, por este método, o intelecto seja mais exercitado e as dificuldades que ocorrem fiquem mais elucidadas. Assim, o professor avisará um ou dois, com antecedência, para repetirem de cor a lição (não mais de um quarto de hora). Em seguida, um ou dois argumentarão com objecções, e outros tantos responderão. Depois, se sobrar tempo, exponham-se dúvidas. Para que efectivamente sobre tempo, o professor fará respeitar rigorosamente as regras da argumentação e, quando nada houver de novo a acrescentar, porá fim ao argumento.

Repetições gerais

13. No final do ano haverá repetições das lições dadas. A menos que algo o impeça, estas deverão ser organizadas de modo que haja um mês inteiro livre quer das repetições, quer das lições.

Disputas semanais

14. Ao sábado, ou noutro dia que os costumes universitários exijam, as classes terão disputas de duas horas – ou mesmo mais longas se houver grande concurso de externos a assistir. Se, na mesma semana, houver dois dias de festa, ou se um dos dias de festa coincidir com o dia de pausa semanal, a disputa de sábado será suprimida e haverá aula. Se, porém, essa situação se prolongar durante três semanas, intercale-se um sábado com disputas.

Disputas mensais

15. Onde os costumes recebidos da universidade não forem impedimento, haverá disputas comuns, em dia fixo, de manhã e de tarde, todos os meses, excepto os três últimos meses do Verão. Se forem poucos os alunos, as disputas podem realizar-se em meses alternados. Os alunos serão tantos quantos os professores, e cada um responderá a uma questão colocada por um professor.

Insistir nos argumentos

16. Tomem também parte nas disputas, tanto quanto possível, outros professores e doutores Nossos, mesmo que sejam de outros cursos. Insistam na força dos argumentos em discussão, a fim de tornar o debate mais vivo – desde que não chamem a si o desenvolvimento de um argumento quando o argumentante insiste ainda nele com proveito e com vigor. Nestes debates, poderão igualmente tomar parte outros doutores de fora e podem mesmo ser formalmente convidados a arguir – a menos que o não permitam os costumes do lugar.

Só os melhores alunos farão disputas

17. Nas disputas públicas só deverão tomar parte os alunos mais doutos. Os restantes façam-nas em privado até ficarem de tal modo preparados que já não pareçam indignos desse papel.

Cuidado nas disputas

18. O professor deve ter em conta que um dia de disputas não é menos trabalhoso nem menos proveitoso do que um dia de aulas, e deve estar consciente de que de si próprio depende toda a utilidade e vivacidade das disputas. Por isso, o professor presidirá à disputa de tal maneira que ele próprio pareça lutar em ambos os campos da contenda: dê um louvor se alguém acrescentar algo de bom, e mande que todos estejam atentos quando alguém expuser uma dificuldade; intervenha de vez em quando com um breve apontamento para apoiar o que responde, ou para orientar o que argumenta; não esteja calado por muito tempo nem fale sem parar, para que os alunos possam mostrar o que sabem; corrija ou aperfeiçoe o que for dito pelos alunos; mande o arguente continuar enquanto não estiver resolvida a dificuldade; mais ainda, aumente mesmo o grau de dificuldade e, se o que estiver a argumentar se evadir para outro argumento, não deixe de o denunciar; não permita que se insista longamente num argumento já praticamente resolvido, nem que se sustente demasiado tempo uma resposta sem consistência. Depois do debate, o professor fará uma breve recapitulação de toda a questão e esclarecê-la-á. No entanto, se em algum lugar os costumes forem diferentes e houver habitualmente disputas mais frequentes e mais vivas, deve-se conservar cuidadosamente o costume do lugar.

Reunir com o bedel

19. De tempos a tempos o professor deverá reunir com o seu auxiliar ou bedel, que é designado pelo reitor. Pergunte-lhe pelo andamento de toda a classe e também pela diligência e progresso dos alunos externos. Esforce-se por que o bedel desempenhe a sua função com empenho pessoal e com esmero.

Progresso dos estudantes

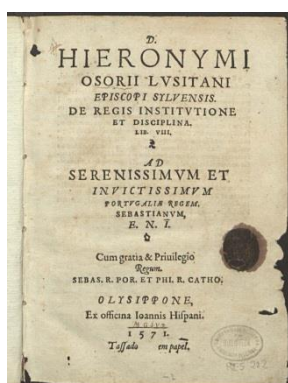
20. Com o auxílio da graça divina, o professor deverá ser em tudo diligente e assíduo, solícito pelo progresso dos alunos, quer seja nas aulas, quer seja nas restantes actividades literárias; não mostrará mais familiaridade com uns do que com outros; não desprezará ninguém; interessar-se-á pelos estudos dos pobres como dos ricos, e cuidará de modo especial do progresso de cada um dos seus escolásticos.



Juan Luis Vives (Valência, 1492 – Bruges, 1540)

HANNOUN, Hubert – *Anthologie des penseurs de l'éducation*. Paris : PUF, 1995. p. 105.
De institutione feminae christinae. 1523.
David Silva, trad. Funchal: UMa, 2014.

Para a educação das mulheres. – Eu sou da opinião de que é preciso cuidar a educação das jovens mulheres mais do que geralmente se pensa. Muita gente desconfia da mulher instruída dizendo que se junta à malícia natural os recursos de um saber pernicioso. Sendo assim, devemos também desconfiar dos homens nos quais uma má índole vem acompanhada de um saber perigoso. A ciência, que eu queria ver espalhada em toda a humanidade, é sóbria e modesta, forma a alma e torna-a melhor, bem longe de provocar as más paixões ou ainda de dar meios para as satisfazer. Tais são, para falar da mulher, os preceitos da conduta e os exemplos de virtude: se os conhecer é mau, eu não vejo como os ignorar pode ser bom. O quê! Quereis que a vossa filha seja sabedora da maldade e ignorante do bem? O que pode levar a fazer mal, ela o saberá e ignorará o que pode desviar?



Jerónimo Osório (Lisboa, 1506 – Tavira, 1580)

OSÓRIO, Jerónimo – *Da ensinança e educação do rei*. Trad., int. e anot. A. Guimarães Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. p. 62-72.

[1571]

Com efeito, se o rei, para me ocupar em primeiro lugar da caça, percorrer incessantemente os bosques e florestas, para seguir todos os rastos dos animais selvagens, e alcançar uma imensa nomeada [29 v.] com a sua matança, acabará por acontecer que teremos um rei feroz e montesinho, completamente avesso a toda a espécie de ensinamentos régios. É que ordinariamente tornamo-nos de tal condição qual é a daqueles com quem vivemos, a tal ponto que, se nos dermos muito a perseguir animais selvagens é forçoso que aos poucos os nossos hábitos também se asselvajem. Por conseguinte, se o rei se entregar incessantemente à caça e pensar muito em florestas e bosques, em esconderijos de feras e em cães e venábulo, acabará por desumanizar-se e, em vez de um príncipe indulgente e bondoso, mostrar-se-á feroz e desumano. Além disso, os que se acostumam às caçadas muito dificilmente abdicam desse prazer e, sendo certo que, em geral, os reis se submetem mais aos seus prazeres do que os restantes homens, há-de suceder, se se entregarem excessivamente à caça, que ninguém poderá arrancá-los das florestas para tratarem dos negócios e desempenharem a sua função. Por último, acresce aquela falsa opinião de coragem, com que os príncipes se lisonjeiam a si mesmos ao perseguirem a montaria em fuga e ao trespassá-la com o venábulo arremessado: de facto, crêem que nada lhes falta para o mais elevado título de louvor e que aquela coragem inata, que deveria ser estimulada com as actividades militares, a levam à perfeição quando matam um corpulento javali ou infligem uma ferida mortal a um grande veado, e,

como se já tivessem dado provas de uma excepcional coaragem, não pensam nos inimigos nem nas guerras, nem se propõem qualquer vitória [30] nem aspiram a qualquer louvor pela superioridade no mando. Convém também dizer o mesmo acerca dos exercícios com armas, porquanto o príncipe que durante demasiado tempo se entrega a estes jogos torna-se desmedidamente rude e grosseiro e, demais disso, satisfeito com a fama de espadachim, considera que não se deve empenhar em alcançar a fama de rei excelente.

Por conseguinte, em primeiro lugar cumpre que se prescreva ao rei que não se entregue excessivamente nem a caça nem às armas e que mantenha em tudo aquela moderação em que se funda por inteiro a superioridade da virtude e do merecimento. Ora, desejo que o estudo das letras esteja de tal maneira unido ao exercício corporal que nem o sobejo estudo das letras sem o exercício corporal abata e enfraqueça o corpo, nem o exercício corporal sem as letras prive o espírito de todo o sentimento humano. Quanto ao que disseste de que todo o cuidado dos que educam os reis deve estar posto em inculcar-lhes o mais profundo zelo da religião, não posso ir-te à mão por isso, visto ser evidente que todas as virtudes se encerrem no seio e regaço da religião. Mas vê o que é que te parece que deves responder aos que afirmam que existe uma certa justa medida na religião, tal como nas outras coisas; aquele que a ultrapassar, dizem eles, corre o risco de subverter todos os deveres. Vou utilizar os argumentos deles:

Com efeito, os que consagram demasiada actividade a velar pela religião e de tal maneira temem a majestade divina que [30 v.] nada ousam fazer nem empreender nem decidir, como poderão governar o Estado? É que nem são capazes de desempenhar qualquer função pública ou privada nem de viver uma existência com um pouco de serenidade, em parte porque a prática da religião não lhes deixa tempo algum de sobra, em parte porque, atordoados dia e noite, o temor de Deus os embarga. Com efeito, quem se encontra demasiado atado com os constrangimentos da religião, não pode ser destemido na guerra, nem rápido em descobrir os ardis, nem diligente em aumentar o património familiar, nem astuto no tratar dos negócios, pois está sempre assustado e a tremer de medo e, se mover um pé fora da cadência, receia incorrer em grande descontentamento de Deus. Por isso advogam que essa religiosidade excessiva deve ser deixada para aqueles que inteiramente se apartaram do tumulto dos homens e do incómodo dos negócios, a fim de, libertos de toda a espécie de cuidados, puderem mais à vontade rogar a Deus pela salvação de todos: ora, eu admiro incondicionalmente a piedade destes homens, não todavia de tal modo que ache bem que os nossos reis sejam por ela dominados. É que nem todas as coisas ficam bem a todas as pessoas, porquanto aquilo que dá honra e dignidade a um género de homens, a outro suja-o com a mancha de um enorme desdouro. De facto, se um cantor cantar em público com uma voz muitíssimo agradável e afinada, ou se

um gladiador lutar com denodo num espectáculo público, ou se um pintor reproduzir com o pincel a forma que quiser, certamente que qualquer um destes obtém o louvor adequado à sua arte; o rei, porém, se quiser pôr por obra algo de similar, aviltar-se-á com um desdouro nada pequeno, [31] visto que é impossível manter a sua dignidade ao tempo em que se esforça por alcançar aquela que pertence a uma actividade alheia: destarte é forçoso que aquilo que abrilhanta certo género de homens vinculados pelos laços sagrados da santíssima religião, diminua muito a glória do rei.

[...] Enfim, para dizer tudo resumidamente, desejo que o rei se divirta com as caçadas de tal modo que não se torne feroz e montesinho; que se entregue à prática das armas de tal maneira que não adquira a natureza de gladiador; que se aplique às letras de tal forma que não elanguesça na ociosidade e na inacção; que pratique a religião de tal sorte que o excesso de escrúpulos o não atormente; que obtenha os conhecimentos do direito civil suficientes para sentir viva aversão pelos embustes dos advogados; que se mantenha leal à palavra de tal guisa que, quando a utilidade pública o exigir, não tenha dúvidas em violar a palavra, e, finalmente, que em todas as circunstâncias da vida, conserve aquele meio termo, no qual penso que se deve fundar toda a ciência de governar sabiamente um reino. [38] E assim, em minha opinião, será objecto de toda a espécie de louvores o príncipe que, em todas as suas actividades e pensamentos, em todas as funções e, finalmente, em todos os sectores da governação do Estado, respeita a ordem e a justa medida, e jamais se desvia da autoridade da razão.

OSÓRIO, Jerónimo – *Da ensinança e educação do rei*. Trad., int. e anot. A. Guimarães Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. p. 172-174.

[1571]

Ora, [113 v.] são três as coisas que podem incitar a diligência do rei, sendo totalmente indigno do título de rei aquele que as não possui; são elas: confiança ou lealdade, amor da pátria e zelo da religião. Ora, a confiança abarca a totalidade da existência. De facto, se na vida não houver ninguém em quem confiemos e a quem entreguemos quer o dinheiro, quer a saúde, quer a dignidade; se não houver ninguém a quem revelemos os segredos da nossa alma; se vivermos sempre na desconfiança de que nos estão a armar ciladas: levaremos uma existência odiosa e atormentada e seremos atribulados por incessantes cuidados e ralações. Portanto, ainda que homens ruins por todos os lados perpetrem inúmeros crimes, todavia não há nenhum mais

medonho, pernicioso e que mereça um castigo mais rigoroso do que a deslealdade, porquanto faz desaparecer da existência a solidariedade, a reciprocidade de favores e a segurança de ânimo, as quais, uma vez suprimidas, não resta coisa alguma pela qual alguém deseje viver, pois é muito preferível morrer a viver numa incessante agonia de inquietações. Por conseguinte, os que pretendem cumprir com a sua dignidade e função e se arreceiam do crime da infâmia, devem cultivar a lealdade com o máximo desvelo, cuidado e escrúpulo. Ora, quanto mais importante é aquilo que se confia, tanto mais zelosamente se deve ser leal ao compromisso assumido. Ora, não há coisa mais importante do que o bem-estar dos homens, do que a estabilidade da cidade, do que a protecção e defesa dos povos; por consequência, ninguém deve respeitar com mais desvelo e rigor a lealdade do que os reis, ou seja, aquelas pessoas a quem foi confiado e cometido o bem-estar de inúmeros homens. [144] Portanto, quando o rei reflectir em quão grande é a incumbência que lhe foi atribuída, em quão grande é a responsabilidade que tem a seu cargo, em quão grande é o peso que carrega e em como a estabilidade do Estado inteiro depende da vigilância dele, certamente não conseguirá dormir; com efeito, se quem deve dinheiro e não perdeu por completo a vergonha, ao aproximar-se o dia marcado para pagar, está ansioso sobre o modo como desempenhar a sua palavra, para evitar que a sua reputação seja beliscada se não pagar no prazo, que nos parece que cumpre fazer ao rei, que está onerado com tão grande número de obrigações, para evitar incorrer em infâmia perpétua, se não cumprir com aquilo a que está obrigado? É que está obrigado a cuidar, atender e vigiar a pátria; está obrigado a desvelar-se pelo bem-estar geral de forma extraordinária e singular; está obrigado a defender-lhe a existência com uma guarda fortíssima e com um baluarte muitíssimo resistente para repelir os perigos. Por conseguinte, se considerar que deve respeitar escrupulosamente a palavra dada e abominar da ignomínia da deslealdade, esta preocupação incitá-lo-á assaz a desempenhar energicamente todas as funções em prol do bem-estar da pátria.

Que direi acerca do amor? Ora, o amor aguça o engenho, estimula, dá energias, não se resigna a adormecer sobre as coisas; é próprio, porém, do bom cidadão e do homem sensato antepor o amor da pátria aos afectos privados. É que fomos criados pelas leis e instituições da pátria, civilizados pelos seus ensinamentos culturais e por ela instruídos em todas as regras do dever; foi ela quem nos deu os pais, ela quem nos deu os parentes, ela [114 v.] quem nos deu os amigos, é graças a ela que conservamos não apenas a vida, como igualmente a nossa qualidade humana; ela, finalmente, abarca no seu seio toda a espécie de vínculos atados pela santíssima solidariedade; mantendo-se ela incólume, facilmente velamos por todos os nossos bens; uma vez ela abatida, sucumbimos e somos esbulhados de todos os bens; é portanto com razão que todos os bons a consideram como um espécie de mãe, pela qual pensam que devem dar a vida. Por isso, se algum homem privado deve maior amor à pátria do que aos

seus parentes, por tal forma que oferecer a vida em prol da salvação da pátria se considera como uma espécie de suprema e sempiterna glória, que cumpre aos reis fazerem, uma vez que foi ela quem os ornamentou e prestigiou com as mais elevadas honrarias e de certa maneira os colocou no número dos seres celestiais? Por outro lado, ainda que lhe consagrem todos os desvelos, mesmo assim nunca afrouxarão um átimo na intensidade do seu afecto, porque compreenderão que nunca lhe hão-de retribuir uma semelhante graça. Além disso, assim como os artífices muito bons se deleitam com as suas obras, do mesmo modo o rei excelente em toda a espécie de virtudes, quanto mais preservar, ajudar e aumentar o Estado, tanto mais ardentemente o amará, pelo que não poderá deixar de por ele incansavelmente velar, estar atento, trabalhar, correr riscos e desafiar todos os combates e até, se for necessário, de bom grado afrontar a morte. Além disso, a religião não tolerará que ele desempenhe de forma negligente uma função tão importante. É que, quem pratica pura e escrupulosamente a religião, compreende que [115] nada é mais aceito a Deus do que suportar imensos trabalhos pela salvação de todos e, quando assim o pedir o interesse da utilidade geral, oferecer à pátria a própria vida.



Michel Eyquem de Montaigne (Castelo de Montaigne, Saint-Michel-de-Montaigne, Dordonha, França, 1533 – Castelo de Montaigne, Saint-Michel-de-Montaigne, Dordonha, França, 1592)

MONTAIGNE, Michel de – *Ensaio: selecção*. Trad. revista por R. Correia. Lisboa: Amigos do Livro, [197-]. p. 109-149.
(1588)

DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

À senhora Diana de Foix, condessa de Gurson

[...]

Um amigo meu que há alguns dias leu em minha casa o capítulo precedente, disse-me que devia ter-me alargado mais sobre a educação dos jovens; de maneira, senhora, que, se realmente possuísse alguma competência em tal matéria, de modo algum podia dar-lhe melhor emprego que fazendo dela um presente ao pequeno que dentro em pouco verá a luz (a vossa fidalguia é grande para deixar de começar por um varão). Tendo-me cabido uma grande parte na conclusão do vosso matrimónio, creio-me com direito e estou interessado na grandeza e prosperidade de tudo o que sobrevenha, tanto mais que há muito estou obrigado às vossas mercês, o que obriga duplamente o meu interesse para tudo o que convosco se relacione directamente. Entendo, senhora, que a maior e principal dificuldade da ciência humana reside na acertada direcção e educação dos filhos, do mesmo modo que na agricultura os trabalhos que precedem a plantação são simples e não têm dificuldade; mas logo que a planta nasce, para que cresça existe diversidade de procedimento, que são difíceis. O mesmo acontece com os homens: dar-lhes vida não é difícil, mas logo que a têm, vêm

os diversos trabalhos e cuidados que exigem a sua educação e direcção. O aparecimento das suas inclinações é tão indeciso e as promessas que daquelas se podem deduzir são tão incertas e falsas, que não é viável fundamentar por elas nenhum juízo atinado. Cimon e Temístocles foram bem diferentes do que se poderia adivinhar pela sua infância. As crias dos ursos e dos cães mostram desde logo a sua inclinação natural; mas os homens sentem-se desde o começo impelidos por costumes, leis e opiniões que os disfarçam facilmente, pois é bem difícil forçar as tendências e propensões naturais. De onde resulta que, por não ter escolhido bem o seu caminho, trabalha-se sem fruto, empregando um tempo inútil em destinar aos pequenos precisamente aquilo para que não hão-de servir. Não obstante tal dificuldade, é preciso em meu entender encaminhá-los sempre para as coisas melhores, das quais podem tirar maior proveito, fixando-se pouco em adivinhações e prognósticos de que tiramos consequências demasiado fáceis na infância. Platão, na sua República, concede-lhes, na minha opinião, autoridade demasiada.

A ciência é, senhora, ornamento de valor, ao mesmo tempo que presta relevantes serviços, nomeadamente às pessoas da vossa craveira. Na verdade, entendo que não se encontra bem entregue em mãos baixas e plebeias, sente-se mais orgulhosa prestando o seu concurso para conduzir uma guerra, governar um povo, e frequentar a amizade de um príncipe ou de uma nação estrangeira, que para ordenar um argumento dialéctico, pronunciar uma defesa ou preparar uma caixa de pílulas. Assim, senhora, como estou bem seguro de que não esqueceréis tal princípio na educação dos vossos filhos, vós que haveis provado da doçura das letras e que pertenceis a uma família literária (ainda possuímos os escritos dos antigos condes de Foix, de quem descende o senhor conde vosso esposo e descendeis vós mesma, e Francisco, senhor de Candal, vosso tio, dá ainda luz a obras que estenderão o conhecimento daquela qualidade da vossa família até aos séculos vindouros), quero manifestar-vos a única opinião que professo acerca da educação, contrária ao comum sentir e uso. É tudo quanto posso fazer em vosso serviço neste ponto.

Ao cargo de mestre que lhe confiardes, na escolha do qual assenta todo o fruto da sua educação, juntam-se outras importantes atribuições, das quais me dispensarei de falar por não saber nada de importante acerca delas; e sobre o que mais adiante direi, só desejo que aquele fixe a sua atenção no que para ele for de maior proveito. A uma criança nobre que cultiva as letras, não como meio de viver (pois este fim é abjecto e indigno da graça e favor das musas, para além de supor a dependência alheia), nem tão pouco para buscar nelas coisa de adorno; que se propõe antes ser homem hábil que homem sábio, eu desejaria que se pusesse muito especial cuidado em o entregar a um preceptor de melhor cabeça que provida de ciência, e que mestre e discípulo se encaminhassem antes na recta direcção do entendimento e costumes, que do ensinamento por si mesmo, e gostaria também que o mestre se conduzisse no

seu cargo de uma maneira nova.

Não seja daqueles que descarregam nos nossos ouvidos, como se vertessem num funil, fazendo com que o nosso dever não consista senão em repetir o que nos foi dito; queria que o mestre se servisse de outro procedimento, e que desde logo, segundo o alcance espiritual do discípulo, começasse a mostrar perante os seus olhos o exterior das coisas, fazendo gostar, escolher e discernir por si mesmo, quer preparando-lhe o caminho, quer deixando-lhe liberdade de o procurar. Tão pouco quero que o mestre invente nem que seja o único a falar; é necessário que ouça o seu educando falar por sua vez. Sócrates, e mais tarde Arcesilau, faziam primeiro expressar-se os seus discípulos, e em seguida falavam eles. *Obest plerumque iis, qui discere volunt, auctoritas eorum, qui docent.* [A autoridade dos que ensinam prejudica, por vezes, os que querem aprender. Cícero, *de Nat. deor.*, I, 5.] É bom que o faça correr diante da sua vista para julgar dos seus brios e ver até que ponto se deve baixar para se acomodar às suas forças. Se prescindirmos de tais requisitos, não alcançaremos nenhum fruto; sabê-los escolher e conduzi-los com acerto e medida é um dos trabalhos mais árduos que conheço. Uma alma superior e forte sabe condescender com os hábitos da infância, e ao mesmo tempo guiá-los. Eu caminho com maior segurança e mais seguro a subir do que a descer. Aqueles que, como é hábito no nosso uso, aplicam pedagogia idêntica e procedimentos iguais à educação e entendimentos de diferentes medidas e formas, enganam-se redondamente: não é de estranhar se de um todo um povo de rapazes apenas se encontrarem dois ou três que tenham podido tirar algum fruto da educação recebida. Que o mestre não se limite a perguntar ao discípulo as palavras da lição, mas antes o sentido e a substância; que se informe do proveito que tirou, não pela memória do aluno, mas pela sua conduta. Convém que a criança explique o aprendido de cem maneiras diferentes e que o acomode a outros tantos casos, para que deste modo possa ver se recebeu bem o ensinamento e o fez seu, julgando do seu adiantamento segundo o método pedagógico seguido por Sócrates nos diálogos de Platão. Se lançamos a carne tal como a comemos é porque houve indigestão; o estômago não faz a sua operação se não transforma a substância e a forma do que se lhe dá para se nutrir. A nossa vontade só se move por vontade estranha, e está ligada e estrangida, quando a temos acostumado a ideias alheias; é serva e cativa sob a autoridade da sua lição: tanto nos subjugam que nos deixa sem liberdade nem desenvoltura. *Nunquam tutelae suae fiunt.* [Mantêm-se em tutela permanente. Sêneca, *Epíst.*, 33.]

Encontrando-me em Pisa tive ocasião de falar familiarmente com uma pessoa excelente, tão partidária de Aristóteles que professava com cabal firmeza a crença de que o toque e a regra de toda a verdade e ideia sólida era a sua conformidade com a doutrina aristotélica, e que fora de tal doutrina tudo era quimera e vazio; que Aristóteles havia visto tudo e tudo havia dito. Por essa proposta ter sido um tanto

ampla, ao mesmo tempo que injustamente interpretada, o nosso homem teve que se haver durante largo tempo com a inquisição de Roma.

O mestre deve acostumar o discípulo a passar pelo peneiro todas as ideias que lhe transmita e fazer de modo que a sua cabeça não dê albergue a nada pela simples autoridade e crédito. Os princípios de Aristóteles, como os dos estóicos e os dos epicuros, não devem ser para ele doutrina inconvertível; proponha-se-lhe semelhante diversidade de juízos, e ele escolherá se puder, e se não, permanecerá na dúvida:

Che nom men saper, dubbiar m'aggrada:

[Tanto como o saber, também o duvidar é meritório. Dante, *Inferno*, cant. XI. v. 93]

pois se abraça, depois de as reflectir, as ideias de Xenofonte e as de Platão, estas ideias, já não serão as desses filósofos, mas as suas; quem segue outro, não segue ninguém, nada encontra, e até podia dizer-se que nada procura; que saiba dar razão ao menos do que sabe. É preciso que se impregne do espírito dos filósofos; não basta aprender os seus preceitos; pode esquecer, se quiser, qual foi a fonte do seu ensinamento, mas com a condição de o saber aplicar. A verdade e a razão são património de todos, e ambas pertencem por igual ao que falou antes como ao que fala depois. Tanto monta dizer segundo o parecer de Platão que segundo o meu, pois os dois vemos e entendemos do mesmo modo. As abelhas extraem o suco de diversas flores e logo elaboram o mel, que é produto seu, e não tomilho nem manjerona: assim transformará e modificará as noções tomadas a outro para com elas executar uma obra que lhe pertença, formando desse modo o seu saber e o seu discernimento. Todo o estudo e todo o trabalho não devem ser encaminhados para objectivo distinto da sua formação. Que saiba ocultar tudo aquilo de que se serviu e que expresse só o que decidiu fazer. Os salteadores e os trapaceiros exibem ostensivamente as suas propriedades e as coisas que compram, e não o dinheiro que roubaram ou adquiriram mal; também não vereis os honorários secretos que recebe um empregado da justiça, o qual mostrará só as honras e benevolências que obteve para si e para os seus filhos: ninguém inteira os outros do que recebe, cada qual deixa ver somente as suas aquisições.

O fruto do nosso trabalho deve consistir em transformar o aluno em melhor e mais prudente. Dizia Epicarmes que o entendimento que vê e escuta é o que aproveita tudo, dispõe de tudo, trabalha, domina e reina; tudo o mais não passa de coisas cegas, surdas e sem alma. Convertemos voluntariamente o entendimento em cobarde e servil, por não lhe deixarmos a liberdade que lhe pertence.

Quem perguntou alguma vez ao seu discípulo o que pensa da retórica e da gramática, ou desta ou daquela sentença de Cícero? As ideias são introduzidas na

nossa memória com a força de uma flecha penetrante, como oráculos em que as letras e as sílabas constituem a substância da coisa. Saber de memória não é saber, é apenas reter o que se deu a guardar à memória. Daquilo que se conhece rectamente dispõe-se a todo o momento sem olhar ao padrão ou modelo, sem voltar a vista para o livro. Pobre capacidade a que se tira unicamente dos livros. Transijo com que sirva de ornamento, nunca de fundamento, e já Platão dizia que a firmeza, a fé e a sinceridade constituem a verdadeira filosofia; as ciências cuja missão é outra, e cujo fim é diferente, não são mais que puro artifício. Quisera eu que Paluel ou Pompeio, esses dois conhecidos bailarinos, nos ensinassem a fazer cabriolas apenas a vê-los dançar, sem que tivéssemos necessidade de nos mover dos nossos assentos; pretendem os nossos preceptores adestrar-nos o entendimento, sem o incomodar; seria o mesmo que tentar ensinar-nos o manejo do cavalo, o da lança, a tocar o alaúde, ou a cantar, sem nos exercitarmos nesses feitos. Querem ensinar-nos a bem julgar e a bem falar sem nos acostumarem nem a uma nem a outra coisa. Ora bem, para tal aprendizagem, tudo o que se mostra perante a nossa vista é livro suficiente: a malícia de um pajem, a torpeza de um criado, uma discussão de sobremesa, são outros tantos motivos de ensinamento.

Por esta razão, o comércio dos homens é maravilhosamente adequado ao desenvolvimento do entendimento, tal como a visita aos países estrangeiros, não apenas para aprender, como faz a nobreza francesa, quantos passos mede Santa Rotunda [O antigo Panteão que Agripa fez construir sob Augusto.] ou a riqueza das calças da senhora Lívia; outros referem-nos como a cara de Nero, conservada nalguma velha ruína, é mais larga ou mais gorda que a de outra medalha da mesma época. Todas estas coisas são banais; deve-se viajar para conhecer o espírito dos países que se percorrem, e os seus costumes, e para esfregar e limar o nosso cérebro com os dos outros. Gostaria que as viagens comesçassem desde a infância, e em primeiro lugar, para matar dois coelhos de uma cajada, pelas nações vizinhas, onde a língua difere mais da nossa. É indispensável conhecer as línguas vivas desde muito pequeno, pois de contrário, os idiomas não se adaptam rapidamente à pronúncia.

De igual modo, é opinião reconhecida por todos que não é conveniente educar os filhos no regaço dos pais; o amor destes entenece-os demasiado, e faz brandos até os mais prudentes. Os pais não são capazes nem de castigar as suas faltas, nem de os verem alimentar-se grosseiramente como convém que se faça; tão-pouco podiam suportar vê-los suados e poeirentos depois de um exercício rude, nem que bebessem líquidos demasiado quentes ou frios, nem vê-los sobre um cavalo indócil, nem em frente a um jogador de florete ou pugilista, como ainda menos disparar a primeira arcabuzada, tudo são coisas necessárias e indispensáveis. Tais exercícios são o único meio de formar um homem como deve ser, e nenhum se deve descuidar durante a juventude; por vezes, há que ir contra os preceitos da medicina:

*Vitamque sub dio, et trepidis agat
In rebus*

[Que não tenha outro tecto que o firmamento; que viva rodeado de alarmes. Horácio, *Od.*, III, 2, 5.]

Não basta só fortificar a alma, é preciso também endurecer os músculos; a alma vai demasiado depressa se não for logo secundada, e tem por si só demasiado trabalho para bastar a dois ofícios. Eu sei quão penosamente trabalha a minha, unida como está a um corpo tão frouxo e tão fraco que se encomenda constantemente às suas forças, e com frequência noto que, nos seus escritos, os meus mestres antigos apresentam como actos magnânimos e valorosos exemplos que dependem mais da espessura de pele e dureza dos ossos que do vigor anímico.

Vi homens, mulheres e crianças de tal modo constituídos que uma bastonada lhes é menos sensível que a mim um piparote no nariz; que não movem língua nem pestanas perante os golpes que lhes aplicam. Quando os atletas imitam os filósofos na paciência, mais que fortaleza de coração, mostram vigor de nervos. Endurecer-se no trabalho é endurecer-se na dor: *Labor callum abducit dolor*. [O trabalho endurece-se à dor. Cícero, *Tusc. quaest.*, II. 15.] É preciso habituar a criança à aspereza e fadiga dos exercícios, para assim o acostumar à pena e ao sofrimento da deslocação, da cólica, cautério, prisão e tortura. Estes males podem, segundo os tempos, cair sobre os bons como sobre os maus. Vemos nos nossos dias sobrados exemplos disso, pois os que hoje combatem contra as leis expõem aos suplícios e à morte os homens honrados.

A autoridade do preceptor, além do mais, deve ser absoluta sobre a criança, e a presença dos pais impossibilita-a e minora-a: para isso contribui também a consideração que a família mostra ao herdeiro e o conhecimento que este tem dos meios e grandeza da sua casa. Estas circunstâncias, em meu entender, transformam-se em graves inconvenientes.

Nas relações que os homens mantêm entre si tenho notado com frequência que, em vez de adquirirmos conhecimentos com os outros, não fazemos senão dar de nós mesmos, e preferimos apresentar a nossa mercadoria que adquirir nova; a modéstia e o silêncio são qualidades úteis na conversação. Acostumar-se-á a criança a não fazer alarde do seu saber quando o tiver adquirido; a não contradizer as parvoíces e patranhas que se possam dizer na sua presença, pois não é cortês censurar o que nos choca e desagrada. Contenta-se em corrigir-se a si mesmo e não reprove nos outros o que lhe desagrada, nem se ponha em contradição com os costumes públicos: *Licet sapere sine pompa, sine invidia*. [Se pode ser sábio, com modéstia sem orgulho. Séneca, *Epíst.*, 103.] Fuja das maneiras pedantescas e da ambição pueril de querer

aparecer aos olhos dos outros mais subtil do que é, como se fosse mercadoria de difícil colocação, não pretenda tirar partido de tais críticas e reparos. Da mesma forma que só compete aos grandes poetas empregar as liberdades da arte, também apenas corresponde às grandes almas e aos espíritos elevados ir contra a corrente geral. *Si quid Socrates aut Aristipus contra morem et consuetudinem fecerunt, idem sibi ne arbitretur licere: magnis enim illi et divinis bonis hanc licentiam assequabantur.* [Porque Aristipo e Sócrates não respeitaram os costumes do seu país, seria um erro supor que vós poderíeis imitá-los. Os seus méritos magnos e divinos autorizavam essa liberdade. Cícero, *de Of.*, I, 41.] Deve ser acostumado a não entrar em discussões nem disputas a menos que tenha de as ter com um campeão digno de ser contraditado. Deve fazer-se de modo que seja escrupuloso na escolha de argumentos, bem como amante da concisão e da brevidade em toda a discussão; deve ser acostumado, sobretudo, a entregar-se e a depor armas perante a verdade, logo que a descortine, quer nasça das palavras do seu adversário, quer surja dos seus próprios argumentos, por ter dado com ela prontamente; pois não estando obrigado a defender nenhuma coisa determinada, só deve interessá-lo aquilo que aprove, não pertencendo ao ofício em que por dinheiro contado se participa de uma ou de outra opinião, ou se pertence a um ou outro bando.

Se o preceptor compartilhar a minha maneira de ver, ensinará ao seu discípulo a ser muito leal servidor do seu soberano, além de afectuoso e valente, cuidando ao mesmo tempo para que o seu carinho pelo príncipe não vá mais além do que prescreve o dever público. Para além de outros obstáculos que reduzem a nossa liberdade por obrigações especiais, a opinião de um homem assalariado, ou não é cabal ou está sujeita a peias, ou há motivo para a classificar de imprudente e ingrata. O verdadeiro cortesão não pode ter nem mais lei nem mais vontade que as de seu amo, que entre milhares de súbditos o escolheu para o manter e elevar. Tal mercê corrompe a franqueza do súbdito e deslumbra-o; assim, vemos ordinariamente que a linguagem dos cortesãos difere das outras gentes do Estado, e que gozam de escasso crédito quando falam da corte.

Que a virtude e a honradez ressaltem das suas palavras e que estas se encaminhem sempre para a razão. Seja persuadido de que a declaração do erro que encontre nos seus próprios raciocínios, embora seja só ele a notar, é clara mostra de sinceridade e bom juízo, qualidades para que deve sempre tender, pois a teimosia e o desejo desmedido de sustentar as próprias asserções são património dos espíritos baixos, enquanto o voltar sobre a sua opinião, corrigir-se, afastar-se do erro no próprio calor da discussão, revela qualidades muito principais, bem como um espírito elevado e filosófico. Deve ser acostumado a fixar a sua tenção em todas as partes quando se encontrar em sociedade, pois costuma ocorrer que os sítios de preferência são ocupados por pessoas de menor mérito, e as que gozam de maior fortuna não são as

mais capazes. Todavia, vi numa ocasião que, enquanto na parte mais afastada de uma mesa se falava da formosura de uma tapeçaria e do sabor da malvasia, no outro extremo fazia-se fala de engenho de boa lei, a que os primeiros não davam a menor atenção. Deve ser acostumado a sondar o alcance dos rasgos de cada homem em particular: o pastor, o pedreiro, a pessoa que passa pela rua, todos deve examinar e apoderar-se da característica de cada um, pois tudo é bom para a casa; a própria estupidez e desacerto alheios lhe servirão de instrução, e no exame das maneiras dos outros gostará das boas e desdenhará as más.

Que o seu entendimento seja inspirado por uma curiosidade legítima que o faça informar-se de todas as coisas; deve ver tudo o que exista de curioso em seu redor, quer seja um edifício, uma fonte, um homem, o sítio em que se disputou uma antiga batalha, a passagem de César ou de Carlos Magno:

*Quae tellus si lenta gelu, quae putris ab aestu;
Ventus in Italiam quis bene vela ferat;*

[Que região está amortecida pelo frio ou abrasada pelo sol; que vento propício empurra as naves para Itália. Propércio, IV, 3, 39.]

informar-se ao mesmo tempo dos costumes, recursos e alianças deste ou daquele príncipe; são coisas que é agradável aprender e muito útil saber.

Ao falar do trato dos homens incluo entre eles, e de modo muito principal, os grandes, aqueles que só vivem nos livros; deve frequentar os historiadores que relataram das almas principais dos séculos mais esclarecidos. Para muita gente é um estudo banal, mas para os espíritos delicados é ocupação que procura frutos inestimáveis e o único que, segundo Platão, os lacedemónios reservaram para si próprios. Pode tirar, por exemplo, grande proveito e ensinamento com a leitura das vidas de Plutarco; mas que o preceptor não perca de vista qual é o fim dos seus desvelos; que não ponha tanto interesse em ensinar ao seu discípulo qual foi a data da ruína de Cartago como os costumes de Cipião e Aníbal; nem tanto em informá-lo do lugar onde morreu Marcelo como em fazer-lhe ver que ali encontrou a morte por não ter estado à altura do seu dever. Que não ponha tanto interesse em que aprenda os acontecimentos como em que saiba julgá-los; é, no meu modo de ver a história, a parte em que os espíritos se aplicam de maneira mais diversa, tirando cada qual consequências distintas, segundo os seus dotes peculiares; li em Tito Lívio cem coisas que outro não leu. Plutarco leu cem coisas mais, que eu não soube encontrar, e talvez haja entre elas muitas em que o autor nem sequer pensou; para uns a história é um simples estudo de gramática, para outros a investigação recôndita dos princípios filosóficos que explicam as acções mais obscuras da natureza humana. Há em Plutarco

amplios discursos que são muito dignos de ser sabidos e, na minha opinião, é mestre acabado em tais matérias; mas há outros que o historiador não fez mais que indicar ligeiramente, assinalando só de passagem o caminho que podemos seguir se os quisermos aprofundar. É preciso, pois, arrancá-los do lugar onde se encontram e fazê-los nossos, como por exemplo, a seguinte frase: os habitantes da Ásia obedeciam apenas por ignorarem a pronúncia de uma única sílaba, a sílaba não. Talvez fosse esta passagem que deu a La Boetie ocasião para escrever *A servidão voluntária*. É pena que os homens de grande entendimento propendam demasiado para a concisão! Sem dúvida, com isso a sua reputação não diminui nem o seu valor decresce; mas para nós, que valemos muito menos, o excesso de laconismo prejudica o nosso ensinamento. Plutarco gosta mais de ser estimado pelos seus juízos que pelo seu saber; prefere, em vez de nos saciar, que fiquemos com apetite, e compreende que até a ler coisas excelentes o leitor se pode fatigar, pois sabe que Alexandridas censurou com justiça um homem que falava com acerto aos éforos, mas diluía demasiado as ideias: «Oh, estrangeiro, disse-lhe, embora nos contes coisas agradáveis, expões de um modo inconveniente!» Os que têm o corpo fraco avultam-se interiormente; assim, aqueles cujas ideias são insignificantes enchem-nas com palavras.

A frequência do mundo e o trato dos homens procuram clarividência de juízo; vivemos como que encerrados em nós mesmos; a nossa vista não alcança mais além do nosso nariz. Interrogado Sócrates sobre a sua pátria, não respondeu: sou de Atenas, mas, sou do mundo. Como tinha a imaginação ampla e compreensiva, abarcava o universo como a sua cidade natal, alargando o seu conhecimento, sociedade e afeições a todo o género humano, não como nós que só entendemos o nosso olhar ao que cai no nosso domínio. Quando no meu lugar as vinhas gelam, o cura assegura que a causa do mal é um castigo do céu que o Senhor envia ao género humano, e afirma que a sede já afoga até os canibais. Considerando as nossas guerras intestinas, quem não pensa que o mundo se derruba e que estamos em cima do dia do juízo final? Ao abrigar tal crença não sabemos que maiores males acontecerão nem tão pouco que nas dez mil partes do universo as coisas não vão mal no mesmo momento. Eu, em presença de tantas liberdades e desordens, e da impunidade das mesmas, antes considero que as nossas desditas são brandas. Quem recebe o granizo sobre a cabeça pensa que a tempestade reina em todo o hemisfério, e a este propósito vale a pena citar o dito do saboiano, o qual entendia que o rei de França tinha sido um tonto; depois de ter sabido conduzir com acerto os seus interesses, teria chegado a ser modormo do seu duque; a sua cabeça não concebia mais elevada hierarquia que a de seu amo. Simplesmente todos permanecemos em erro análogo, que acarreta graves consequências e prejuízos. Mas quem se represente como num quadro esta dilatada imagem da nossa mãe natureza na sua cabal majestade; quem leia no seu aspecto a sua geral e constante variedade; quem se considere não já a si próprio, mas todo um

reino, como um traço quase imperceptível, só esse estima e julga as coisas de um modo adequado à sua cabal magnitude.

Este mundo dilatado, que alguns multiplicam ainda como as espécies dentro do seu género, é o espelho em que devemos contemplar a nossa imagem para nos conhecermos fielmente. Em conclusão, o meu desejo é que todo o universo seja o livro do nosso aluno. Tal diversidade de caracteres, doutrinas, juízos, opiniões, costumes e leis, ensina-nos a julgar rectamente as nossas peculiaridades, e encaminha o nosso critério para o reconhecimento da sua imperfeição e da sua debilidade natural; esta aprendizagem reveste-se da maior importância; tantas transformações surgidas, tanto no Estado como na fortuna pública, ensinam-nos a não admirarmos a nossa; tantos nomes, tantas vitórias e conquistas, estas e aqueles enterrados no esquecimento, tornam ridícula a esperança de eternizarmos o nosso nome pelo mérito de nos termos apoderado de dez mesquinhos soldados e um galinheiro, cuja existência saiu à luz pela novidade da nossa acção; a vaidade e o orgulho de tantas estranhas pompas, a majestade inchada de tantas cortes e grandezas, afirma-nos e assegura-nos na consideração da nossa, fazendo com que a julguemos atinadamente, com olhos serenos; tantos milhares de homens que viveram antes de nós fortificam-nos e ajudam-nos a não temer o ir encontrar no outro mundo tão excelente companhia. A nossa vida, dizia Pitágoras, assemelha-se à grande e populosa assembleia dos jogos olímpicos; uns exercitam o seu corpo para alcançar renome nos jogos, outros no comércio para conseguir ganância, e outros há, que não são certamente os mais insignificantes, cujos fins consistem apenas em investigar a razão das coisas e em serem pacíficos espectadores da vida dos outros homens para ordenar e julgar a sua própria.

Estes exemplos poderão acompanhar todas as sentenças mais proveitosas da filosofia, por virtude das quais se devem julgar os actos humanos. Ser-lhe-á ensinado:

*Quid fas optare, quid asper
Utile nummus habet; patriae carisque propinquis
Quantum elargiri deceat: quem te Deus esse
Jussit, et humana qua parte locatus es in re;
Quid sumus, aut quidnam victuri gignimur...*

[O que se pode desejar; quais devem ser os serviços que o dinheiro deve procurar; quais são os deveres para com a pátria e para com a família; o que quis Deus que o homem fosse sobre a Terra e que lugar lhe destinou no Mundo, o que somos e com que desígnio nos deu o ser. Pérsio, III, 69.]

o que é saber e o que é ignorar; qual deve ser o fim do estudo; o que é o valor, a

temperança e a justiça; a diferença que existe entre a ambição e a avareza, a servidão e a sujeição; a liberdade e a licença; de que caracteres se reveste o sólido e verdadeiro contentamento; até que pontos são lícitos o temor da morte, a dor e a desonra;

Et quo quemque modo fugiat feratque laborem;

[E de que modo devemos evitar, ou suportar, as penalidades da vida. Virgílio, *Eneida*, 3, 459.]

quais são as molas que nos movem e a causa das múltiplas agitações que residem na nossa natureza, pois entendo que os primeiros discursos que devem infiltrar-se no seu entendimento devem ser os que tendem para o regime dos seus costumes e sentidos; os que lhe ensinem a conhecer-se, a bem viver e a bem morrer. Entre as artes liberais, comecemos pelas que nos tornam livres; todas, cada qual à sua maneira, contribuem para a instrução da nossa vida e conduta, do mesmo modo que todas as outras coisas também prestam o seu concurso; mas podemos eleger entre elas as de utilidade mais directa, e as que se referem à nossa profissão. Se soubermos restringir aquilo que é pertinente ao nosso estado, se o reduzirmos aos seus naturais e justos limites, veremos que a maior parte das ciências que se estudam é inútil para o nosso fim particular; e que mesmo entre as de utilidade reconhecida, há muitas partes profundas completamente inúteis, que procedendo bem devemos deixar de lado. Para respeitar os princípios em que Sócrates fundamentava a educação, deve prescindir-se de tudo quando não nos seja proveitoso:

*Sapere aude,
Incipe: vivendi qui recte prorogat horam,
Rusticus exspectat dum defluat amnis; at ille
Labitur, et labetur in omne volubilis aevum*

[Determina-te a ser virtuoso, começa; demorar a melhora da própria conduta é imitar a simplicidade do viajante que, encontrando um rio no seu caminho, aguarda que a água passe; o rio corre e correrá eternamente. Horácio, *Epist.*, II, 1, 40.]

É inocente ensinarmos aos nossos filhos:

*Quid moveant Pisces, animosaque signa Leonis,
Lotus et Hesperia quid Capricornus aqua;*

[Qual é a influência do signo de Peixes, do Leão e a de Capricórnio, que se submerge

no mar ocidental. Propércio, IV, 1, 89.]

a ciência dos astros e o movimento da oitava esfera antes que os seus próprios: as suas inclinações e paixões e os meios de governar umas e outras:

[...]

[Que me importam as Pléiades e a constelação do Pastor? Anacreonte, *Od.*, XVII, 10.]

Anaxímenes escrevia a Pitágoras: «Que proveito posso tirar do conhecimento da marcha dos astros quando tenho sempre presentes diante dos meus olhos a morte e a servidão?» Naquela época os reis persas preparavam a guerra contra os gregos. Cada qual deve fazer a consideração seguinte: «Achando-me devorado pela ambição, a avareza, a superstição, a temeridade, e ainda albergando interiormente outros tantos inimigos da vida, é lícito que me preocupe com o sistema do mundo?»

Depois de se lhe ter ensinado tudo quanto contribui para o tornar melhor e mais atinado, mostrar-se-lhe-á o que é a lógica, a física, a geometria, a retórica; e a ciência que particularmente cultive, tendo já o juízo formado, muito cedo a possuirá. Receberá o ensinamento por meio de explicações, umas vezes, e por meio dos livros, outras; o preceptor ora lhe ministrará a doutrina do autor que estuda, ora lhe oferecerá a mesma doutrina extraída e clarificada; e se o discípulo não possui força bastante para encontrar nos livros tudo o que de bom contêm para tirar o ensinamento que procura, deverá procurar-se um mestre especial em cada matéria para que doutrine completamente o aluno. Quem pode duvidar que tal ensinamento é mais útil e natural que o de Gaza? O deste consistia em preceitos obscuros e ingratos, em palavras vãs e descarnadas, nas quais nada havia que contribuísse para despertar o espírito. No método que eu preconizo, o espírito encontra matéria com que nutrir-se; o fruto que se alcança é, sem dúvida, maior, e assim chegará mais depressa ao amadurecimento.

O que acontece no nosso século é coisa digna de fixar a atenção; a filosofia constitui, mesmo para as pessoas de maior capacidade, uma ciência quimérica e vã, que carece de aplicação e valor, tanto na teoria como na prática. Entendo que a causa de tal desdém são os ergotistas que se postaram nas suas avenidas e as disfarçaram e adulteraram. É grande erro apresentar como inacessíveis às crianças as verdades da filosofia, considerando-as com dureza e severidade terríveis; quem ousou disfarçá-la com aparências tão distantes da verdade, com rosto tão austero e tão odioso? Pelo contrário, nada há mais alegre, divertido, jovial, e estou por dizer que até galhofeiro. A filosofia só apregoa festa e tempo aprazível; uma face triste e transida proclama que a filosofia está ausente dela. [...]

*Deprendas animi tormenta latentis in aegro
Corpore; deprendas et gaudia: sumit utrumque
Inde habitum facies.*

[Os sofrimentos de um espírito intranquilo surgem no exterior; do mesmo modo que a alegria, o semblante reflecte as diversas afecções da alma. Juvenal, IX, 18.]

A alma que alberga a filosofia deve, para a cabal saúde daquela, ter a matéria sã; a filosofia tem de mostrar mesmo exteriormente o repouso e o bem estar; deve formar, à sua semelhança, o porte externo e procurar, por conseguinte, uma dignidade agradável, um aspecto activo e alegre e um semblante contente e benigno. O testemunho mais seguro da sabedoria é um gozo interior constante; o seu estado, como o das coisas superlunares, jamais deixa de ser a serenidade e a calma; esses termozinhos de *baroco* e *baralipton* [Termos da antiga escolástica], que convertem o ensino dos sábios artificiais em tenebroso lodaçal, não são a ciência, e os que por tal a têm, ou os que de tal forma a explicam, não a conhecem mais que de ouvido. Como! A filosofia, cuja missão é serenar as tempestades da alma, ensinar a resistir às febres e à fome com fisionomia serena, sem se valer de princípios imaginários, mas de razões naturais e palpáveis, tem a virtude por objectivo, a qual está, como assegura a escola, colocada no cume de um monte escarpado e inacessível; os que a viram de perto, consideram-na, pelo contrário, situada no alto de uma formosa planície, fértil e florescente, sob a qual contempla todas as coisas; e quem sabe a direcção pode chegar a ela facilmente por um suave e ameno declive coberto de sombra agradável e atapetado de relva verde. Por não ter conseguido alcançar esta virtude suprema, formosa, triunfante, amorosa e deliciosa, ao mesmo tempo que valorosa, natural e irreconciliável inimiga de todo o desabrimento e sensabor, de todo o temor e violência, que tem por guia a natureza e por companheiros a fortuna e o deleite, os pedantes mostraram-se com semblante triste, arrogante, despeitado, ameaçador e avinagrado, e colocaram-no no cimo de rocha escarpada, no meio de arbustos, como se fosse um fantasma para semear o espanto entre as gentes.

O nosso preceptor, que conhece o seu dever de fazer com que o discípulo ame e reverencie a virtude, mostrar-lhe-á que os poetas seguem as tendências comuns, e far-lhe-á ver de um modo palpável que os deuses se mostraram sempre mais propícios a Vénus que a Palas. Quando a criança chegar à idade viril, oferece-lhe Bradamante ou Angélica por amadas, que são adornadas por uma beleza ingénua, activa, generosa; não masculina, mas vigorosa, ao lado de uma beleza branda, afectada, delicada; em conclusão, artificial: uma disfarçada de mancebo, com a cabeça coberta de um brilhante capacete; a outra com trajo de donzela, adornada com uma touca coberta de

pérolas. O mestre considerará varonil a sua paixão se for por caminho diferente do efeminado pastor de Frígia.

O mestre ensinará ainda que o valor e altura da verdadeira virtude residem na facilidade, utilidade e prazer do seu exercício, tão afastado de toda a peia que até as crianças a podem praticar do mesmo modo que os homens, tanto os simples como os subtis. O seu instrumento será o método, não a violência. Sócrates coloca-se ao nível do seu aluno para maior proveito, facilidade e simplicidade da sua doutrina. A virtude é a mãe que alimenta os prazeres humanos, e ao mesmo tempo que os mantém no meio justo, contribui para os tornar puros; ao modelá-los conserva-os vigorosos e faz-nos desejá-los; eliminados os que não admite, torna-nos mais aptos para desfrutar os que nos são lícitos, e não são muitos; todos os que a natureza nos permite suportar, não só até à saciedade, mas até ao cansaço; a menos que acreditemos que o que detém o bebedor antes da embriaguez, o glutão antes da indigestão e o lascivo, antes da calvície, seja inimigo dos nossos prazeres. Se a fortuna lhe falta, a virtude faz com que prescindida dela, que não a ache diminuta, forjando outra que lhe pertença por inteiro. A virtude sabe ser rica, sábia e poderosa, e repousar em pluma perfumada; ama a vida, a beleza, a glória e a saúde, mas a sua missão particular consiste em usar com discrição tais bens e em nos manter sempre preparados para os perder: ofício mais nobre que rude, sem o apoio do qual toda a existência humana se desnaturaliza, altera e deforma, e pode justamente representar-se cheia de escolhos e arbustos espinhosos, pejada de monstros.

Se o discípulo é de tal condição que prefere ouvir o relato de uma fábula à narrativa de uma viagem interessante ou a escutar uma máxima profunda; se ao toque do tambor que desperta o belicoso fogo dos seus companheiros, permanece indiferente e prefere ver as palhaçadas dos saltimbancos; se não acha mais grato e doce voltar empoeirado e vitorioso de um combate, que do baile ou do jogo da bola, com o prémio que acompanha estas diversões, em tal caso não encontro outro remédio senão que antecipadamente o preceptor o estrangule quando ninguém o vê, ou o coloque como aprendiz na pastelaria de qualquer cidade, embora seja filho de um duque, seguindo o preceito de Platão, que diz: «É preciso estabelecer os filhos segundo a capacidade do seu espírito e não conforme o talento dos seus pais.»

Posto que a filosofia nos instrui na prática da vida e a infância é tão apta como as outras idades para receber as suas lições, qual a razão para que deixemos de as administrar?

*Udum et molle lutum est; nunc properandus, et acri
Fingendus sine fine rota*

[A argila ainda está húmida e branda: apressemos-nos; em seguida, sem perder um

momento, moldemo-la na roda. Pérsio, III, 23.]

Ensinam-nos a viver quando a nossa vida já passou. Cem alunos contraíram o mal venéreo antes de terem chegado a estudar o tratado da Temperança, de Aristóteles. Cícero dizia que, mesmo quando vivia a existência dos homens, não perdia o seu tempo a estudar os poetas líricos. Considero os nossos tristes ergotistas como muito mais inúteis. O nosso discípulo tem muito mais pressa; à pedagogia não deve mais que os quinze primeiros anos da sua vida, o resto pertence à acção. Empreguemos aquele tempo tão reduzido apenas nas instruções necessárias; afastemos todas essas subtilezas espinhosas da dialéctica, de que a nossa vida não pode tirar nenhum proveito; façamos mérito apenas dos simples discursos da filosofia, tentando escolhê-los e empregá-los oportunamente: são tão fáceis de compreender como um conto de Bocácio; estão ao alcance de uma criança recém-desmamada: mais ao seu alcance que aprender a ler e a escrever. A filosofia encerra máximas tanto para o nascimento do homem como para a sua decrepitude.

Sou do parecer de Plutarco: Aristóteles não ensinou tanto o seu grande discípulo no artifício de compor silogismos nem nos princípios da geometria como o instruiu nos relativos ao valor, proeza, magnanimidade, temperança e segurança de nada temer. Graças a tão saudável provisão, pôde Alexandre, ainda criança, subjugar o império do mundo com trinta mil infantes, quatro mil soldados a cavalo e apenas quarenta e dois mil escudos. Diz Aristóteles que Alexandre honrava as outras ciências e artes; possuía e elogiava a sua excelência, mas só pelo prazer que nelas encontrava; o seu gosto não o levava até ao extremo de as querer exercer.

*Petite hinc, juvenesque senesque,
Finem animo certum, miserisque viatica canis.*

[Jovens e velhos, tirai daí a lição para ordenar a vossa conduta; aprovisionai-vos para quando chegar o triste Inverno da vida. Pérsio, V, 64.]

Diz Epicuro no princípio da sua carta a Mineceu, «que nem o mais jovem recusa filosofar nem o mais velho se cansa.» Por todas estas razões, não quero que se aprisione a criança; não quero que seja deixada à mercê do humor melancólico de um furioso mestre de escola; não quero que o seu espírito se corrompa tendo-o agrilhado, sujeito ao trabalho durante catorze ou quinze horas, como um moço de fretes, nem aprovaria se, por disposição solitária e melancólica o discípulo se der ao estudo de forma excessiva, se empenhar nesse hábito: isto torna-os inaptos para o trato social e afasta-os das mais proveitosas ocupações. Quantos homens vi arruinados por avidez temerária de ciência! O filósofo Carneades transtornou-se tanto pelo

estudo que nunca cortava o cabelo nem as unhas. Não quero que inutilizem as felizes disposições do adolescente por causa da incivilidade e barbárie dos preceptores. A discrição francesa que foi, antigamente, considerada como proverbial, nascia nos primeiros anos e o seu carácter era o abandono. Hoje mesmo, vemos que não há nada tão simpático como os pequenos em França; mas ordinariamente fazem perder a esperança que fizeram conceber, e quando chegam à idade adulta, não se descobre neles nenhuma qualidade excelente. Ouvi assegurar, a pessoas inteligentes, que os colégios onde recebem educação, dos quais existe um número tão grande, os embrutecem e adulteram.

Ao nosso discípulo, uma sala, um jardim, a mesa e o leito, a solidão, a companhia, a manhã e a tarde, todas as horas lhe serão favoráveis; todos os lugares lhe servirão de estudo, pois a filosofia, como formadora do entendimento e costumes constituirá o seu principal ensinamento, goza do privilégio de se misturar em todas as coisas. Quando se encontrava num banquete, pediram a Isócrates, o orador, que falasse da sua arte, e todos concordaram que a sua resposta foi prudente ao contestar que não era aquele o lugar nem a ocasião oportuna para executar o que sabia fazer, e que o mais adequado àquela circunstância era precisamente do que ele não se sentia capaz. Com efeito, pronunciar discursos ou propor discussões retóricas perante um auditório cuja intenção não é outra que a diversão e a risota, seria uma coisa fora de propósito, e igualmente se tivessem falado de qualquer outra ciência. Mas pelo que respeita à filosofia, na parte que trata o homem e dos seus deveres, todos os sábios foram de opinião que, pela amenidade, não devem recusar-se os festins nem as diversões, e Platão, que a levou ao seu diálogo no Banquete, fez com que os circunstantes falassem de um modo ameno, de harmonia com o tempo e o lugar, embora se tratasse das máximas mais elevadas e saudáveis da sabedoria.

*Aeque pauperibus prodest, locupletibus aeque;
Et, neglecta, aeque pueris senibusque nocebit.*

[É igualmente útil aos pobres e aos ricos; jovens e velhos não a abandonariam sem arrependimento. Horácio, *Epíst.*, I, 1, 12.]

De forma que o nosso discípulo vagueará menos que os outros. Do mesmo modo que os passos que empregamos para percorrer uma galeria, embora esta seja três vezes maior que um determinado caminho, nos ocasionam menos cansaço, também o nosso ensinamento administrado ao acaso, sem obrigação de tempo nem de lugar, progredindo unido a todas as nossas acções, passará sem se deixar sentir. Os jogos e os exercícios corporais constituirão uma boa parte do estudo; a corrida, a luta, a música, a dança, a caça, o manejo do cavalo e das armas. Quero que o decoro, o dom

social e todo o aspecto da pessoa sejam modelados ao mesmo tempo que a alma. Não é uma alma, nem tão pouco um corpo que o mestre deve tratar de formar, é um homem; não há que elaborar dois organismos separados, e como diz Platão, não há que dirigir um sem o outro, mas conduzi-los por igual, como se conduz um atrelado de cavalos sujeitos ao cocheiro. E se seguirmos os conselhos do mesmo filósofo a este respeito, veremos que concede mais espaço e solicitude aos exercícios corporais que aos do espírito, por entender que este aproveita ao mesmo tempo os daquele, em vez de se prejudicar com eles.

Uma doçura severa deve presidir à educação, não como se pratica geralmente; em lugar de convidar as crianças ao estudo das letras, apenas se lhes oferece o horror e a crueldade. Que se afastem a violência e a força; em minha opinião, nada prejudica e transtorna mais uma natureza bem nascida. Se quereis que a criança tenha medo da desonra e do castigo, não a acostumeis a isso, acostumai-a antes à fadiga e ao frio, ao vento, ao Sol, aos acidentes que ela precisa menosprezar. Afastai dela toda a brandura e delicadeza no vestir e no dormir, no comer e no beber; que se familiarize com tudo, que não se converta num rapaz formoso e efeminado, mas que seja um moço garrido e vigoroso. Na matéria de que falo, têm sido estas as minhas ideias, sendo criança, jovem e velho; mas entre outras coisas, os procedimentos que se empregam na maior parte dos colégios sempre me desgostaram: devia empregar-se a indulgência com muito maior prudência. Os colégios são uma verdadeira prisão da juventude cativa, a qual se converte em relaxada por ser castigada antes de o ser.

Visitai um colégio à hora das aulas, e não ouvireis senão os gritos das crianças martirizadas; e só vereis mestres enlouquecidos pela cólera. Bom meio de avivar o desejo de saber em almas tímidas e ternas, guiá-las assim com o rosto feroz e o chicote na mão! Quintiliano diz que tal autoridade imperiosa juntamente com os castigos, acarreta com o andar do tempo, consequências perigosas. Quanto melhor não seria ver a escola semeada de flores do que de membros ensanguentados? Eu colocaria nela os retratos da Alegria, o Regozijo, Flora e as Graças, como os colocou na sua o filósofo Speusipo. Assim se irmanava a instrução com o deleite; os alimentos saudáveis para a criança devem açucarar-se, e os prejudiciais amargar-se. É maravilhoso ver o zelo que Platão mostra nas suas Leis em prol do deleite e da alegria, e como se detém a falar das suas corridas, jogos, canções, saltos e danças, dos quais diz que a antiguidade concedeu a direcção aos próprios deuses: Apolo, as Musas e Minerva; estende-se em mil preceitos relativos aos seus ginásios; no ensino da gramática e da retórica detém-se muito pouco, e a poesia só a assinala e recomenda para a música que a acompanha.

Toda a raridade e singularidade nos nossos usos e costumes deve desenraizar-se e aniquilar-se como monstruosa inimiga da comunicação social. Quem não se espantará com a compleição de Demofon, mestre-sala de Alexandre, que suava à sombra e tremia ao Sol? Vi alguém que fugia do odor das maçãs com mais horror que

do disparo dos arcabuzes; outros, a quem uma ratazana atemorizava; outros, a quem a vista do leite provocava náuseas; outros que não podiam ver esvaziar um colchão. Germânico era incapaz de suportar o canto do galo. Talvez a tais raridades possa presidir alguma razão oculta, mas esta sem dúvida se extinguirá, acudindo com o remédio a tempo. A educação conseguiu que para mim, salvo a cerveja, tudo o mais seja indiferente para o meu sustento. Ainda que para chegar a tal resultado houvesse que vencer algumas dificuldades.

O corpo ainda está flexível; deve-se, pois, adaptar a todos os hábitos e costumes; e sempre que possam manter-se domados o apetite e a vontade, deve tornar-se o jovem apto a viver em todas as nações e em todas as companhias; mais ainda: se for preciso, que não lhe sejam estranhos a desordem e os excessos. Que os seus costumes sigam o uso comum; que possa pôr em prática todas as coisas e que não goste de realizar senão as que forem boas. Os próprios filósofos não elogiavam em Calístenes o facto de ter perdido a graça de Alexandre, seu senhor, por não querer beber com ele ao desafio. O nosso jovem rirá, conversará com o príncipe, e tomará parte na própria patuscada, até ultrapassar os seus companheiros em vigor, firmeza e resistência; não deve deixar de praticar o mal nem por falta de forças nem por falta de capacidade, mas por falta de vontade: *Multum interest, utrum peccare aliquis nolit, an nesciat*. [Há grande diferença entre não querer e não saber praticar o mal. Séneca, *Epíst.*, 90.] Tratando de o honrar, perguntei a um senhor, inimigo de toda a espécie de desordens como nenhum, quantas vezes se tinha embriagado na Alemanha, por assim o requerer os assuntos do rei de França: respondeu-me que três, e relatou-me em que circunstâncias. Sei de alguns que por se acharem impossibilitados de fazerem o mesmo passaram graves apuros naquele país. Sempre professei grande admiração pela maravilhosa natureza de Alcibíades, que se acomodava sem qualquer violência às circunstâncias mais diversas, sem que a sua saúde sofresse a mais pequena mácula: tão depressa ultrapassava a pompa e a sumptuosidade persas, como a austeridade e a frugalidade lacedemónias, como a sobriedade de Esparta, como a voluptuosidade de Jónia:

Omnis Aristippum decuit color, et status, et res.

[Aristipo soube acomodar-se a todos os estados e a todas as fortunas. Horácio, *Epíst.*, I, 17, 23.]

Assim queria eu formar o meu discípulo.

*Quem duplici panno patientia velat,
Mirabor, vitae via si conversa decebit,*

Personamque feret non inconcinnus utramque.

[Admirarei quem não se envergonhe dos seus andrajos; quem mude de fortuna sem se transformar; quem guarde a atitude de varão forte tanto na prosperidade como na adversidade. Horácio, *Epíst.*, I, 17, 25.]

Tais são os meus princípios: aproveitará melhor quem os praticar do que quem os souber. Não lembra a Deus, diz um personagem dos diálogos de Platão, que o filosofar consistia em aprender diversas ciências e a prática das artes! *Hanc amplissimam omnium artium bene vivendi disciplinam, vita magis, quam literis, persecuti sunt.* [Antes pelos seus costumes que pelos seus estudos consagraram-se à primeira de todas as artes, a arte de bem viver. Cícero, *Tusc. quaest.*, IV, 3.] Leão, príncipe dos filiasianos, perguntou a Heráclito Pontico qual era a ciência ou arte que exercia: «Não exerço nem arte nem ciência alguma; sou filósofo», respondeu. Censurava-se Diógenes por discutir filosofia, sendo ignorante: «Melhor posso falar por ser ignorante», ripostava. Hegesias rogou-lhe que lesse qualquer coisa: «Zombais, respondeu Diógenes; do mesmo modo que preferis as bêberas autênticas e naturais às pintadas, também deves preferir os ensinamentos naturais, autênticos, aos escritos.»

O discípulo não recitará tanto a lição como a praticará; repeti-la-á nas suas acções. Ver-se-á se a prudência preside às suas empresas; se há bondade e justiça na sua conduta; se há juízo e graça na sua conversação, resistência nas doenças, modéstia nos jogos, temperança nos prazeres, método na economia e indiferença no paladar, quer se trate de comer carne ou peixe, ou de beber vinho ou água: *Qui disciplinam suam non ostentationem scientiae, sed legem vitae putet; quique obtemperet ipse sibi, et decretis pareat.* [Se o que sabe lhe serve, não de vã ostentação, mas para o ordenamento dos seus costumes; se a si mesmo obedece e trabalha com respeito pelos seus princípios. Cícero, *Tusc. quaest.*, II, 4.] O verdadeiro espelho do nosso espírito é o curso das nossas vidas. Zeuxídamo respondeu a alguém que lhe perguntava porque razão os lacedemónios não escreviam os seus preceitos sobre as proezas, e uma vez escritos porque não os davam a ler aos jovens, que era porque preferiam acostamá-los aos efeitos e não às palavras. Comparai no nosso discípulo assim formado, aos quinze ou dezasseis anos; comparai-o com um desses latineiros de colégio, que terá empregado tanto tempo a aprender a falar como o nosso aluno a educar-se; apenas a falar. O mundo não é mais do que pura brincadeira, e cada homem fala tanto melhor quanto menos do que deve. Assim, metade do tempo que vivemos passa-se em palraria; fazem-nos perder quatro ou cinco anos ouvindo vocábulos e ensinando-nos a juntá-los em orações; outros cinco para sabermos desenvolver medianamente uma dissertação, e outros cinco para a adornar subtil e artisticamente. Deixemos todas estas vãs retóricas para os que delas fazem profissão

expressa.

Quando um dia caminhava para Orleães encontrei antes de chegar a Clery dois pedagogos que vinham de Bordéus; cinquenta passos separavam um do outro; mais longe, atrás deles, marchava uma tropa com o seu chefe à cabeça, que era o defunto conde de Rochefoucauld. Um dos meus informou-me por um dos professores quem era o gentil-homem que caminhava atrás dele, e o mestre, que não tinha visto os soldados, e que julgava que lhe falavam do seu companheiro, respondeu sorridente: «Não é um gentil-homem, é um gramático, e eu sou professor de lógica.» Ora bem; nós que não pretendemos formar um gramático nem um lógico, mas um gentil-homem, deixemo-los perder tempo; o nosso fim nada tem que ver com os pedagogos. Se o nosso discípulo está bem provido de observações e reflexões, não lançará palavras a menos, encontrará demasiadas, e se não o quiserem seguir de vontade, segui-lo-ão à força. Ouço, por vezes, pessoas que se desculpam por não se poderem expressar e simulam ter na cabeça muitas coisas boas para dizer, mas por falta de eloquência não podem exteriorizá-las nem formulá-las; tudo isso é pura mentira. Sabeis, na minha opinião, em que consiste a razão? É que não são ideias o que têm na mioleira, mas sombras, que procedem de concepções disformes, que tais pessoas não podem desenvolver nem aclarar no seu cérebro, nem por conseguinte exteriorizar; pessoas assim, tão pouco se entendem a si mesmas: vede como tartamudeiam no momento de se exprimirem. Imediatamente se reconhece que o seu trabalho só está maduro no ponto da concepção, e que não fazem mais que abrir a porta a matéria imperfeita. Pela minha parte acredito, e Sócrates assim o diz, que quem é dotado de um espírito alertado e de uma imaginação clara, conseguirá sempre expressar-se, ainda que seja em bergamasco [O dialecto falado em Bérgamo era considerado no tempo de Montaigne como o mais tosco da Itália.]; ainda que seja por gestos, se for mudo:

Verbaquae praevisam rem non invita sequentur.

[O que bem se concebe expressa-se claramente, e as palavras para o enunciar chegam aos lábios sem dificuldade. Horácio, *Art. poét.*, V. 311.]

E como dizia tão poética e acertadamente Sócrates em prosa: *cum res animum occupavere, verba ambiunt* [Quando as ideias imprimem a sua marca no espírito, as palavras surgem copiosamente. Séneca, *Controvers.*, III, *proem.*], e Cícero: *ipsae res verba rapiunt* [As ideias arrastam as palavras. Cícero, *de Finibus*, III, 5.] Ignorando o que é ablativo, subjuntivo e substantivo; desconhecendo a gramática, tão ignorante como o seu laçao ou uma sardineira do Puenteillo, falar-vos-ão ao vosso sabor, se assim o desejardes, e faltarão aos preceitos da sua língua como o melhor dos

catedráticos de França. Desconhecem a retórica, a arte de captar antecipadamente a benevolência do leitor cândido, e pouco lhes importa não as saberem. Todo esse sacrifício desaparece ante o brilho de uma verdade ingênua e simples; tais adornos só servem para cativar o vulgo, incapaz de suportar os alimentos mais nutritivos e resistentes, o que Afer mostra claramente num escrito de Tácito. Os embaixadores de Samos compareceram perante Cleómenes, o rei de Esparta, e cada um deles preparado para um formoso e longo discurso, para o convencerem a empreender a guerra contra o tirano Polícrates. Depois de os ter deixado falar quanto quiseram, respondeu-lhes: «Quanto ao vosso começo e introdução já não recordo, nem tão pouco o meio; no que se refere à conclusão nada quero saber nem fazer.» É uma boa resposta, na minha opinião, a uns arengadores que queriam brilhar na sua embaixada. E que me direis deste outro exemplo? Tinham os atenienses necessidade de escolher entre dois arquitectos para construir um grande edifício; o primeiro, mais soberbo, apresentou-se com um pomposo discurso premeditado sobre o assunto em questão, e procurou com ele os aplausos do povo, mas o segundo rematou a sua oração em três palavras, dizendo: «Senhores atenienses: tudo o que este disse eu farei.» Perante a eloquência de Cícero, muitos se enchiam de pasmo; Catão ria-se, acrescentando: «Temos um gracioso cônsul.» Venha de frente ou de trás, uma sentença útil, um rasgo formoso, estão sempre em lugar pertinente. Embora não quadrem bem com o que precede nem com o que segue, estão bem por si mesmos. Não sou dos que acreditam que a boa medida dos versos é o essencial para o bem do poema; deixai ao poeta alargar uma sílaba curta, não nos queixemos por isso: se a invenção for agradável e se o espírito da obra e as ideias forem como deve ser, temos um bom poeta, direi eu, mas um mau versificador:

Emunctae naris, durus componere versus

[Os seus versos são descuidados, mas ao poeta não falta inspiração. Horácio, *Sat*, I, 4, 8.]

Faça-se, disse Horácio, com que os versos do poeta percam todo o vestígio de trabalho:

*Tempora certa modosque, et, quod prius ordine verbum est,
Posterius facias, praeponens ultima primis...
Invenias etiam disjecti membra poetae.*

[Separai-lhe o ritmo e a medida, trocai a ordem das palavras, e ainda encontrareis o poeta nesses membros dispersos. Horácio, *Sat.*, I, 4, 58.]

maior será o artista, os fragmentos serão formosos. Menardo respondeu assim a quem o censurou por não ter pegado ainda numa comédia que devia ter terminado em certo prazo: «A comédia está composta e pronta, respondeu; só falta pô-la em verso.» Como tinha as ideias bem premeditadas e ordenadas no espírito, dava pouca importância ao que lhe faltava fazer. Desde que Ronsard e Du Bellay acreditaram a nossa poesia francesa, vejo por toda a parte versejadores que enchem as palavras e ordenam as cadências, pouco mais ou menos como eles. *Plus sonat, quam valet*. [O ruído ultrapassa as ideias. Sêneca, *Epist.*, 40.] Para o vulgo, nunca houve tantos poetas como hoje; mas, assim como lhes foi fácil imitar os ritmos e cadências, foram impotentes para se aproximarem das formosas descrições de um e das delicadas invenções do outro.

Que fará o nosso discípulo se for obrigado a tomar parte na sofisticada subtileza de algum silogismo, por exemplo, deste teor? «O presunto faz sede, o beber tira a sede, logo o presunto tira a sede.» Deve trocar de tais coisas; é maior esperteza trocar do que responder. Que imite esta insinuante réplica de Arístipo: «Por que razão ousarei desatar o silogismo, posto que atado me embaraça?» Alguém propunha contra Cleanto essas finezas dialécticas, ao que Crísipo respondeu: «Guarda para os rapazes esses jogos de saltimbanco e não convertas neles as sérias reflexões de um ancião», *contorta et aculeat sophismata*. [Esses sofismas confusos e espinhosos. Cícero, *Acad.*, II, 24.] Se estas estúpidas argúcias o persuadissem de alguma mentira, a coisa seria prejudicial; mas se permanecerem sem efeito e só lhe provocarem o riso, não vejo que tenha de se pôr em guarda contra elas. Há homens tão tolos que se afastam do seu caminho até um quarto de légua para apanharem uma palavra deslumbrante: *aut qui non verba rebus aptant, sed res extrinsecus arcessunt quibus verba convenient*, [Ou que não escolhem as palavras para expressar as ideias, mas que buscam coisas fora de propósito a que as palavras possam convir. Quintiliano, VIII, 3.] e outros: *qui alicuius verbi decore placentis, vocentur ad id, quod non proposuerant scribere*. [Que para não desperdiçarem uma expressão do seu agrado se internam num terreno em que não tinham intenção de penetrar. Sêneca, *Epist.*, 59.] Aproveito de melhor vontade uma boa sentença para a acomodar ao meu propósito, que me afasto dele para a ir buscar. Longe de sacrificar o discurso às palavras, são estas que devem sacrificar-se ao discurso; e se o francês não basta para traduzir o meu pensamento, lanço mão do meu dialecto da Gasconha. Quero que as coisas predominem e que de tal maneira encham a imaginação do ouvinte, que este nem se fixe nas palavras, nem sequer se lembre delas. O falar de que eu gosto é um falar simples e ingénuo, tanto quando escrevo como quando falo; um falar substancial e nervoso, curto e conciso, não tanto polido e delicado, como brusco e veemente:

Haec demum sapiet dictio, quae feriet;

[Que a expressão impressione e agradará certamente. *Epitáfio de Lucano, citado na Biblioteca latina de Fabrício, II, 10.*]

mais difícil que pesado, desprovido de afecção; sem regra, desligado e arrojado; de forma que cada fragmento represente por si só uma ideia; um falar que não seja pedantesco, nem fradesco, nem jurídico, mas bem soldadesco, como Suetónio chama ao estilo de Júlio César. Não consigo averiguar a razão, mas foi esta designação que lhe aplicou.

Quando era jovem, imitei de bom grado o descuido que se vê nos nossos moços na maneira de usarem as roupas: a esclavina em forma de banda, a capa ao ombro e uma meia caída, que representam a altivez desdenhosa para com os adornos estranhos, e que não se importa com a arte; considero esse costume mais adequado e melhor empregado quando aplicado à linguagem. Toda a afectação, principalmente no espírito e maneiras francesas, sobram no cortesão. Contudo, numa monarquia, todo o jovem nobre deve ser encaminhado para o bom porte no palácio; por esta razão, procedemos acertadamente ao evitar demasiada ingenuidade e familiaridade. Desgosta-me o tecido que deixa ver o fio; um corpo formoso não deixa ver os ossos e as veias. *Quae veritati operam dat oratio, incomposita sit et simplex.* [A verdade deve falar em linguagem simples e sem ornatos. Séneca, *Epíst.*, 40.] *Quis accurate loquitur, nisi qui vult putide loqui.* [Quem se expressar com afectação certamente cansará e será fastidioso. Séneca, *Epíst.*, 75.] A eloquência que afasta a nossa atenção das coisas, prejudica-as e dainifica-as. Como, no vestir, é dar prova de pusilanimidade querer distinguir-se por alguma particularidade desusada, também na linguagem, ir na pista de frases novas e de palavras pouco frequentes, revela uma ambição escolástica e pueril. Poderia eu servir-me de mais do que se empregam nos mercados de Paris! Aristófanes, o gramático, repreendia desacertadamente em Epicuro a simplicidade das palavras; a arte daquele resumia-se à oratória, na perspicácia e fineza da linguagem. A imaginação no falar, como coisa fácil, é logo seguida por todo um povo. A imitação no julgar, no inventar, não vai tão depressa. Quase todos os leitores, por terem achado semelhante veste, crêem erroneamente encontrar-se de posse de um mérito semelhante; a força e os nervos não se recebem de empréstimo, mas apenas o adorno e o manto protector. Assim falam os que me apreciam este livro, não sei se pensarão como falam. Os atenienses, diz Platão, receberam como património a elegância e a abundância no dizer; os lacedemónios, a concisão; os de Creta eram mais fecundos nas ideias que na linguagem; estes últimos eram os melhores. [...] Tudo isto não significa que o bem dizer seja coisa digna de desdém; o que não reveste é a importância que se lhe quer dar; e quanto a mim, desconsola-me que a nossa existência se empregue toda

nisso, no dizer correcto e limado. Gostaria, em primeiro lugar, de conhecer bem a minha língua, e depois a dos meus vizinhos, com os quais mantenho relações muito frequentes.

O latim e o grego são, sem sombra de dúvida, dois formosos ornamentos, mas fazem-se pagar demasiado caros. Falarei aqui de um meio de os conhecer com menos sacrifícios, que foi aplicado em mim mesmo; dele se pode servir quem o julgar conveniente. O meu defunto pai, que fez quantos esforços estiveram ao seu alcance para se informar entre gente sábia e competente de qual era a melhor educação para dirigir a minha com maior proveito, foi informado desde logo do dilatado tempo que se empregava no estudo das línguas clássicas, o que se considerava como causa de não chegarmos a alcançar nem a grandeza de alma nem os conhecimentos dos antigos gregos e romanos. Não creio que seja esta a única causa. Tanto assim é, que o expediente de que meu pai lançou mão, foi o de, antes de sair da ama e antes de começar a falar, entregar-me a um alemão, que mais tarde morreu em França como médico famoso, o qual ignorava a nossa língua e era muito versado em latim. Este preceptor, que tinha mandado vir expressamente e que estava muito bem retribuído, levava-me continuamente nos braços. Havia também outras pessoas de menos saber para me seguirem e aliviarem a tarefa do primeiro, as quais não me falavam senão em latim. Quanto ao resto da casa, era preceito inquebrantável de que nem meu pai, nem minha mãe, nem criado nem criada, falassem diante de mim outra coisa que as poucas palavras latinas que tinham aprendido falando comigo. Foi maravilhoso o fruto que todos colheram; meus pais aprenderam o suficiente para o entenderem e dispunham do necessário para se servirem dele se fosse preciso; o mesmo acontecia aos criados que se separavam menos de mim. Em suma, latinizámo-nos tanto que a língua de Lácio se estendeu até aos povos vizinhos, onde ainda hoje se servem de palavras latinas para designar alguns utensílios de trabalho. Contava eu mais de seis anos e tinha ouvido falar assim em francês ou no dialecto do Perigord, como na língua dos árabes. Assim, sem arte alguma, sem livros, sem gramática nem preceitos, sem disciplinas, sem palmatoadas e sem lágrimas, aprendi o latim com tanta pureza como o meu mestre o sabia; na verdade, eu não o podia ter misturado nem alterado. Quando me davam um tema, como é usual nos colégios, o professor escrevia-o em mau latim e eu apresentava-o correcto; aos outros, davam em francês. Os preceptores domésticos da minha infância, que foram Nicolas Grouchy, autor de *Comitiis Romanorum*; Guillermo Guerente, comentador de Aristóteles; Jorge Bucanem, grande poeta escocês e Marco Antonio Muret, a quem a Itália e a França reconhecem como o primeiro orador do seu tempo, contavam-me que temiam falar comigo em latim, tão bem eu o sabia, tendo-o fluente a todo o momento. Buchanam, que vi mais tarde ao serviço do defunto marechal de Brissac, disse-me que se propunha escrever um tratado sobre a educação das crianças, e que tomaria como exemplo a minha, pois naquela época estava a seu

cargo o conde de Brissac, que já temos visto tão bravo e valoroso.

Quanto ao grego, do qual quase nada conheço, meu pai tentou fazer-me aprender por arte, mas de um modo novo, por um procedimento de distração e exercício. Estudávamos as declinações à maneira dos que se servem do jogo das damas para aprender a aritmética e a geometria; pois, entre outras coisas, meu pai conseguiu fazer-me gostar da ciência e do cumprimento do dever, por espontânea vontade, por meu desejo individual, ao mesmo tempo que educou a minha alma com toda a doçura e liberdade, sem rigor nem violência. Pode ter-se uma ideia até que ponto se cumpria tal preceito, considerando que, porque alguns julgavam nocivo despertar as crianças pela manhã em sobressalto, por o sono ser mais profundo na primeira idade que nas pessoas adultas, despertavam-me com o som de um instrumento, e sempre houve em minha casa um homem encarregado desta tarefa.

Tal exemplo bastará para julgar dos cuidados que acompanharam a minha infância, e também para recomendar a afecção e prudência de tão excelente pai, do qual não me posso queixar se os resultados não corresponderam a uma educação tão cuidada. Houve duas causas: em primeiro lugar, o campo estéril em que se trabalhava, pois embora eu gozasse de saúde completa e resistente, e em geral me achasse dotado de uma natureza social e aprazível, era, no meio desta qualidades, pesado, indiferente e adormecido; nem sequer para brincar era possível arrancarem-me da ociosidade. Aquilo que via, via com clareza, e sob a minha compleição desprovida de vivacidade, alimentava ideias atrevidas e opiniões mais próprias de um homem que de uma criança. O meu espírito era lento, e só se animava com o concurso de influência alheia; compreensão tardia, invenção débil e, por cima de tudo, apoquentava-me uma falta terrível de memória. Com tal natureza, não é de admirar que meu pai não tirasse de mim proveito algum. Logo, à maneira daqueles a quem acomete um desejo furioso de se curarem de alguma enfermidade, que se deixam levar por toda a espécie de conselhos, o bom homem, temendo enganar-se numa coisa que tomara tanto a peito, deixou-se dominar por uma opinião comum, que sempre segue os que vão adiante, como as grulhas, e acomodou-se ao costume geral, por não ter junto dele os que lhe tinham dado os primeiros conselhos relativos à minha educação, que tinha aprendido em Itália, e enviou-me aos seis anos para o colégio de Guiena, em estado muito florescente naquela época, e o melhor de quantos havia em toda a França. Ali fui objecto dos cuidados mais atentos; não é possível fazer mais do que o meu pai fez: rodeou-me de preceptores muito competentes e de tudo o mais relativo ao cuidado material, para o que contribuiu toda a espécie de quadros; muitos destes afastavam-se do costume seguido nos colégios. Mas, seja como for, não deixava de ser colégio o sítio para onde me levaram. O meu latim deteriorou-se imediatamente, como não me servia dele, acabei por o esquecer, e só me foi útil para chegar de um salto às primeiras classes, pois aos treze anos, época em que saí do estabelecimento, tinha

terminado o que chamavam o meu curso, como dizem os professores, na verdade, sem qualquer espécie de fruto para o futuro.

A primeira inclinação que tive por livros, veio-me do prazer que experimentei ao ler as fábulas das *Metamorfoses de Ovídio*. Não contava mais que sete ou oito anos, e já me privava de todo o prazer para as ler, e com tanto mais gosto quanto, como disse, o latim foi a minha língua materna, e mais porque o citado livro era o mais fácil que eu conhecesse, bem como o que melhor se acomodava à minha tenra idade, pelo assunto de que trata. Os *Lançarotes do Lago*, os *Amadises*, os *Hunos de Bordéus* e mais livros com que a infância se regozija, nem sequer os conhecia pelo título, nem mesmo hoje os li; tão severa era a minha disciplina. Quanto aos outros ensinamentos, descuidei-os bastante. Esta minha inclinação para a leitura foi tolerada por um preceptor avisado que soube salientar destramente esta propensão e ocultar outras faltas menores; graças a ele, devorei de uma assentada, primeiro Virgílio, depois Terêncio, em seguida Plauto e o teatro italiano, atraído pelo encanto dos assuntos dessas obras. Se o meu mestre tivesse cometido a imprudência de deter bruscamente o furor das minhas leituras, não teria tirado outro fruto do colégio que o ódio pelos livros, como acontece em quase toda a nossa nobreza. O meu preceptor procedia de modo que simulava não ver, e assim excitava o meu apetite pela leitura, ao mesmo tempo que me mantinha numa disciplina indulgente para os estudos obrigatórios, pois é de saber que a primeira qualidade que meu pai buscava nos meus educadores era a benignidade e bondade de carácter; os meus defeitos neste particular eram a preguiça e a languidez. O perigo não podia residir em eu me inclinar para o mal, mas em me deixar ganhar pela inação; ninguém temia que eu fosse perverso, mas sim inútil; adivinhava-se em mim a mandriice, mas não a malícia. E, com efeito, assim sucedeu; ainda me soam aos ouvidos as reprimendas. «És ocioso, frouxo para a amizade e para a família; e para os empregos públicos, abstraído e desdenhoso.»

Na verdade, ter-me-ia sido grato que se tivesse realizado o desejo geral de me ver melhorar de condição, mas procedia-se injustamente, exigindo o que eu não podia, com um rigor que os meus censores não aplicavam a si mesmos, nem sequer no relativo às suas estritas obrigações. Condenando o meu proceder suprimiam a gratidão de que tinham sido credores. O bem que posso de boa vontade realizar é tanto mais meritório quanto não estou obrigado a praticá-lo. Posso dispor da minha fortuna com tanto mais liberdade, quanto me pertence, e o mesmo da minha pessoa. Todavia, se fosse amigo da arrogância, ser-me-ia fácil provar que não os contrariava na medida em que não fora aproveitado como podia ter sido, mais do que realmente fui.

A minha alma não deixava de experimentar, apesar de tudo, por si mesma, sem que nada a impelisse, fortes sacudidelas; fazia juízos acertados e abertos sobre os objectos que me eram conhecidos, e retinha-os sem qualquer ajuda. Entendo, por outro lado, que teria sido incapaz de me render perante a força e a violência. Incluirei

entre os meus merecimentos infantis a firmeza de vista, a voz flexível e o gesto adequado para a representação teatral. De tenra idade,

Alter ab undecimo tum me vix ceperat annus,

[Apenas contava então doze anos. Virgílio, *Éclog.*, VIII, 39.]

desempenhei os primeiros papéis nas tragédias latinas de Buchanan, Guerente e Muret, que apenas representávamos no nosso colégio de Guena. Nesse passatempo, como nas outras atribuições do seu cargo, Andrés Govea, nosso director, não teve rival em toda a França, e considerava-me como um actor sem mácula. Não desaprovo tal exercício aos nossos nobres jovens, e até os nossos príncipes se dedicaram a ele, segundo vi, imitando os antigos: *Aristoni travico actori rem aperit: huic et genus et fortuna honesta erant; nec ars, quia nihil tale apud Graecos pudori est, ea deformabat.* [Expõe o seu projecto ao actor trágico Aristo. Este era um homem distinto pelo seu nascimento e riqueza, e o exercício da sua arte não o privava da estima dos seus concidadãos, pois entre os gregos nada tem de desonroso. Tito Lívio, XXIV, 24.] Na Grécia era acção lícita, honrosa e louvável as pessoas distintas adoptarem o ofício de actor. Sempre tive por impertinentes os que censuravam tais diversões, e por injustos os que impediam a entrada nas nossas cidades aos comediantes de mérito, privando assim o povo dos legítimos prazeres. Os governos acertados cuidam de reunir os cidadãos, tanto para as sérias práticas de devoção como os jogos e distrações, pois com isso aumentam a amizade e a comunicação gerais. Não poderão conceder-se ao povo passatempos mais ordenados que aqueles que se verificam na presença de todos, à vista do representante da autoridade, e até encontraria bastante razão para que o soberano os gratificasse de vez em quando para este fim, liberalidade que seria considerada como paternal; parece-me também acertado que nas cidades populosas haja sítios destinados e dispostos para o espectáculo teatral; pois entendo que este é um remédio excelente contra o cometimento de acções culpáveis e ocultas.

E, voltando ao meu assunto, direi que para o aluno não há nada que ultrapasse nem que substitua o exercício permanente do affecto e gosto pelo estudo; de outra forma, o discípulo será apenas um asno carregado de livros. Dão-lhe a chicote o alforge repleto de ciência, a qual, para trabalhar bem, não só deve ser acolhida em casa, como é preciso casar-se com ela.



John Amos Comenius (Morávia, 1592 – Amesterdão, 1670)

COMÊNIO, João Amos – *Didáctica Magna*. Int., trad. e notas Joaquim Ferreira Gomes. 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. [1657]

I

3. Nós ousamos prometer uma *Didáctica Magna*, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos. E de ensinar com tal *certeza*, que seja impossível não conseguir bons resultados. E de ensinar *rapidamente*, ou seja, sem nenhum enfado e sem nenhum aborrecimento para os alunos e para os professores, mas antes com sumo prazer para uns e para outros. E de ensinar *solidamente*, não superficialmente e apenas com palavras, mas encaminhando os alunos para uma verdadeira instrução para os bons costumes e para a piedade sincera. Enfim, demonstraremos todas estas coisas *a priori*, isto é, derivando-as da própria natureza imutável das coisas, como de uma fonte viva que produz eternos arroios que vão, de novo, reunir-se num único rio; assim estabelecemos um método universal de fundar escolas universais. (p. 45-46)

II

1. Que devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas, em todas as cidades, aldeias e casais isolados, demonstram-no as razões seguintes:

2. Em primeiro lugar, todos aqueles que nasceram homens, nasceram para o mesmo fim principal, para serem homens, ou seja, criatura racional, senhora das outras

criaturas, imagem verdadeira do seu Criador. Todos, por isso, devem ser encaminhados de modo que, embebidos seriamente do saber, da virtude e da religião, passem utilmente a vida presente e se preparem dignamente para a futura. Que, perante Deus, não há pessoas privilegiadas [...] (p. 139)

[...]

5. Não pode aduzir-se nem sequer um motivo válido, pelo qual o sexo fraco (para que acerca deste assunto diga particularmente alguma coisa) deva ser excluído dos estudos (quer estes se ministrem em latim, quer se ministrem na língua materna). Com efeito, as mulheres são igualmente imagens de Deus, igualmente participantes da graça e do reino dos céus, igualmente dotadas de uma mente ágil e capaz de aprender a sabedoria (muitas vezes até mais que o nosso sexo), igualmente para elas está aberto o caminho dos ofícios elevados, uma vez que, frequentemente, são chamadas pelo próprio Deus para o governo dos povos, para dar salutarenses conselhos a reis e a príncipes, para exercer a medicina e outras artes salutarenses ao género humano, para pronunciar profecias e exprobar sacerdotes e bispos. Porque é que, então, as havíamos de admitir ao abc e depois as havíamos de afastar do estudo dos livros? Temos medo que cometam temeridades? Mas quanto mais lhes tivermos ocupado o pensamento, tanto menos lugar encontrará a temeridade, a qual, normalmente, é originada pela desocupação da mente. (p. 141-142)

[...]

8. Se alguém disser: onde iremos nós parar, se os operários, os agricultores, os moços de fretes e finalmente até as mulheres se entregarem aos estudos? Respondo: acontecerá que, se esta educação universal da juventude for devidamente continuada, a ninguém faltará, daí em diante, matéria de bons pensamentos, de bons desejos, de boas inspirações e também de boas obras. E todos saberão para onde devem dirigir todos os actos e desejos da vida, por que caminhos devem andar e de que modo cada um há-de ocupar o seu lugar. Além disso, todos se deleitarão, mesmo no meio dos trabalhos e das fadigas, meditando nas palavras e nas obras de Deus, e evitarão o ócio, causa de pecados carnis e de delitos de sangue, lendo frequentemente a Bíblia e outros bons livros (e estes prazeres, muito doces, atraem quem já os saboreou). E, para que diga tudo de uma só vez, aprenderão a ver Deus por toda a parte, a louvá-lo por toda a parte, a aproximar-se dele por toda a parte; e, deste modo, aprenderão a passar com maior alegria esta vida de misérias e a esperar, com maior desejo e maior esperança, a vida eterna. Acaso não é verdade que semelhante estado da Igreja representaria para nós o paraíso, tal como é possível tê-lo na terra? (p. 143)

III

1. Parecerei excessivamente presunçoso com esta afirmação ousada. Mas vou abordar o assunto de frente, constituindo o leitor como juiz e não representando eu próprio senão o papel de actor. Chamo escola perfeitamente correspondente ao seu fim aquela que é uma verdadeira *oficina de homens*, isto é, onde as mentes dos alunos sejam mergulhadas no fulgor da sabedoria, para que penetrem prontamente em todas as coisas manifestas e ocultas (como diz o *Livro da Sabedoria*, 7, 21), as almas e as inclinações da alma sejam dirigidas para a harmonia universal das virtudes, e os corações sejam trespassados e inebriados de amores divinos, de tal maneira que, já na terra, se habituem a viver uma vida celeste todos aqueles que, para se embeberem de verdadeira sabedoria, são enviados às escolas cristãs. Numa palavra: onde absolutamente tudo seja ensinado absolutamente a todos («ubi *Omnes, Omnia, Omnino*, doceantur»). (p. 155)

IV

3. Lutero, na sua exortação às cidades do Império, para que constituíssem escolas (em 1524), entre outras coisas, emitiu estes dois votos: *Primeiro*, «que, em todas as cidades, vilas e aldeias, sejam fundadas escolas, para educar toda a juventude de ambos os sexos (*precisamente como, no capítulo IX, mostrámos dever fazer-se*), de tal maneira que, mesmo aqueles que se dedicam à agricultura e às profissões manuais, frequentando a escola, ao menos duas horas por dia, sejam instruídos nas letras, na moral e na religião. *Segundo*: «que sejam instruídos com um método muito fácil, não só para que se não afastem dos estudos, mas até para que para eles sejam atraídos como para verdadeiros deleites», e, *como ele diz*, «para que as crianças experimentem nos estudos um prazer não menor que quando passam dias inteiros a brincar com pedrinhas, com a bola, e às corridas. Assim falava Lutero.

4. Conselho verdadeiramente sábio e digno de tão grande homem. Mas quem não vê que, até agora, permaneceu um simples voto? Onde estão, com efeito, essas escolas universais? Onde está esse método atraente?

5. Vemos precisamente o contrário: nas aldeias e nos pequenos povoados, não foram ainda fundadas escolas.

6. E, onde existem, não são indistintamente para todos, mas apenas para alguns, ou seja, para os ricos, porque sendo dispendiosas, nelas não são admitidos os mais pobres, salvo casos raros, ou seja, quando alguém faz uma obra de misericórdia. No

entanto, é provável que, de entre os pobres, inteligências muitas vezes excelentes passem a vida e morram sem poder instruir-se, com grave dano para a Igreja e o estado.

7. Além disso, na educação da juventude, usou-se quase sempre um método tão duro que as escolas são consideradas como os espantalhos das crianças, ou as câmaras de tortura das inteligências. Por isso, a maior e a melhor parte dos alunos, aborrecidos com as ciências e com os livros, preferem encaminhar-se para as oficinas dos artesãos, ou para qualquer outro género de vida.

8. Àqueles que ficam na escola (ou constrangidos pela vontade dos pais e dos benfeitores, ou aliciados pela esperança de, com os estudos, conseguirem um dia um pouco de autoridade, ou impelidos por uma força espontânea da natureza para uma educação liberal), a esses, ministra-se uma cultura, é certo, mas sem a seriedade e a prudência necessárias, anacrónica e má sob todos os aspectos. Efectivamente, aquilo que sobretudo se devia implantar na alma dos jovens, isto é, a piedade e a moralidade, descara-se de modo particular. [...] (p. 156-158)

V

1. Os artesãos começam por fixar aos seus aprendizes um certo tempo (dois anos, três anos, etc., até sete anos, conforme a sua arte é mais subtil ou mais complexa), e, dentro desse espaço de tempo, o curso das lições deve estar terminado; e cada um, depois de instruído em tudo o que diz respeito àquela arte, de aprendiz torna-se oficial da sua arte, e depois mestre. Convém, portanto, fazer o mesmo nas nossas escolas, e estabelecer para as artes, para as ciências e para as línguas, um determinado espaço de tempo, de modo que, dentro desse período, os alunos terminem todo o curso geral dos estudos e saiam dessas oficinas de humanidades homens verdadeiramente instruídos, verdadeiramente morigerados e verdadeiramente piedosos.

2. Para obter este escopo, tomamos, para exercitar os espíritos, todo o tempo da juventude (efectivamente, no nosso caso, não se trata de aprender uma só arte, mas o complexo de todas as artes liberais, juntamente com todas as ciências e algumas línguas), desde a infância até à idade viril, ou seja 24 anos, repartidos em períodos determinados, os quais se devem dividir tomando por guia a natureza. Efectivamente, a experiência mostra que o corpo do homem, em geral, cresce em estatura, até à idade de vinte e cinco anos, e não até mais tarde; depois, robustece-se, adquirindo vigor. E este crescer lento (com efeito, o corpo de certos animais, muito maior, em alguns meses, ou então em um ano ou dois, atinge o seu máximo desenvolvimento) é

de crer que a divina providência o tenho reservado à natureza humana, precisamente para se preparar para realizar as funções da vida.

3. Dividiremos, portanto, em quatro partes distintas os anos de idade ascendente: infância, puerícia, adolescência e juventude, atribuindo a cada uma destas partes seis anos e uma escola peculiar, de modo que:

I – O regaço materno seja a escola da infância;

II – A escola primária, ou escola pública de língua vernácula, seja a escola da puerícia;

III – A escola de latim ou o ginásio, seja a escola da adolescência;

IV – A academia e as viagens sejam a escola da juventude.

E é necessário que a *escola materna* exista em todas as casas; a escola de *língua vernácula*, em todas as comunas, vilas e aldeias; o *ginásio*, em todas as cidades; a *Academia* em todos os reinos e até nas províncias mais importantes. (p. 409-410)



John Locke (Wrighton, Somerset, Inglaterra, 1632 – Harlow, Essex, Inglaterra, 1704)

LOCKE, John – *Alguns pensamentos sobre a educação*. Trad. Madalena Requixa. Coimbra: Almedina, 2012.

[1690]

§ 1. Mente sã em corpo sã – trata-se de uma descrição breve mas completa de um estado feliz neste mundo. Aquele que reunir estas duas qualidades pouco mais tem a desejar; e a quem falte uma ou outra qualidade pouco melhor será para qualquer outra coisa. A felicidade ou a desgraça dos homens é em grande parte sua obra. Aquele que não orienta o seu espírito de forma inteligente nunca tomará o rumo certo; e aquele cujo corpo é doente e débil nunca poderá avançar num bom caminho. Reconheço que alguns homens têm constituições físicas e mentais tão fortes e tão bem estruturadas por natureza que não precisam de grande auxílio dos outros. No entanto, pela força do seu génio natural, são desde o berço encaminhados no sentido da excelência e, dado o privilégio das suas boas constituições, podem fazer maravilhas. Mas são escassos os exemplos deste género, e penso poder afirmar que de todas as pessoas com que nos cruzamos, nove em cada dez são o que são, boas ou más, úteis ou inúteis, devido à educação que receberam. É daí que nasce a grande diferença entre os homens. As mais pequenas e insensíveis sensações que recebemos na infância têm consequências muito significativas e duradouras. Acontece aqui o mesmo que sucede nas fontes de alguns rios, onde uma hábil aplicação da mão altera as águas flexíveis por canais que as fazem tomar um rumo completamente contrário. E devido a esta direcção que se lhes dá na fonte, recebem diferentes tendências e alcançam lugares longínquos e distantes. (p. 57-58)

[...] **Nadar.** § 8. Não é necessário alertar aqui que convém ensinar as crianças a nadar na idade própria para isso, e que convém que tenham alguém que as ensine. Todos sabem que nadar é uma grande vantagem, e que salva diariamente a vida a muitas pessoas. Os romanos consideravam tão importante nadar que colocavam a natação na mesma categoria das Letras; e era uma máxima comum, para qualificar alguém mal-educado e inútil em tudo, dizer que não tinha aprendido nem a ler nem a nadar. *Nec literas didicit nec natare.* [*Nem sabe nadar, nem sabe ler*]. Além das vantagens que se adquirem sabendo algo que pode ser muito útil em caso de necessidade, são tantas as vantagens para a saúde proporcionadas pelo frequente banho em água fria no calor do Verão que não creio necessário exagerá-las; mas deve ter-se cuidado para que não entrem na água quando fizeram exercício, ou quando exista alguma agitação no sangue ou no pulso. (p. 66)

[...] **Instrução.** § 147. Ficarão surpreendidos, talvez, que fale da instrução em último lugar, sobretudo se vos digo que é a que trato em menor extensão. Isto pode parecer estranho na boca de um homem de estudo; e o paradoxo é maior quando a instrução é normalmente o assunto principal, senão o único, que se tem em conta quando se fala de educação. Quando verifico o esforço que se consagra a um pouco de Latim e de Grego, os anos que se empregam neste trabalho, o ruído que se faz e a actividade que se emprega para um resultado nulo, não posso deixar de pensar que os próprios pais ainda vivem com temor ao mestre da escola e suas disciplinas, e que o chicote continua a ser aos seus olhos o único instrumento de uma educação cujo único objectivo será a aprendizagem de uma ou duas línguas. Como explicar de outro modo que ponham os seus filhos em cadeia como galerianos durante os sete, oito ou dez melhores anos da sua vida para aprenderem uma ou duas línguas que poderiam adquirir, a meu ver, com muito mais economia de tempo e de esforço e quase a brincar?

Perdoem-me se digo que fico impaciente quando vejo um jovem cavalheiro metido no rebanho, onde é castigado com o chicote, como se tivesse de fazer todas as disciplinas de um impulso, *ad capiendum ingenii cultum* [*Para assegurar a cultura do espírito*]. "Mas, dir-se-á, querem que não saiba ler nem escrever? Será preciso que seja mais ignorante do que o clérigo da nossa paróquia, para quem Hopkins e Sternhold são os maiores poetas do mundo e que os torna ainda piores do que são pela maneira como os lê?" Não, não sejam tão precipitados, suplico-vos. A leitura, a escrita, a instrução, creio que tudo é necessário, mas não julgo que isso seja a parte principal da educação. Imagino que tomariam por louco aquele que não estimasse infinitamente mais um homem virtuoso e prudente que um estudante perfeito. Tal não significa, no meu entender, que a instrução não seja um grande auxílio para os espíritos bem-

dispostos, para torná-los discretos e virtuosos; mas, a meu ver, é preciso reconhecer também que no espírito em que a disposição não seja tão boa, a instrução apenas serve para torná-los mais tontos e maus. Digo isto para que no dia em que, preocupados pela educação do vosso filho, procurarem um professor ou um preceptor, não lhe peçam apenas, como é costume, que saiba Latim e Lógica. A instrução é necessária, mas deve ser colocada em segundo lugar, como um meio de adquirir qualidades mais elevadas. Procurem, pois, algo que saiba formar discretamente os costumes do seu discípulo; coloquem o vosso filho em mãos que possam, na medida do possível, garantir a sua inocência, desenvolver e alimentar as suas boas inclinações, corrigir docemente e curar as más inclinações, fazendo-o adquirir bons hábitos. Este é o ponto mais importante. Uma vez alcançado, a instrução pode ser adquirida por acréscimo e, a meu ver, em condições fáceis, simples de imaginar. (p. 278-280)

Esgrima. Equitação. § 198. A esgrima e a arte de montar a cavalo passam por elementos tão necessários de uma boa educação que me censuraria, como uma omissão grave, se não falasse deles. A equitação, que só se pode aprender nas grandes cidades, é para a saúde um dos melhores exercícios que podemos encontrar nesses lugares de prazer e de luxo; e por esta razão, um jovem cavaleiro deve consagrar-lhe uma boa parte do tempo se reside na cidade. Enquanto a equitação não tem por fim mais do que dar ao cavaleiro uma atitude sólida e solta, pô-lo em estado de manejar o cavalo para o parar, dominá-lo, fazê-lo rodar, ensinar-lhe, enfim, a manter-se firme, é um exercício útil para um cavaleiro tanto em tempo de paz como na guerra. Mas se este exercício merece ou não que os jovens façam dele uma ocupação, e se tem tanta importância para que lhes consagrem mais tempo do que deveriam empregar, por intervalos, a esta espécie de treinos violentos, no interesse único da sua saúde, é uma questão que deixo à sabedoria dos pais e dos preceptores; recordem apenas que em todas as partes da educação o que reclama mais tempo, e mais esforços, são os conhecimentos que provavelmente serão de maior resultado e de uso mais frequente no curso normal e nas circunstâncias da vida a que está destinado o jovem.

§ 199. Quanto à esgrima, pode ser um bom exercício para a saúde, mas é perigoso para a vida, porque a sensação de ser hábil pode levar a disputas jovens que crêem ter aprendido a manejar bem a espada de aço. Esta confiança presunçosa torna-os mais sensíveis do que é conveniente ao ponto de honra em provocações ligeiras ou mesmo absolutamente insignificantes. Os jovens, no calor do seu sangue, tenderão a crer que aprenderam inutilmente a esgrima se não encontram ocasião de concretizar num duelo a sua habilidade e o seu valor, e parece que têm razão. Mas as lágrimas de muitas mães podem demonstrar a quantas tristes tragédias deu lugar esta inclinação

do espírito. Um homem que não luta está mais disposto a evitar a companhia de jogadores e espadachins, e é muito menos retorcido sobre as questões de honra e não estará disposto a defrontar os outros, nem a firmar tão ferozmente a sua opinião, que é a causa normal das disputas. Por outro lado, quando um homem está no terreno um apelo a manejar as armas servirá mais para expô-lo às lutas do adversário do que a evitá-las. E, certamente, um homem de coragem, que não entende absolutamente nada de esgrima, e que, por conseguinte, não se compraz a vangloriar-se, coloca toda a sua confiança num só golpe vigoroso, com vantagem sobre um duelista medianamente hábil, sobretudo se é destro na luta. Por conseguinte, se é preciso tomar algumas precauções contra tais acidentes, e se um pai deve preparar os seus filhos para apoiarem os duelos, preferia que o meu filho fosse um hábil lutador do que um espadachim medíocre, e é tudo que pode ser um cavalheiro, a menos que não passe a vida na sala de armas e que não exercite todos os dias. Além disso, sendo a esgrima e a equitação consideradas geralmente como qualidades necessárias para um cavalheiro bem-educado, seria talvez demasiado severo negar completamente a um jovem desta categoria tais provas de distinção. Deixaria, pois, ao seu pai o cuidado de decidir até que ponto o temperamento do seu filho e a posição que deve ocupar no futuro lhe permitem ou o obrigam a condescender com usos que, por um lado, não servem grande coisa na vida civil, e, por outro lado, foram desconhecidos nas nações mais belicosas, e que, enfim, pouco parecem aumentar a força ou o valor dos que se submeteram a elas, a menos que não se imagine que o valor e a bravura militar tenham sido favorecidos e aumentados pela moda dos duelos, com a qual a esgrima fez entrada no mundo, e com a qual espero igualmente que saia dele.

§ 200. Estes são no momento os meus pensamentos sobre os estudos e sobre as realizações que devem acrescentar-se a eles. Mas o grande assunto é, sobretudo, a virtude e a sabedoria:

"Nullum numen abest, si sit prudentia" [Nada falta ao homem que possui prudência].

A criança deve aprender sob a vossa direcção a dominar as suas inclinações e a submeter os seus apetites à razão. Se conseguem isto, e se através de uma prática constante obtiverem dela um hábito, terão desempenhado a parte mais difícil da vossa tarefa. E para que um jovem chegue a este ponto, não conheço meio mais eficaz do que o desejo de ser louvado e estimado; esse sentimento é, pois, o que devem inspirar-lhe através de todos os meios imaginários. Tornem-no sensível à honra e à vergonha, o mais que puderem. Quando o tiverem conseguido, terão lançado no seu espírito um princípio que influenciará a sua conduta quando não estiverem ao seu lado; um princípio com o qual não se pode comparar o temor ao chicote, e à pequena dor que este provoca; um princípio que constituirá, enfim, a base onde vão por fim

gravar os verdadeiros princípios morais e religiosos.

§ 201. Falta-me ainda acrescentar algo, e sei bem que, fazendo conhecer o meu pensamento, corro o risco de parecer ter esquecido o meu tema e tudo o que escrevi anteriormente sobre a educação: porque quero falar da necessidade de um ofício e não pretendi educar senão um cavalheiro cuja posição não parece compatível com um ofício. No entanto, não vacilo em dizer que gostaria que o meu gentil-homem aprendesse um ofício; sim, um ofício manual. Até gostaria que aprendesse dois ou três, mas um, em particular.

§ 202. Como é necessário orientar a inclinação activa da criança para algo que seja útil, as vantagens que vai obter dos exercícios que lhe forem propostos podem reduzir-se a duas categorias: 1.^a Há casos em que a habilidade que adquire pelo exercício é apreciável em si mesma e isto ocorre não só com o estudo das línguas e das ciências como com a pintura, a arte de transformar, a jardinagem, e com a arte de temperar o ferro e trabalhá-lo, bem como com todas as outras artes úteis. 2.^a Há casos em que o exercício, à parte qualquer outra consideração, é útil e necessário para a saúde. Os primeiros destes conhecimentos são tão necessário que as crianças os adquiram durante a sua idade juvenil que devem consagrar boa parte do seu tempo a progredir neles, ainda que estas ocupações não contribuam em nada para a sua saúde. Tais são: a leitura, a escrita e todos os estudos sedentários que têm por fim o cultivo do espírito e que ocupam necessariamente uma boa parte do cavalheiro tão cedo quanto nasce. Mas as artes manuais, que para serem adquiridas e praticadas exigem o trabalho do corpo, têm como resultado não só aumentar a nossa destreza e a nossa habilidade para o exercício mas também fortificar a nossa saúde, sobretudo naqueles ofícios em que se trabalha ao ar livre. Nestas ocupações, por conseguinte, a saúde e a habilidade progridem conjuntamente e podem escolher-se algumas que constituam o recreio de uma criança cuja ocupação principal é o estudo dos livros. O que nos deve guiar nesta escolha é a idade e a inclinação da pessoa; a violência deve evitar-se sempre e não se deve obrigar a criança a aplicar-se à força nestes trabalhos. Porque a violência e a força geram com frequência a aversão, e não a curam nunca. Tudo o que fazemos por obrigação e com violência apressamo-nos a abandonar quando podemos; e, quando o fazemos, não encontramos nem benefício nem prazer. (p. 364-369)

Conclusão. § 216. Embora esteja a chegar a uma conclusão do que a respeito da educação me sugeriram algumas observações elementares, não é por isso que me atreveria a dizer que considero esta obra um tratado sobre a matéria. Existem muitas outras coisas que merecem ser contempladas; especialmente se quiserem abarcar as várias disposições naturais, as diferentes inclinações e defeitos particulares que se

podem encontrar nas crianças, e prescrever remédios adequados. A variedade é tão grande que iria requerer um livro inteiro; e ainda assim não seria suficiente. Tal como o seu rosto, a mente de cada homem tem alguma peculiaridade, que o distingue de todos os outros, e possivelmente não há duas crianças que possam ser guiadas por um método totalmente idêntico. Além disso, creio que um príncipe, um aristocrata e o filho de um burguês de condição normal deveriam receber educações um pouco diferentes. Mas aqui apenas se expuseram alguns pontos de vista gerais, que se referem ao fim principal e aos objectivos da educação, pensados para o filho de um burguês que, sendo então muito pequeno, considere como uma página em branco ou como bocado de cera que podia formar e moldar ao meu gosto. Não fiz mais do que tocar em pontos essenciais que julguei necessários para o filho de um jovem burguês. Agora publico estes pensamentos, que a ocasião fez nascer; publico-os, embora estejam longe de constituir um tratado completo sobre a matéria, e sem pretender que cada pai encontre neles o que conviria exactamente ao seu filho, mas com a esperança que tragam algumas pequenas luzes a todos aqueles que, estando tão preocupados com a educação dos seus filhos, preferem arriscar-se a consultar a sua própria razão do que seguir às cegas os costumes antigos. (p. 386-387)



Conduite des écoles chrétiennes... Avignon : C. Chastanier, 1720.

Jean-Baptiste de La Salle (Reims, França, 1651 – Ruão, França, 1719)

PASTIAUX, Georgette; PASTIAUX, Jean – *La pédagogie*. Paris : Éditions Nathan, 2006. p. 17.

APRENDER A LER ATRAVÉS DO IDIOMA VERNÁCULO

A língua francesa, sendo a natural, é, sem comparação, muito mais fácil de aprender do que a latina, para crianças que compreendem uma e não entendem a outra. Por conseguinte, é necessário muito menos tempo para aprender a ler em francês do que em latim. [...] Se se começa por lhes ensinar a ler em latim, desistem antes de terem aprendido a ler em francês. Quando deixam a escola, sabem imperfeitamente o latim e esquecem-no em pouco tempo, ficando assim sem saber ler em latim nem em francês.

Jean-Baptiste de La Salle

MÉTODO DE ENSINO SIMULTÂNEO

- O mesmo livro para todas as crianças e quadros de leitura na parede;
- Emprego do tempo bem calculado para evitar a ociosidade das crianças e os tempos mortos;
- Controlo do espaço: sítio fechado ao mundo exterior e lugares fixos e hierarquizados atribuídos aos alunos;

- As deslocções, a postura e a conduta do aluno estão codificadas e sujeitas a uma vigilância rigorosa e organizada;
- O conhecimento adquirido é controlado: passa-se de um nível para outro após exame, mas a formação cristã e a «civildade» são também cuidadosamente supervisionadas.



Jean-Baptiste de La Salle apresentando uma das suas escolas a M. de la Chétardie.
Gravura a partir de um quadro de Bartolommeo Gagliardi, c. 1900.

**Fénelon**

François de Salignac de La Mothe (Sainte-Mondane, França, 1651 – Cambrai, França, 1715)

FÉNELON – De l'éducation des filles. In *Œuvres : I. Édition établie par Jacques Le Brun*. Paris : Éditions Gallimard, 1983. p. 89-171.

[1687]

Capítulo I*Da importância da educação das raparigas*

Nada é mais negligenciado do que a educação das raparigas. Nisso o costume e o capricho das mães decidem sempre tudo: supõe-se que se deve dar a este sexo pouca instrução. A educação dos rapazes constitui uma das preocupações principais em relação ao bem público; e posto que nela se cometam menos erros que na das raparigas, pelo menos estamos convencidos de que falta muito de luzes para aí ter sucesso. As mais habilitadas personalidades aplicaram-se em dar regras nesta matéria. Quantos mestres e colégios se vêem? Quanto de gastos para impressão de livros, para pesquisas de ciências, para métodos de aprender línguas, para a escolha dos professores? Todos estes grandes preparativos têm frequentemente mais de aparência do que solidez; mas, enfim, demonstram a alta ideia que se tem da educação dos rapazes. Para as raparigas diz-se que não é preciso que sejam sábias, a curiosidade torna-as vãs e *preciosas*; basta que saibam um dia governar as suas casas e obedecer aos seus maridos sem replicar. Não faltam exemplos de muitas mulheres que a ciência tornou ridículas: razão pela qual se julga legítimo abandonar cegamente as raparigas ao cuidado de mães ignorantes e indiscretas.

É verdade que é preciso ter receio de fazer sábias ridículas. As mulheres têm, comumente, o espírito ainda mais fraco e mais curioso do que os homens; também não é conveniente envolvê-las em estudos nos quais poderiam persistir com obstinação. Elas não devem nem governar o estado, nem fazer guerra nem entrar no

ministério das coisas sagradas; assim podem prescindir de certos conhecimentos alargados que pertencem à política, à arte militar, à jurisprudência, à filosofia e à teologia. Nem a maioria das artes mecânicas lhes convém: elas foram feitas para exercícios moderados. O seu corpo bem como o seu espírito é menos forte e menos robusto do que o dos homens; em contrapartida, a natureza predispõe-las à indústria, asseio e economia para ocupá-las tranquilamente nas suas casas.

[...]

Eis, pois, as ocupações das mulheres, que não são menos importantes ao público que a dos homens, visto terem uma casa para dirigir, um esposo para fazer feliz e filhos para bem educar. Acrescente-se que a virtude não é menos para as mulheres do que para os homens: sem falar do bem ou do mal que elas podem fazer ao público, elas são a metade do género humano resgatado com o sangue de Jesus Cristo e destinado à vida eterna.

Enfim, deve considerar-se, além do bem que as mulheres exercem, quando são bem educadas, o mal que causam no mundo quando carecem de uma educação que lhes inspire a virtude. É evidente que a má educação das mulheres produz maior mal que a dos homens, posto que os distúrbios dos homens vêm quase sempre ora da má educação que receberam das suas mães ora das paixões que outras mulheres lhes inspiraram numa idade mais avançada.

Capítulo II

Inconvenientes da educação comum

A ignorância de uma rapariga aborrece-a e ela não sabe em que se ocupar inocentemente. Quando alcança uma certa idade sem se ter dedicado a assuntos densos, ela já não consegue nem tomar-lhe o gosto nem mostrar interesse nisso; tudo o que é sério parece-lhe triste, tudo o que requer atenção contínua deixa-a esgotada; a inclinação para os prazeres, que é forte na juventude, o exemplo das pessoas da mesma idade entregues ao divertimento, tudo serve para lhe fazer recluir uma vida regrada e laboriosa. Nesta primeira idade, falta-lhe experiência e autoridade para governar parte da casa dos pais: ela nem faz ideia da importância de se aplicar nisso, a menos que a sua mãe tivesse tido o cuidado de chamar a sua atenção para isso. [...]

[...]

As pessoas instruídas, e ocupadas em assuntos sérios, geralmente têm apenas uma curiosidade medíocre: o que sabem provoca-lhes desprezo sobre muitas das coisas que ignoram; vêem a inutilidade e o ridículo da maior parte das coisas que os espíritos pequenos que nada sabem e que de nada se ocupam, estão empenhados em aprender.

Pelo contrário, as raparigas pouco instruídas e inaplicadas têm imaginação sempre errante. Na falta de alimento intelectual, a sua curiosidade vira-se ardentemente para objectos fúteis e perigosos. As que têm talento transformam-se muitas vezes em *preciosas* e lêem todos os livros que podem alimentar a sua vaidade; apaixonam-se por romances, comédias, narrativas de aventuras quiméricas, onde o amor profano foi mesclado. Elas adquirem um espírito visionário, acostumando-se à linguagem magnífica dos heróis de romances; prejudicam-se mesmo para o mundo; porque todos estes belos sentimentos no ar, todas estas paixões generosas, todas as aventuras que os autores dos romances inventam para o prazer, não têm nenhuma relação com os verdadeiros motivos que fazem mover o mundo, e que decidem os negócios, nem com as desilusões que se encontra em tudo o que se empreende.

Uma pobre rapariga, cheia da ternura e do maravilhoso que a encantaram nas suas leituras, é surpreendida por não encontrar no mundo verdadeiras personagens que se pareçam com os seus heróis: ela gostaria de viver como as princesas imaginárias, que, nos romances, são sempre encantadoras, sempre adoradas, sempre acima de todas as necessidades. Quão desgostoso deve ser para ela descer do mundo dos heróis para as miudezas da casa.

Capítulo XI

Instrução das mulheres sobre as suas obrigações

Vejamos agora, em pormenor, as coisas nas quais uma mulher deve ser instruída. Quais são as suas ocupações? Ela está encarregada da educação dos seus filhos; dos rapazes até uma certa idade, das raparigas até que se casem ou professem numa ordem religiosa; da conduta das serviçais, dos seus costumes, do seu serviço; dos pormenores da despesa, dos meios de fazer tudo com economia e honestamente: até realizar contractos de arrendamento e arrecadar rendas.

A ciência das mulheres, como a dos homens, deve limitar-se a instruir em relação às suas funções; a diferença das suas tarefas deve corresponder à dos seus estudos. Importa, pois, restringir a instrução das mulheres às coisas que acabámos de referir. Mas uma mulher curiosa achará que foram fixados limites bem estreitos à sua curiosidade: ela engana-se; é que ela não conhece a importância e a extensão das coisas que lhe proponho para instruir-se.

Que discernimento lhe é necessário para conhecer a natureza e o génio de cada um dos seus filhos, para encontrar a maneira de se relacionar com eles, a mais adequada para descobrir o seu humor, a sua inclinação, o seu talento, para prevenir as paixões nascentes, para persuadi-los com boas máximas e para curar os seus erros! Que prudência deve ela ter para adquirir e conservar sobre eles a autoridade, sem

perder a amizade e a confiança? Mas não tem ela necessidade de observar e conhecer a fundo as pessoas que coloca ao lado deles? Sem dúvida. Uma mãe de família deve, pois, estar plenamente instruída da religião e ter um espírito amadurecido, forte, aplicado e experimentado para o governo da sua casa.

Capítulo XII

Continuação das obrigações das mulheres

[...]

Ensinai uma rapariga a ler e a escrever correctamente. Envergonha, mas é comum, ver mulheres que têm talento e finura não saberem pronunciar bem o que lêem: ou hesitam, ou cantam na leitura: em vez de pronunciar num tom simples e natural, mas firme e não soletrado. Falham ainda mais grosseiramente na ortografia, ou na maneira de formar ou ligar as letras na escrita: ao menos acostumai-as a fazer as suas linhas rectas, e que a sua letra seja limpa e legível. Conviria também que a rapariga soubesse a gramática: para a sua língua materna, não se trata de ensinar-lha por regra, como os estudantes aprendem o latim nas aulas; acostumai-as somente sem afectação a não tomar um tempo verbal por outro, a servir-se de termos próprios, a explicar claramente os seus pensamentos com ordem, e de forma curta e precisa: assim vós as preparais para ensinarem um dia aos seus filhos a falarem bem sem nenhum estudo. [...]

Deveriam aprender também as quatro regras da aritmética; servir-vos-eis disso utilmente para, muitas vezes, mandá-las fazer contas. É uma ocupação bastante penosa para muitas pessoas: mas o hábito, adquirido desde a infância, junto com a facilidade de resolver prontamente, com o uso das regras, todas as espécies de contas bem complicadas, diminuirá fortemente esse desagrado. Sabe-se bem que a exactidão no contar põe muitas vezes boa ordem nas casas.

Igualmente, seria bom que aprendessem alguma coisa sobre as principais regras da Justiça; por exemplo, a diferença que existe entre um testamento e uma doação; o que é um contrato, uma substituição, uma partilha de co-herdeiros; as principais regras do direito, ou dos costumes do país onde se encontra, para tornar estes actos válidos; o que é privado, o que é da comunidade; o que são bens móveis e imóveis. Se se casam todos os seus principais negócios girarão à volta disto.

Mas, ao mesmo tempo, mostrai-lhes como são incapazes de se envolverem nas dificuldades do direito; como o próprio direito, pela fraqueza do espírito dos homens, está cheio de pontos obscuros e regras duvidosas; como a jurisprudência varia; como tudo o que depende de juízes, o claro que pareça, torna-se incerto; como as dilações dos melhores negócios são ruinosas e insuportáveis. [...]

Depois destas noções, que devem ocupar o primeiro lugar, creio que não é inútil deixar às raparigas, segundo os seus prazeres e vontade, a leitura de livros profanos que não têm nada de perigoso para as paixões; é esta uma estratégia para lhes retirar o gosto por comédias e romances. Dai-lhes, pois, histórias gregas e romanas; verão aí feitos de coragem e abnegação. Não lhes deixai ignorar a história de França, que tem também as suas belezas; juntai as dos países vizinhos e as dos países afastados, judiciosamente escritas. Tudo isto serve para engrandecer o espírito e elevar a alma aos grandes sentimentos, enquanto evita a vaidade e a presunção.

Crê-se geralmente que uma rapariga distinta, que pretende educar-se bem, deve aprender o italiano e o espanhol; mas eu não vejo nada de menos útil do que este estudo, a menos que a rapariga se encontre ligada a alguma princesa espanhola ou italiana, como às nossas rainhas da Áustria e de Médicis. De resto, estas duas línguas de nada servem senão para ler livros perigosos e capazes de aumentar os defeitos das mulheres; há muito mais a perder do que a ganhar neste estudo. O do latim seria bem mais sensato, porque é a língua da Igreja: há fruto e consolação inestimável em compreender o sentido das palavras do ofício divino que se assiste tão frequentemente. Mesmo aos que buscam as belezas do discurso encontrarão mais perfeitas e mais sólidas no latim do que no italiano e no espanhol, onde impera um jogo de espírito e uma vivacidade de imaginação sem regra. Mas eu não queria fazer aprender latim senão às raparigas de um juízo sensato e uma conduta modesta, que tomariam este estudo pelo que ele em si vale, que renunciariam à vã curiosidade, que ocultariam o que tivessem aprendido, e que não procurariam mais do que a sua elevação.

Permitir-lhes-ia também, com rigorosa selecção, a leitura de obras de eloquência e poesia, se se verificasse que têm gosto nisso, e que a sua maturidade seja suficiente para se limitar ao verdadeiro uso das coisas; mas teria receio de agitar demasiado as imaginações vivas, e eu queria em tudo isto sobriedade perfeita: tudo o que pode despertar o amor, quanto mais suavizado e dissimulado, mais perigoso me parece.

A música e a pintura carecem das mesmas precauções; todas estas artes são do mesmo génio e do mesmo gosto. [...]

A poesia e a música, se se lhe retirar o que não conduz ao verdadeiro objectivo, poderiam ser empregadas muito utilmente para despertar na alma sentimentos vivos e sublimes para a virtude. [...]

A pintura torna-se mais facilmente em bem: além disso tem um privilégio para as mulheres; sem ela as suas obras não podem ser bem realizadas. Sei que poderiam limitar-se a trabalhos simples que não requereriam nenhuma arte; mas no desenho, que me parece dever ocupar o espírito e ao mesmo tempo as mãos das mulheres distintas, eu desejaria que fizessem obras onde a arte e a indústria temperassem o

trabalho com algum prazer. Tais obras não podem ter nenhuma verdadeira beleza, se o conhecimento das regras do desenho as não delineou. [...]

Devem igualmente recluir e desprezar a ociosidade. [...]

Para a educação da rapariga, deve-se ter em conta a sua condição social, os lugares onde deve passar a sua vida, e o estatuto que, segundo as aparências, abraçará. Prestai atenção que não conceba esperanças acima do seu bem e condição. [...] Se uma rapariga está destinada a viver no campo, desde cedo incutis no seu espírito as ocupações que ela deve aí ter, e não lhe deixeis gostar dos divertimentos da cidade; mostrai-lhe as vantagens de uma vida simples e activa. Se ela é de condição modesta na cidade, não lhe fazeis ver as pessoas da Corte; esse contacto somente serviria para desenvolver um comportamento ridículo e desproporcionado: segurai-a nos limites da sua condição social, e dai-lhe por modelos pessoas que, nesse meio, se distingam; preparai-a para as coisas que deve fazer toda a vida; ensinai-lhe a economia de uma casa burguesa, os cuidados que precisa ter com as rendas dos campos, as rendas e casas arrendadas na cidade, o que diz respeito à educação dos filhos, e, enfim, o pormenor de outras ocupações de negócios ou comércio, no qual prevedes que deverá lidar, quando casada. Se, pelo contrário, está determinada a tornar-se religiosa, sem ser obrigada a tal pelos seus pais, conduzi a sua educação, desde esse momento, para o estado que aspira; [...]

[2.] Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida: elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras ideias das coisas. E que coisa boa nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Certamente que os prejuízos que nos metem na cabeça na nossa primeira meninice são sumamente prejudiciais em todos os estados da vida; e quer-se um grande estudo e reflexão para se despir deles. Além disso, elas governam a casa, e a direcção do económico fica na esfera da sua jurisdição. E que coisa boa pode fazer uma mulher que não tem alguma ideia da economia? Além disso, o estudo pode formar os costumes, dando belíssimos ditames para a vida; e uma mulher que tem alguma notícia deles pode, nas horas ociosas, empregar-se em coisa útil e honesta, no mesmo tempo que outras se empregam em levandades repreensíveis. Muito mais, porque não acho texto algum da Lei, ou Sagrada, ou Profana, que obrigue as Mulheres a serem tolas, e não saberem falar. As Freiras já se sabe que devem saber mais alguma coisa, porque hão-de ler livros latinos. Mas eu digo que ainda as casadas e donzelas podem achar grande utilidade na notícia dos livros. Persuado-me que a maior parte dos homens casados que não fazem gosto de conversar com suas mulheres, e vão a outras partes procurar divertimentos pouco inocentes, é porque as acham tolas no trato; e este é o motivo que aumenta aquele desgosto que naturalmente se acha no contínuo trato de marido com mulher. Certo é que uma mulher de juízo exercitado saberá adoçar o ânimo agreste de um marido áspero e ignorante, ou saberá entreter melhor a disposição de ânimo de um marido erudito, do que outra que não tem estas qualidades; e, desta sorte, reinará melhor a paz nas famílias. O mesmo digo das donzelas a respeito dos parentes. Enfim, esta matéria é de tanta consideração para a República, que um homem tão pio e douto como M. de Fénelon, Arcebispo de Cambrai, compôs um belíssimo tratado sobre esta matéria (e depois dele alguns Autores Franceses e Italianos, que eu li), em que ensina como se deve regular este estudo, e as utilidades que dele se podem tirar. Ao que eu podia acrescentar algumas experiências e reflexões minhas, feitas sobre as aplicações que observei em algumas mulheres. (p. 123-126).



Alvará régio de 28 de Junho de 1759

Criação da Direcção-Geral dos Estudos e reforma do ensino do Latim, Grego e Retórica.

EU EL-REI. Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Ciências depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio delas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; e a que por esta razão foram sempre as mesmas Ciências o objecto mais digno do cuidado dos Senhores Reis meus Predecessores, que com as suas Reais Providências estabeleceram, e animaram os Estudos públicos; promulgando as Leis mais Justas, e proporcionadas para que os Vassallos da Minha Coroa pudessem fazer à sombra delas os maiores progressos em beneficio da Igreja, e da Pátria: Tendo consideração outrossim a que, sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Ciências, se vê nestes Reinos extraordinariamente decaído daquele auge, em que se achavam quando as Aulas se confiaram aos Religiosos Jesuítas; em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Método, que introduziram nas Escolas destes Reinos, e seus Domínios; e muito mais com a inflexível tenacidade, com que sempre procuraram sustentá-lo contra a evidência das sólidas verdades, que lhe descobriram os defeitos, e os prejuízos do uso de um Método, que, depois de serem por ele conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais anos, se achavam no fim deles tao ilaqueados nas miudezas da Gramática, como destituídos das verdadeiras noções das Línguas Latina, e Grega, para nelas falarem, e escreverem sem um tão extraordinário desperdício de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras Nações da Europa, que aboliram aquele pernicioso Método; dando assim os mesmos Religiosos causa necessária à quase total decadência das referidas duas Línguas; sem nunca jamais cederem à invencível força do exemplo dos maiores Homens de todas as Nações civilizadas; nem ao louvável, e fervoroso zelo dos muitos Varões de exímia erudição, que (livres das preocupações, com que os mesmos Religiosos pretenderam alucinar os meus Vassallos, distraindo-os, na sobredita forma, do progresso das suas aplicações, para que, criando-os, e prolongando-os na ignorância, lhes conservassem uma subordinação, e dependência tão injustas, como perniciosas) clamaram altamente nestes Reinos contra o Método; contra o mau gosto; e contra a ruína dos Estudos; com as demonstrações dos muitos, e grandes Latinos, e Retóricos, que antes do mesmo Método haviam florescido em Portugal até o tempo, em que foram os mesmos

Estudos arrancados das mãos de Diogo de Teive, e de outros igualmente sábios, e eruditos Mestres: Desejando Eu não só reparar os mesmos Estudos para que não acabem de cair na total ruína, a que estavam próximos; mas ainda restituir-lhes aquele antecedente lustre, que fez os Portugueses tão conhecidos na República das Letras antes que os ditos Religiosos se intromettessem a ensiná-los com os sinistros intentos, e infelizes sucessos, que logo desde os seus princípios foram previstos, e manifestos pela desaprovação dos Homens mais doutos, e prudentes nestas úteis Disciplinas, que ornaram os Séculos XVI, e XVII, os quais compreenderam, e predisseram logo pelos erros do Método a futura, e necessária ruína de tão indispensáveis Estudos; como foram por exemplo o Corpo da Universidade de Coimbra (que pelo merecimento dos seus Professores se fez sempre digna da Real atenção) opondo-se à entrega do Colégio das Artes, mandada fazer aos ditos Religiosos no ano de mil e quinhentos e cinquenta e cinco; o Congresso das Cortes, que o Senhor Rei D. Sebastião convocou no ano de mil e quinhentos e sessenta e dois, requerendo já então nele os Povos contra as aquisições de bens temporais, e contra os Estudos dos mesmos Religiosos; a Nobreza, e Povo da Cidade do Porto no Assento que tomaram a vinte e dois de Novembro de mil seiscentos e trinta contra as Escolas, que naquele ano abriram na dita Cidade os mesmos Religiosos, impondo por ele graves penas aos que a elas fossem, ou mandassem seus filhos estudar: E atendendo ultimamente a que, ainda quando outro fosse o Método dos sobreditos Religiosos, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino, e educação dos Meninos, e Moços, depois de haver mostrado tão infaustamente a experiência por factos decisivos, e exclusivos de toda a tergiversação, e interpretação, ser a Doutrina, que o Governo dos mesmos Religiosos faz dar aos Alunos das suas Classes, e Escolas sinistramente ordenada à ruína não só das Artes, e Ciências, mas até da mesma Monarquia, e da Religião, que nos mesmos Reinos, e Domínios devo sustentar com a Minha Real, e indefectível protecção: Sou servido privar inteira, e absolutamente os mesmos Religiosos em todos os Meus Reinos, e Domínios dos Estudos de que os tinha mandado suspender: Para que do dia da publicação deste em diante se hajam, como efectivamente Hei, por extintas todas as Classes, e Escolas, que com tão perniciosos, e funestos efeitos lhes foram confiadas aos opostos fins da instrução, e da edificação dos Meus fiéis Vassallos: abolindo até a memória das mesmas Classes, e Escolas, como se nunca houvessem existido nos meus Reinos, e Domínios, onde têm causado tão enormes lesões, e tão graves escândalos. E para que os mesmos Vassallos pelo proporcionado meio de um bem regulado Método possam com a mesma facilidade, que hoje têm as outras Nações civilizadas, colher das suas aplicações aqueles úteis, e abundantes frutos, que a falta de direcção lhes fazia até agora, ou impossíveis, ou tão dificultosos, que vinha a ser quase o mesmo: Sou servido da mesma sorte ordenar, como por este ordeno, que no ensino das Classes, e no estudo das Letras Humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se restitua o

Método antigo, reduzido aos termos símplies, claros, e de maior facilidade, que se pratica actualmente pelas Nações polidas da Europa; conformando-Me, para assim o determinar, com o parecer dos Homens mais doutos, e instruídos neste género de erudições. A qual reforma se praticará não só nestes Reinos, mas também em todos os seus Domínios, à mesma imitação do que tenho mandado estabelecer na Minha Corte, e Cidade de Lisboa; em tudo o que for aplicável aos lugares, em que os novos estabelecimentos se fizerem; debaixo das Providências, e Determinações seguintes.

Do Director dos Estudos

1. Haverá um Director dos Estudos, o qual será a Pessoa, que Eu for servido nomear: Pertencendo-lhe fazer observar tudo o que se contém neste Alvará: E sendo-lhe todos os Professores subordinados na maneira abaixo declarada.
2. O mesmo Director terá cuidado de averiguar com especial exactidão o progresso dos Estudos para Me poder dar no fim de cada ano uma relação fiel do estado deles; ao fim de evitar os abusos, que se forem introduzindo: Propondo-Me ao mesmo tempo os meios, que lhe parecerem mais convenientes para o adiantamento das Escolas.
3. Quando algum dos Professores deixar de cumprir com as suas obrigações, que são as que se lhe impõem neste Alvará; e as que há-de receber nas Instruções, que mando publicar; o Director o advertirá, e corrigirá. Porém não se emendando, Mo fará presente, para o castigar com a privação do emprego, que tiver, e com as mais penas, que forem competentes.
4. E porquanto as discórdias provenientes na contrariedade de opiniões, que muitas vezes se excitam entre os Professores, só servem de distraí-los das suas verdadeiras obrigações; e de produzirem na Mocidade o espirito de orgulho, e discórdia; terá o Director todo o cuidado em extirpar as controvérsias, e de fazer que entre eles haja uma perfeita paz, e uma constante uniformidade de Doutrina; de sorte, que todos conpirem para o progresso da sua profissão, e aproveitamento dos seus Discípulos.

Dos Professores de Gramática Latina

5. Ordeno, que em cada um dos Bairros da Cidade de Lisboa se estabeleça logo um Professor com Classe aberta, e gratuita para nela ensinar a Gramática Latina pelos Métodos abaixo declarados, desde Nominativos, até Construção inclusive; sem

distinção de Classes, como até agora se fez com o reprovado, e prejudicial erro, de que, não pertencendo a perfeição dos Discípulos ao Mestre de alguma das diferentes Classes, se contentavam todos os ditos Mestres de encherem as suas obrigações em quanto ao tempo, exercitando-as perfunctoriamente quanto aos Estudos, e ao aproveitamento dos Discípulos.

6. Ao tempo, em que crescer a povoação da dita Cidade, se a extensão de algum dos Bairros dela fizer necessário mais de um Professor, darei sobre esta matéria toda a oportuna providência. E porque a desordem, e irregularidade, com que presentemente se acham alojados os Habitantes da mesma Cidade, não permite aquela ordenada divisão de Bairros: Determino, que se estabeleçam logo oito, nove, ou dez Classes repartidas pelas partes, que parecerem convenientes ao Director dos Estudos, a quem por ora pertencerá a nomeação dos ditos Professores debaixo da Minha Real aprovação. Para a subsistência deles tenho também dado toda a competente providência.

7. Nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Método, que não seja o Novo Método da Gramática Latina, reduzido a Compêndio para uso das Escolas da Congregação do Oratório, composto por António Pereira da mesma Congregação: Ou a Arte da Gramática Latina reformada por António Félix Mendes, Professor em Lisboa. Hei por proibida para o ensino das Escolas a Arte de Manuel Álvares, como aquela, que contribuiu mais para fazer dificultoso o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquele, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejam as duas acima referidas, sem preceder especial, e imediata licença Minha, será logo preso para ser castigado ao Meu Real arbítrio, e não poderá mais abrir Classe nestes Reinos, e seus Domínios.

8. Desta mesma sorte proíbo que nas ditas Classes de Latim se use dos Comentadores de Manuel Álvares, como António Franco; João Nunes Freire; José Soares; e em especial de Madureira mais extenso, e mais inútil; e de todos, e cada um dos Cartapácios, de que até agora se usou para o ensino da Gramática.

9. Os ditos Professores observarão também as Instruções, que lhes tenho mandado estabelecer, sem alteração alguma, por serem as mais convenientes, e que se têm qualificado por mais úteis para o adiantamento dos que frequentam estes Estudos, pela experiência dos Homens mais versados neles, que hoje conhece a Europa.

10. Em cada uma das Vilas das Provinciais se estabelecerá um, ou dois Professores de

Gramática Latina, conforme a menor, ou maior extensão dos Termos, que tiverem: Aplicando-se para o pagamento deles o que já se lhes acha destinado por Provisões Reais, ou Disposições particulares, e o mais que Eu for servido resolver: E sendo os mesmos Professores eleitos por rigoroso exame feito por Comissários deputados pelo Director-Geral, e por ele consultados com os Autos das eleições, para Eu determinar o que Me parecer mais conveniente, segundo a instrução, e costumes das Pessoas, que houverem sido propostas.

11. Fora das sobreditas Classes não poderá ninguém ensinar, nem pública, nem particularmente, sem aprovação, e licença do Director dos Estudos. O qual, para lha conceder, fará primeiro examinar o pretendente por dois Professores Régios de Gramática, e com a sua aprovação destes lhe concederá a dita licença: Sendo Pessoa, na qual concorram cumulativamente os requisitos de bons, e provados costumes, e de ciência, e prudência: E dando-se-lhe a aprovação gratuitamente, sem por ela, ou pela sua assinatura se lhe levar o menor estipêndio.

12. Todos os ditos Professores gozarão dos Privilégios de Nobres, incorporados em Direito comum, e especialmente no Código, Título = *De Professoribus, et Medicis*.

Dos Professores do Grego

13. Haverá também nesta Corte quatro Professores de Grego, os quais se regularão pelo que tenho disposto a respeito dos Professores de Gramática Latina, na parte que lhes é aplicável; e gozarão dos mesmos Privilégios.

14. Semelhantemente ordeno que em cada uma das Cidades de Coimbra, Évora, e Porto haja dois Professores da referida Língua Grega. E que em cada uma das outras Cidades, e Vilas, que forem Cabeça de Comarca, haja um Professor da referida Língua; os quais todos se governarão pelas sobreditas Direcções, e gozarão dos mesmos Privilégios de que gozarem os deste Corte, e Cidade de Lisboa.

15. Estabeleço que, logo que houver passado ano e meio depois que as referidas Classes de Grego forem estabelecidas, os Discípulos delas, que provarem pelas atestações dos seus respectivos Professores, passadas sobre exames públicos, e qualificadas pelo Director-Geral, que nestas estudaram um ano com aproveitamento notório, além de se lhes levar em conta o referido ano na Universidade de Coimbra para os Estudos maiores, sejam preferidos em todos os concursos das quatro Faculdades de Teologia, Cânones, Leis, e Medicina, aos que não houverem feito aquele

proveitoso estudo, concorrendo neles as outras qualidades necessárias que pelos Estatutos se requerem.

Dos Professores da Retórica

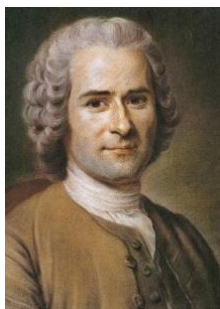
16. Porquanto o estudo da Retórica, sendo tão necessário em todas as Ciências, se acha hoje quase esquecido por falta de Professores públicos, que ensinem esta Arte segundo as verdadeiras regras: Haverá na Cidade de Lisboa quatro Professores públicos de Retórica; dous em cada uma das Cidades de Coimbra, Évora, e Porto; e um em cada uma das outras Cidades, e Vilas, que são Cabeça de Comarca; e todos observarão respectivamente o mesmo, que fica ordenado para o governo dos outros Professores de Gramática Latina, e Grega; e gozarão dos mesmos Privilégios.

17. E porque sem o estudo da Retórica se não podem habilitar os que entrarem nas Universidades para nelas fazerem progresso; ordeno que, depois de haver passado ano e meio contado dos dias em que se estabelecerem estes Estudos nos sobreditos lugares, ninguém seja admitido a matricular-se na Universidade de Coimbra em alguma das ditas quatro Faculdades maiores, sem preceder exame de Retórica feito na mesma Cidade de Coimbra, perante os Deputados para isso nomeados pelo Director, do qual conste notoriamente a sua aplicação, e aproveitamento.

18. Todos os referidos Professores se regularão pelas Instruções, que Mando dar-lhes para se dirigirem, as quais quero, que valham como Lei, assim como baixam com este assinadas, e rubricadas pelo Conde de Oeiras do Meu Conselho, e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, para terem a sua devida observância. Mostrando porém a experiência ao Director dos Estudos, que é necessário acrescentar-se alguma Providência às que vão expressas nas ditas Instruções, Me consultará para Eu determinar o que Me parecer conveniente.

E este se cumprirá como nele se contém, sem dúvida, ou embargo algum, para em tudo ter a sua devida execução, não obstante quaisquer Disposições de Direito comum, ou deste Reino, que Hei por derogados.

[...] Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda aos 28 de Junho de 1759. Com a assinatura de El-Rei, e a do Ministro.



Jean-Jacques Rousseau (Genebra, Suíça, 1712 – Ermenonville, França, 1778)

ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Emílio*. Trad. Pilar Delvaux. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

[1762]

I

Tudo está bem, ao sair das mãos do Autor das coisas; tudo degenera entre as mãos do homem: força uma terra a nutrir os produtos de outra, uma árvore a dar frutos de outra; mistura e confunde os climas, os elementos, as estações; mutila o cão, o cavalo, o seu próprio escravo; transtorna tudo, tudo desfigura, gosta da disformidade, dos monstros; não quer nada que seja como o fez a natureza, nem sequer o homem; precisa de o adestrar para si, como um cavalo de manejo; precisa de modelá-lo à sua maneira, como se fosse uma árvore do seu jardim.

Se assim não fosse, tudo seria ainda mais mal, e a nossa espécie não quer ser meio aperfeiçoada. No estado em que agora estão as coisas, um homem que, desde o seu nascimento, tivesse sido entregue a si mesmo, entre os outros, seria o mais disforme de todos. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais, nas quais nos encontramos submergidos, abafariam nele a natureza e não a substituiriam por nada. Nele passaria a viver, como uma arvorezinha que o acaso fez nascer no meio de um caminho e que, em breve, os passantes fazem definhir, dando-lhe encontrões por todos os lados e dobrando-a em todos os sentidos.

[...]

Formam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte, a sua estatura e a sua força ser-lhe-iam inúteis enquanto não tivesse aprendido a servir-se delas; ser-lhe-iam prejudiciais, impedindo os outros de pensar em assistir-lhe, e, abandonado a si mesmo, morreria de miséria antes de ter conhecido as suas necessidades. Há quem lamente o estado da infância; não vêem que a raça humana teria desaparecido, se o homem não começasse por ser criança.

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de razão. Tudo o que não temos quando nascemos e de que precisamos quando somos adultos é-nos dado pela educação.

Essa educação vem-nos da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interior das nossas faculdades e dos nossos órgãos é a educação da natureza; a utilização que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição da nossa própria experiência sobre os objectos que nos afectam é a educação das coisas. (p. 15-16).

II

Atrever-me-ei a expor, aqui, a maior, a mais importante, a regra mais útil para qualquer educação? Não se trata de ganhar tempo, trata-se de o perder. Leitores vulgares, perdoai-me os meus paradoxos: é necessário fazê-los quando se raciocina; e, seja o que for que disserdes, prefiro ser homem de paradoxos que homem de preconceitos. O intervalo mais perigoso da vida humana é o que decorre desde o nascimento até à idade dos 12 anos. É durante essa época que germinam os erros e os vícios, sem que ainda se disponha de nenhum sistema para os destruir; e, quando o sistema chega, as raízes já são tão profundas que é tarde de mais para as arrancar. Se as crianças saltassem, repentinamente, da teta para a idade da razão, a educação que se lhes dá poderia convir-lhes; mas, segundo o progresso natural, precisam de outra completamente oposta. Seria necessário que não fizessem nada da alma da criança enquanto ela não tivesse adquirido todas as suas faculdades; porque, enquanto está cega, é-lhe impossível avistar o estandarte que lhe apresentais, e a seguir, na imensa planície das ideias, um caminho que a razão só ainda muito levemente traçou, para os melhores olhos. Por conseguinte, a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste, não em ensinar a virtude e a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar fazer; se pudésseis conduzir o vosso pupilo, são e robusto, até à idade dos 12 anos, sem que ele soubesse distinguir a sua mão direita da sua mão esquerda, os olhos do seu entendimento abrir-se-iam para a razão, desde as vossas primeiras lições; sem preconceitos, sem hábitos, nada teria, em si, que pudesse contrariar o efeito dos vossos cuidados. Nas vossas mãos, em breve se tornaria o mais sage dos homens; e, começando por não fazer nada, teríeis conseguido um prodígio de educação.

Fazei tudo ao contrário do que é hábito, e tudo quanto fareis será quase sempre bem. Como não se pretende fazer uma criança de uma criança, mas sim um doutor, os pais e os mestres começam muito cedo a admoestar, a corrigir, a

repreender, a lisonjear, a ameaçar, a prometer, a instruir, a falar, a dar explicações. Fazei melhor: sede razoáveis e não deis explicações ao vosso educando, sobretudo para o levardes a aprovar o que lhe desagrade; porque justificar sempre a razão das coisas desagradáveis é apenas torná-la enfadonha e desacreditá-la muito cedo, num espírito que ainda não se encontra em estado de a compreender. Exercitai o seu corpo, os seus órgãos, os seus sentidos, as suas forças, mas conservai a sua alma ociosa durante tanto tempo quanto puderdes. Receai todos os sentimentos anteriores à opinião que os aprecia. Refreai, detende as impressões estrangeiras; e, para impedir que o mal apareça, não vos apresseis a fazer bem; porque ele só é tal quando esclarecido pela razão. Considerai todos os pormenores como vantagens: é ganhar muito, o avançar para o termo sem nada perder; deixai amadurecer a infância nas crianças. Enfim, é-lhes necessária alguma lição? Evitai dar-lha hoje, se podeis adiá-la para amanhã, sem inconveniente.

Uma outra consideração que confirma a utilidade deste método é a do carácter especial da criança, que é preciso conhecer bem para saber que regime moral lhe convém. Cada espírito tem a sua forma própria segundo a qual precisa de ser governado; e importa, para o êxito dos cuidados que se lhe dedicam, que ele seja governado por essa forma e não por outra. Homem prudente, espiai longamente a natureza, observai bem o vosso pupilo antes de lhe dizerdes a primeira palavra; começai por permitir que o germe do seu carácter em plena liberdade se mostre, não o constrangeis em nada, a fim de melhor o verdes na sua totalidade. Pensais que esse tempo de liberdade ficará perdido para ele? Pelo contrário, será empregado da melhor maneira; pois será desse modo que aprendereis a não perder um único momento de um tempo precioso: se, em vez disso, começardes a agir antes de saberdes o que é necessário fazer, agireis ao acaso; sujeito a enganar-vos, tereis de fazer marcha atrás; ficareis mais afastados do alvo do que se tivésseis estado menos apressado de o atingir. Por conseguinte, não procedais como o avaro que muito perde por não querer perder nada. Durante a primeira idade, sacrificai um tempo que recuperareis com juro numa idade mais avançada. O sábio médico não prescreve irreflectidamente receitas à primeira vista, mas começa por estudar o temperamento do doente antes de lhe prescrever qualquer remédio; começa a tratá-lo tarde, mas cura-o, enquanto o médico excessivamente apressado o mata. (p. 83-85).



Immanuel Kant (Königsberg, Prússia, 1724-1804)

KANT, Immanuel – *Sobre a Pedagogia*. Trad. João Tiago Proença. Lisboa: Alexandria Editores, 2004. p. 9-26.

[1803]

O homem é a única criatura que tem de ser educada. É que por educação compreendemos os cuidados (alimentação, subsistência), disciplina e instrução juntamente com a formação. Por consequência, o homem é bebé – educando – formando.

Os animais utilizam as suas forças, de modo regular, logo que as têm, quer dizer, quando estão em estado de não serem prejudiciais a si próprios. É, com efeito, digno de admiração ver que as crias das andorinhas, mal se arrastando para fora do ovo e ainda cegas, sabem fazer nada menos que deixar os excrementos cair fora do ninho. Os animais não precisam, por isso, de cuidados, quando muito de alimento, calor e orientação, ou de uma certa protecção. A maioria dos animais necessita de alimentação, mas não de cuidados. Por cuidados entende-se a providência dos pais de modo a que as crias não façam um uso prejudicial das suas forças. Se um animal, por exemplo, gritasse ao vir ao mundo, como as crianças o fazem, tornar-se-ia fatalmente presa dos lobos e de outros animais selvagens atraídos pelos seus gritos.

A disciplina reformula a animalidade em humanidade. Um animal é já tudo mediante o instinto; uma razão alheia já cuidou de tudo o que precisa. O homem, porém, tem precisão de uma razão própria. Não tem instinto e tem de se dotar do plano do seu comportamento. Mas, porque não está desde logo em condições de o fazer, antes vem ao mundo em estado rude, assim outrem tem de o fazer por ele.

O género humano deve desdobrar todas as disposições naturais da humanidade, gradualmente a partir de si, através do seu próprio esforço. Uma geração educa a outra. Pode procurar-se o primeiro começo num estado rude ou num estado perfeito, formado. Se se supuser este último como já tendo existido primeira e

anteriormente, o homem tem de se ter tornado novamente selvagem em seguida e decaído no estado rude.

A disciplina preserva o homem de se desviar, mediante os seus impulsos animais, da sua destinação – a humanidade. Tem de o limitar, por exemplo, para que não corra perigos de modo selvagem e irreflectido. A disciplina é, portanto, meramente negativa, a saber, a acção pela qual se retira a condição selvagem do homem; a instrução é, pelo contrário, a parte positiva da educação.

A condição selvagem é a independência das leis. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazer-lhe sentir a coacção das leis. Isto tem, contudo, de acontecer cedo. Assim, por exemplo, as crianças são enviadas à escola, de início, não com o propósito de aprenderem algo aí, mas para que se possam habituar a estar sentadas em silêncio e a observarem pontualmente o que lhes é prescrito, para que, no futuro, não possam também pôr em prática, real e imediatamente o que lhes passa pela cabeça.

O homem, contudo, tem por natureza um tão grande pendor para a liberdade que, se a ela se tiver habituado, de início, durante algum tempo, tudo lhe sacrifica. Justamente por isso, a disciplina tem de ser aplicada desde muito cedo, como já se disse, pois, se tal não suceder, torna-se difícil modificar o homem posteriormente. Segue então cada um dos seus caprichos. Pode-se também observar isto nas nações selvagens que, ainda que prestem serviços aos europeus durante um longo período de tempo, nunca se habituam ao seu modo de vida. Mas nelas, isso não é um nobre pendor para liberdade, como o pretendiam *Rousseau* e outros, mas um certo estado rude, na medida em que o animal como que ainda não desenvolveu em si a humanidade. Daí que o homem tenha de ser acostumado desde cedo a submeter-se aos preceitos da razão. Quando é deixado entregue à sua vontade na juventude e nada lhe opõe resistência, conservará então uma certa disposição selvagem ao longo de toda a sua vida. E também não o ajuda ser poupado, na juventude, pela excessiva ternura materna, pois desse modo sentirá ainda mais resistências de todos os lados e por toda a parte receberá revezes, assim que entrar nos negócios do mundo.

É um erro comum na educação dos grandes que, logo na sua juventude, nunca se lhes oponha realmente nada, porque estão destinados a reinar. No homem, por causa do seu pendor para a liberdade, é necessário limar o seu estado rude; no animal, pelo contrário, por causa do seu instinto, tal não é necessário.

O homem necessita de cuidados e formação. A formação compreende sob si disciplina e instrução. Nenhum animal, tanto quanto se sabe, necessita desta última. Pois destes nenhum aprende o que quer que seja dos mais velhos, com excepção das aves que aprendem o seu canto. Neste caso, são ensinadas pelos mais velhos, e é comovedor contemplar, quando, como que numa escola, os mais velhos cantam com todas as forças para os mais novos, e estes se esforçam por emitir os mesmos sons

com as suas pequenas goelas. Para se ficar convencido de que as aves não cantam por instinto, mas que realmente o aprendem, vale a pena o esforço de tirar a prova, e retirar aos canários, por exemplo, metade dos seus ovos e colocá-los entre ovos de pardais, ou misturar as crias de uns e outros. Coloque-se estes assim misturados num local onde não possam ouvir os pardais lá fora e aprendem o canto dos canários, obtemos pardais cantantes. É, com efeito, motivo de muita admiração o facto de cada espécie de aves conservar, ao longo de todas as gerações, um determinado canto principal, e a tradição do canto é a mais fiel no mundo.

O homem só se pode tornar homem através da educação. Nada mais é do que aquilo em que a educação o torna. É de notar que o homem só pode ser educado por homens, por homens que foram igualmente educados. Daí que a falta de disciplina e instrução em alguns homens os torne maus educadores dos seus educandos. Se um ser de género mais elevado se interessasse pela nossa educação, ver-se-ia o que o homem poderia vir a ser. Dado que, porém, a educação, em parte, ensina algo aos homens, em parte, só desenvolve nele certas coisas: não se pode saber que extensão alcançam em si as disposições naturais. Se se fizesse aqui, pelo menos, um experimento com o apoio dos grandes e através das forças unidas de muitos, obteríamos esclarecimentos acerca da extensão do que o homem conseguiria porventura realizar. Mas é igualmente tão importante para a cabeça especulativa como uma nota triste para os filantropos ver como os grandes só se preocupam, na maioria dos casos, consigo e não tomam parte no importante experimento da educação no género humano, de modo a que a natureza desse um passo em frente para a perfeição.

Não existe ninguém que, desprovido de cuidados na sua juventude, não veja por si, na idade madura, onde foi negligenciado, seja na disciplina, seja na cultura (como também se pode designar a instrução). Quem não é cultivado é rude, quem não é disciplinado é selvagem. O descuido da disciplina é um mal maior que o descuido da cultura, pois esta pode ser recuperada posteriormente; a condição selvagem, porém, não pode ser removida, e um engano na disciplina nunca pode ser reparado. Talvez que a educação se torne sempre melhor e que cada geração subsequente dê um passo em direcção ao aperfeiçoamento da humanidade; pois, por detrás da educação, aloja-se o grande segredo da perfeição da natureza humana. De agora em diante, tal pode acontecer. Pois só agora se começa a avaliar correctamente e a ver com nitidez o que pertence intrinsecamente a uma boa educação. É encantador imaginar que a natureza humana se desenvolverá cada vez melhor através da educação e que se pode levar esta a uma forma que seja adequada à humanidade. Isto abre-nos o prospecto de um género humano vindouro mais feliz.

Um esboço de uma teoria da educação é um ideal magnífico, e o facto de ainda não estarmos em condições de o realizar não causa qualquer dano. É necessário somente não considerar a ideia como quimérica e não a difamar como um belo sonho,

ainda que surjam obstáculos na sua execução.

Uma ideia nada mais é que o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência. Por exemplo, a ideia de uma república perfeita governada segundo as regras da justiça! É por isso impossível? Primeiro, a nossa ideia tem de ser correcta e então, por mais obstáculos que possam estar no caminho da sua execução, não é de todo impossível. Se, por exemplo, alguém mentisse, seria, por isso, dizer a verdade um mero capricho? E a ideia de uma educação que desenvolva todas as disposições naturais no homem é, sem dúvida, verdadeira.

Na educação actual, o homem não alcança a finalidade da sua existência. Pois quão distintamente vivem os homens! Só pode ter lugar uma uniformidade entre eles, quando agirem segundo os mesmos princípios, e estes princípios se tornarem para si outra natureza. Podemos trabalhar no plano de uma educação mais adequada e entregar os preceitos para tal aos vindouros que a podem realizar a pouco e pouco. Vê-se nas orelhas-de-urso, por exemplo, que, quando as plantamos por estaca, que são de uma e mesma cor; quando, pelo contrário, as semeamos, são de cores totalmente diferentes e variadas. A natureza colocou nelas, portanto, os germes, e tudo depende de serem devidamente semeadas ou plantadas, para os desenvolverem em si! O mesmo se passa com os homens!

Existem muitos germes na humanidade, e é tarefa nossa desenvolver proporcionadamente as disposições naturais e desdobrar a humanidade a partir dos seus germes e fazer que o homem alcance a sua destinação. Os animais cumprem-na por si e sem a conhecerem. O homem tem primeiro de procurar alcançá-la, mas tal não pode suceder, se não tiver um conceito da sua destinação. No indivíduo, a consecução de tal destinação é também totalmente impossível. Se supusermos um primeiro casal humano realmente formado, queremos ver como educa ele os seus educandos. Os primeiros pais dão logo aos filhos um exemplo que os filhos imitam, e assim desenvolvem-se algumas disposições naturais. Mas nem todas podem ser formadas deste modo, pois é sobretudo em ocasiões circunstanciais apenas que os filhos vêem exemplos. Antigamente, os homens não tinham um conceito da perfeição que a natureza humana pode alcançar. Nós próprios ainda não clarificámos totalmente tal conceito. Mas já se sabe certamente o suficiente para afirmar que não é o homem individualmente, na educação dos seus educandos, que pode levá-los a alcançarem a sua destinação. Não é o homem individualmente, mas o género humano que deve ter êxito nessa tarefa.

A educação é uma arte cujo exercício tem de ser aperfeiçoado através de muitas gerações. Cumulada com os conhecimentos dos que já passaram, cada geração pode sempre estabelecer, cada vez mais, uma educação que desenvolva propocionadamente e de modo conforme ao seu fim todas as disposições naturais do homem, e assim conduzir todo o género humano à sua destinação. A Providência quis

que o homem deva sempre produzir o bem a partir de si próprio e dirigiu-se, por assim dizer, ao homem: – vai para o mundo – o criador poderia porventura ter falado aos homens deste modo! – Equipei-te com todas as disposições para o bem. Cabe-te desenvolvê-las e, por isso, a tua felicidade ou infelicidade depende de ti próprio.

O homem deve desenvolver primeiro as suas disposições para o bem; a Providência não as colocou já prontas nele; são meras disposições e sem a distinção da moralidade. Tornar-se melhor, cultivar-se e, quando se é mau, produzir em si a moralidade, isso é tarefa do homem. Mas, quando se reflecte maduramente sobre isso, descobre-se que tal é muito difícil. Daí que a educação seja o maior e mais difícil problema que pode ser confiado ao homem. Pois o saber depende da educação, e a educação depende, por seu turno, do saber. Daí que a educação também só possa avançar a pouco e pouco, e é apenas pelo facto de uma geração transmitir as suas experiências e conhecimentos à seguinte, e esta acrescentar algo por sua vez e passá-lo desse modo à seguinte, que pode brotar um conceito correcto do modo de educar. Que grande cultura e experiência não pressupõe este conceito? Só podia nascer, por conseguinte, tardiamente, e nós próprios ainda não o clarificámos inteiramente. Deve a educação no indivíduo imitar a formação da humanidade em geral, através das suas diferentes gerações?

Duas invenções dos homens podem ser consideradas como as mais difíceis, a saber, a da arte do governo e a da educação, e, no entanto, as ideias de ambas ainda são controversas.

Desde quando começamos nós a desenvolver as disposições humanas? Devemos começar de um estado rude ou de um já formado! É difícil pensarmos um desenvolvimento a partir do estado rude (daí ser também tão difícil o conceito de primeiro homem), e vemos que, um desenvolvimento a partir de um tal estado, acaba-se por recair sempre no estado rude e que só então se eleva outra vez para aquele estado que era o objectivo primeiro. Também em povos muito civilizados, alguma coisa encontramos, nas mais antigas notícias escritas que deixaram – e quantas culturas não pertencem já à escrita? de modo que, em referência aos homens civilizados, poder-se-ia chamar ao início da escrita o início do mundo – que é uma forte delimitação do estado rude.

Posto que, nos homens, o desenvolvimento das disposições naturais não ocorre por si, então toda a educação é uma arte. A natureza não depositou nele nenhum instinto para tal. A origem bem como a continuação desta arte ou é *mecânica*, sem plano, ordenada segundo as circunstâncias dadas, ou *judiciosa*. A arte da educação nasce mecanicamente nas meras ocasiões que vão surgindo, onde experimentamos se algo é prejudicial ou útil ao homem. Toda a arte da educação que brota de modo meramente mecânico tem de comportar em si muitos erros e lacunas, porquanto não tem nenhum plano no seu fundamento. A arte da educação, ou pedagogia, tem de se

tornar, portanto, judiciosa, se quiser desenvolver a natureza humana de tal modo que esta alcance a sua destinação. Os pais já educados são exemplos segundo os quais os filhos se formam para se guiarem. Mas, se estes se devem tornar melhores, a pedagogia tem de se tornar uma disciplina autónoma, senão nada há a esperar dela, e alguém já estragado na educação educa outros em vão. O mecanismo na arte da educação tem de se transformar em ciência, senão nunca se tornará um esforço com nexos, e uma geração poderia arrasar o que outra já havia edificado.

Um princípio da arte da educação que os homens que fazem planos para a educação deveriam ter em vista é: as crianças devem ser educadas não para o estado presente do género humano, mas para um estado futuro melhor, isto é, adequado à ideia de humanidade e à sua destinação total. Este princípio é de grande importância. Os pais educam comumente os seus filhos apenas de modo a que estes se adaptem ao mundo presente, ainda que possa estar corrompido. Deviam, porém, educá-los melhor, para que um estado futuro melhor possa desse modo ser produzido. Mas aqui deparamos com dois obstáculos:

1) É que os pais cuidam comumente apenas de que os seus filhos vingam no mundo, e 2) os príncipes consideram os seus súbditos apenas como instrumentos dos seus propósitos.

Os pais cuidam do lar, os príncipes do Estado. Nem uns nem outros têm a perfeição do mundo, e a perfeição a que está destinada a humanidade e para a qual possui também as disposições como fim terminal. As disposições para um plano educativo têm de se tornar cosmopolitas. E é então a perfeição do mundo uma ideia que pode ser nociva ao nosso bem-estar privado? Nunca! pois ainda que parecesse que nela algo teria de ser sacrificado, não se estaria senão a fomentar, através dela, a melhoria do seu estado presente. E que magníficas consequências as acompanham então! Uma boa educação é justamente aquilo donde brota todo o bem no mundo! É necessário somente desenvolver cada vez mais os germes que residem no homem. Pois os fundamentos para o mal não se encontram nas disposições naturais do homem. A causa do mal é somente o não se submeter a natureza a regras. No homem, residem apenas germes para o bem.

Mas donde deve provir o estado melhor do mundo? Dos príncipes ou dos súbditos? a saber, que apenas estes se aperfeiçoem e vão ao encontro, a meio caminho, de um bom governo? Se deve ser fundado pelos príncipes, a educação dos príncipes tem de ser primeiro melhorada, esta incorreu sempre no grande erro, ao longo de um vasto período de tempo, de não se lhes oferecer resistência na sua juventude. Uma árvore, porém, que se ergue isoladamente no campo cresce retorcida e estende os seus ramos bem longe; uma árvore, pelo contrário, que esteja no meio de uma floresta, dado que as árvores em seu redor lhe oferecem resistência, cresce a direito, e procura ar e sol acima de si. O mesmo se passa com os príncipes. É ainda

melhor, porém, que sejam educados por alguém do número dos súbditos que serem educados por alguém dos seus pares: só podemos esperar que o bem venha de cima no caso da educação ser ali mais aprimorada! Daí que o importante aqui seja principalmente os esforços privados e não a intervenção dos príncipes, como pretendiam Basedow* e outros, pois a experiência ensina que aqueles, a fim de alcançarem os seus fins, têm como propósito não tanto a perfeição do mundo quanto apenas o bem do seu Estado. Mas, se forem eles a contribuir com o dinheiro, os planos para tal terão também de ficar sujeitos ao seu parecer. E assim acontece em tudo o que respeita à formação do espírito humano, ao alargamento dos conhecimentos humanos. O poder e o dinheiro não o realizam, quando muito facilitam-no. Mas poderiam realizá-lo, se a economia do estado não capitalizasse de antemão os impostos para os cofres do reino. Também as academias não o fizeram até ao presente, e que ainda o venham a fazer, para isso, nunca a ilusão foi menor que actualmente.

A instituição de escolas, por conseguinte, devia também depender meramente do juízo dos conhecedores mais esclarecidos. Toda a cultura começa no homem privado e dissemina-se a partir dele. A aproximação gradual da natureza humana à sua finalidade é possível somente através do esforço de pessoas de inclinações mais amplas que tomam a sua parte na perfeição do mundo e são capazes da ideia de um estado futuro melhor. Mais do que um dos grandes considera, por vezes, porém, a dimensão variada do seu povo como que apenas uma parte do reino da natureza, e tem em mira, portanto, também apenas o facto de ser propagada. Quando muito, continua a requerer-se habilidade, mas apenas para os súbditos poderem ser tanto melhor usados como instrumentos para os seus propósitos. Os homens privados têm, claro está, de ter em vista, em primeiro lugar, os fins da natureza, mas então têm também de aspirar ao desenvolvimento da humanidade e velar para que esta se torne não somente hábil, como também moral, e o que é mais difícil, de procurar levar a sua descendência mais avante do que o ponto a que eles próprios chegaram.

Na educação, o homem tem de 1) ser *disciplinado*. Disciplinar significa procurar impedir que a animalidade prejudique a humanidade, tanto no homem individual como no social. A disciplina é, portanto, a mera doma da condição selvagem.

2) O homem tem de ser *cultivado*. Por cultura entende-se o ensino e a instrução. Esta é a consecução da habilidade. Esta é a posse de uma capacidade que basta a todas e quaisquer finalidades. Não determina, portanto, nenhum fim, mas deixa isso por conta das circunstâncias posteriores.

Algumas habilidades são boas em todos os casos, por exemplo, ler e escrever;

* Johann Bernard Basedow (1721-1790). No ano de 1724, fundou em Dessau, na Alemanha, a *Philanthropinum*, uma escola experimental onde pôs em prática as suas concepções pedagógicas.

outras apenas para alguns fins, por exemplo, fazer música para nos tornarmos populares. Por causa da grande quantidade de fins, a habilidade não tem de certo modo termo.

3) Tem de se velar para que o homem também se torne *prudente*, se ajuste à sociedade humana, que seja popular e tenha influência. A tal pertence uma certa espécie de cultura que se designa por *civilizar*. Para tal requer-se maneiras, amabilidade e uma certa prudência segundo a qual se pode usar todos os homens para os seus fins terminais. Aquela pauta-se segundo o gosto mutável de qualquer época. Assim, ainda há algumas décadas eram apreciadas cerimónias no trato.

4) Tem de se velar pela *moralização*. O homem não deve estar apto pura e simplesmente para todos os fins, mas deve também ser dotado de consciência, de molde a eleger de preferência apenas bons fins. Fins bons são aqueles que são necessariamente aprovados por cada homem e que podem ser simultaneamente os fins de cada qual.

O homem pode ser ou meramente adestrado, amestrado, instruído mecanicamente, ou ser realmente esclarecido. Adestra-se cães, cavalos, e também se pode adestrar homens.

Com o adestramento, porém, ainda não se esgota a educação, o importante é principalmente que as crianças aprendam a *pensar*. Isso leva-nos aos princípios donde brotam todas as acções. Vê-se, portanto, que há muito a fazer numa educação genuína. Habitualmente, porém, na educação privada exercita-se ainda um pouco a quarta parte, a mais importante, pois educa-se os filhos essencialmente de tal modo que a moralização é deixada por conta dos clérigos. Mas quão infinitamente importante não é ensinar os filhos a aborrecerem o vício desde a juventude, não apenas justamente pela razão de Deus o ter proibido, mas sim porque é digno de aborrecimento em si próprio. No caso contrário, chegam facilmente ao pensamento de que o poderiam praticar a seu bel-prazer e, aliás, seria de facto permitido, se Deus o não tivesse proibido, e que Deus poderia, por isso, abrir uma excepção só por uma vez. Deus é o ser mais sagrado e só quer aquilo que é bom, e exige que devamos praticar a virtude apenas por causa do seu valor íntimo, e não porque ele o exija.

Vivemos na época da disciplinização, da cultura e da civilização, mas estamos muito longe de viver na época da moralização. No estado actual do homem, pode dizer-se que a felicidade dos Estados cresce em simultâneo com a miséria dos homens. E há ainda a questão de saber se nós no estado rude, dado que não se encontraria em nós toda esta cultura, não seríamos mais felizes que no estado natural. Pois como podemos fazer o homem feliz, se não o tornarmos moral e sábio? Em caso contrário, a quantidade do mal não se reduzirá.

Em primeiro lugar, tem de se instituir escolas experimentais, antes de se instituir escolas normais. A educação e a instrução não podem ser meramente mecânicas, têm antes de assentar em princípios. Mas também não podem ser um mero arrazoadado, mas têm uma certa maneira de ser também um mecanismo. Na Áustria, havia maioritariamente escolas normais que foram edificadas segundo um plano, contra o qual se falou muito e com razão, e ao qual se poderia censurar, em particular, o mecanismo cego*. Todas as outras escolas tinham de se regular por estas, e recusava-se inclusive emprego a pessoas que não tivessem frequentado estas escolas. Tais preceitos mostram o elevado grau em que o governo se imiscui nisto, e, com um tal constrangimento, é de facto impossível que medre algo de bom.

Imagina-se comumente que não seriam precisos experimentos na educação e que se poderia ajuizar directamente a partir da razão se algo será bom ou não. Mas aqui há muitos enganos, e a experiência ensina que se mostram com frequência, nos nossos ensaios, efeitos diametralmente opostos aos que se esperava. Vê-se, portanto, que, no atinente aos experimentos, nenhuma época humana pode apresentar um plano educativo completo. A única escola experimental que de certo modo começou a quebrar a rotina foi o instituto de Dessau. Tem de se lhe atribuir tal glória, sem atender aos muitos erros que se lhe poderia censurar; erros que se encontram em todas as conclusões que se extraem de tentativas – é que lhe são sempre inerentes novas tentativas. De certo modo, foi a única escola em que os professores tinham a liberdade de trabalhar segundo métodos e planos próprios, e onde estavam em ligação entre si como também com todos os eruditos na Alemanha.

A educação encerra em si *cuidado e formação*. Esta é 1) *negativa*, a disciplina que impede os meros erros; 2) *positiva*, a instrução e orientação, e nesta medida pertence à cultura. Orientação é a condução na prática daquilo que se aprendeu. Daí que se gere uma distinção entre *instrutor*, que é um mero professor, e *preceptor*, que é um guia. Aquele educa meramente para a escola, este para a vida.

A primeira época no educando é aquela em que tem de dar provas de submissão e obediência passivas; a outra, aquela em que lhe deve ser permitido fazer já um uso da reflexão e da sua liberdade, claro que sob leis. Na primeira, trata-se de uma coacção mecânica, na segunda, moral.

A educação ou é uma educação *privada* ou *pública*. A última diz respeito somente à informação e pode permanecer sempre pública. O exercício dos preceitos fica entregue à primeira. Uma educação pública completa é aquela que une ambas: instrução e formação moral. A sua finalidade é: promoção de uma boa educação

* Kant refere-se ao Regulamento Escolar de Johann Ignaz von Felbinger (1724-1788).

privada. Uma escola onde tal ocorre designa-se por instituto educativo. Tais institutos não podem ser numerosos, e o número de educandos neles não pode ser grande, porquanto são muito dispendiosos e a sua mera edificação requer desde logo muito dinheiro. Passa-se com eles o mesmo que se passa com as casas de pobres e hospitais. Os edifícios requeridos para isso, os salários dos directores, bedéis e contínuos arrebatam logo metade do dinheiro que lhes estava destinado e é certo que, se se remetesse este dinheiro aos pobres nas suas casas, eles seriam muito mais bem tratados. Daí que seja igualmente difícil que outras crianças além das de pessoas ricas possam frequentar esses institutos.

A finalidade de tais institutos públicos é o aperfeiçoamento da educação doméstica. Somente se os pais, ou outros que são auxiliares na educação, fossem bem-educados, poderia ser suprimida a despesa dos institutos públicos. Neles devem ser feitos ensaios e formados súbditos, e assim deve brotar deles uma boa educação doméstica.

Da educação privada cuidam ou os próprios pais ou, se estes às vezes não tiverem tempo, capacidade ou também se não encontrarem prazer nisso, outras pessoas que são auxiliares assalariados. Na educação mediante estes auxiliares dá-se a circunstância muito melindrosa de a autoridade estar repartida entre os pais e estes preceptores. A criança deve regular-se pelas prescrições dos preceptores e depois seguir novamente os caprichos dos pais. É necessário que numa tal educação os pais cedam toda a sua autoridade aos preceptores.

Em que medida, porém, deve a educação privada ter a primazia perante a pública, ou vice-versa? Em geral parece, porém, que a educação pública é mais vantajosa que a educação doméstica, não meramente do lado da habilidade, como também no atinente ao carácter de um cidadão. A última não só produz erros de família como também os propaga.

Mas quanto tempo deve a educação durar? Até à época em que a própria natureza determina o homem a conduzir-se a si próprio, até que o instinto para o sexo se desenvolva nele, até que ele possa ser pai e deva ele próprio educar, aproximadamente até aos dezasseis anos. Depois desta idade, bem se pode utilizar meios auxiliares de cultura e exercer uma disciplina oculta, mas já não uma educação na devida ordem.

A submissão do educando ou é *positiva*, quando faz o que lhe é prescrito, porquanto não pode julgar por si próprio e ainda persiste nele a mera capacidade de imitação, ou é *negativa*, quando faz o que os outros querem, se quiser que os outros lhe devam fazer, por seu turno, algo do seu agrado. Na primeira, intervém o castigo, na outra, não se faça o que ele quer; ele é aqui, pese embora o facto de já poder pensar, dependente, contudo, no seu contentamento.

Um dos piores problemas da educação é saber como se pode unir a sujeição

sob a coacção de leis com a capacidade de se servir da sua liberdade. Pois é necessário que haja coacção! Como cultivo eu a liberdade de coacção? Devo habituar o meu educando a tolerar uma coacção da sua liberdade e devo levá-lo simultaneamente a fazer um bom uso da sua liberdade. Sem isto, tudo é mero mecanismo, e aquele que completou a sua educação não se sabe servir da sua liberdade. Tem de sentir muito cedo a inevitável resistência da sociedade, para se familiarizar a passar pela dificuldade de se sustentar e de adquirir o necessário à sua independência.

Deve-se observar aqui o seguinte: 1) que se deixe a criança em liberdade, desde a mais terna infância, em todos os aspectos (com a excepção das coisas com as quais se pode magoar, por exemplo, ao agarrar uma faca afiada), se tal não suceder de modo que esteja no caminho da liberdade de outrem, por exemplo, quando grita ou quando está ruidosamente alegre, isso incomoda desde logo os outros. 2) tem de se lhe mostrar que não poderia alcançar os seu desígnios de outro modo, senão permitindo que os outros alcancem os deles, por exemplo, que não se lhe dê prazer nenhum, quando não faz aquilo que se quer, que ele deve aprender, etc. 3) tem de se lhe provar que se lhe inflige uma coacção que o conduz ao uso da sua própria liberdade, que se o cultiva, para que um dia possa ser livre, quer dizer, não tenha de estar dependente do cuidado de outrem. Esta última coisa é a mais tardia. Pois, nas crianças a consideração de que, por exemplo, têm de cuidar do seu sustento só surge tardiamente. Julgam que será sempre como na casa dos pais, onde têm comida e bebida, sem que tenham de se preocupar com isso. Sem aquele tratamento, as crianças, em particular as de pais ricos e os filhos de príncipes, bem como os habitantes do Taiti, permanecem crianças ao longo de toda a vida. É aqui que a educação pública tem as suas vantagens mais evidentes, pois nela aprende-se a medir as suas forças, aprende-se as suas limitações através do direito dos outros. Aqui não gozamos de vantagens, porquanto sentimos resistência por toda a parte e porque é somente através desta que nos tornamos cientes de que só nos distinguimos pelo mérito. Tal apresenta o melhor modelo do futuro cidadão.

Mas aqui tem de se pensar ainda noutra dificuldade, que consiste em antecipar o conhecimento do sexo, a fim de proteger dos vícios mesmo antes da entrada na puberdade.

**Condorcet**

Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet (Ribemont, Aisne, 1743 – Bourg-la-Reine, 1794)

CONDORCET – *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Trad. e apresent. Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 17-32.
[1791]

A sociedade deve ao povo uma instrução pública

1 – Como meio de tornar real a igualdade de direitos

A instrução pública é um dever da sociedade para com os cidadãos.

Seria inútil declarar que todos os homens têm o mesmo direito; seria inútil que as leis respeitassem esse princípio fundamental da justiça eterna, se a desigualdade das faculdades morais impedisse a maioria de gozar desses direitos em toda a sua extensão.

O estado social diminui necessariamente a desigualdade natural, fazendo que forças comuns concorram para o bem-estar dos indivíduos. Entretanto, esse bem-estar passa, ao mesmo tempo, a ser mais dependente das relações de cada homem com seus semelhantes, e os efeitos da desigualdade cresceriam na mesma proporção, se não pudéssemos tornar mais frágil e quase nula, em relação à felicidade e aos direitos comuns, aquela desigualdade que nasce da diferença entre os espíritos.

*Essa obrigação consiste em não deixar subsistir
nenhuma desigualdade que leve à dependência.*

É impossível que uma instrução, mesmo quando igual para todos, não aumente a superioridade daqueles a quem a natureza favoreceu com uma organização mais

feliz. Mas, para a manutenção da igualdade de direitos, basta que essa superioridade não traga uma dependência real, e que cada um seja suficientemente instruído para exercer por si mesmo, e sem se submeter cegamente à razão de outro, aqueles direitos cujo gozo é garantido pela lei. Desse modo, a superioridade de alguns homens, longe de ser um mal para aqueles que não receberam as mesmas vantagens, contribuirá para o bem de todos, e os talentosos, bem como as luzes, tornar-se-ão patrimônio comum da sociedade.

Assim, por exemplo, aquele que não sabe escrever e ignora a Aritmética depende realmente do homem mais instruído, ao qual é obrigado a recorrer sempre. Ele não é igual aos outros a quem a educação ofereceu tais conhecimentos; não pode exercer os mesmos direitos, com a mesma extensão e com a mesma independência. Aquele que não é instruído sobre as leis básicas que regulam o direito de propriedade não goza desse direito da mesma forma que aquele que as conhece; nas discussões que surgissem entre eles, não combateriam com armas iguais.

No entanto, o homem que sabe as regras da Aritmética necessárias ao uso da vida não está na dependência do estudioso que possui, no mais alto grau, o gênio das ciências matemáticas e cujo talento lhe será de uma utilidade muito real, sem nunca poder atrapalhar o primeiro no gozo de seus direitos. O homem que foi instruído nos elementos da lei civil não está na dependência do jurisconsulto mais esclarecido, cujos conhecimentos só podem ajudar o primeiro, e não sujeitá-lo.

*A desigualdade de instrução
é uma das principais fontes de tirania.*

Nos séculos de ignorância, à tirania da força acrescentava-se a tirania das luzes fracas e incertas, porém concentradas exclusivamente em algumas classes pouco numerosas. Os padres, os jurisconsultos, os homens que detinham o segredo das operações de comércio, os médicos, mesmo formados num pequeno número de escolas, não eram menos senhores do mundo do que os guerreiros armados dos pés à cabeça, e o despotismo hereditário desses guerreiros era, ele mesmo, fundado sobre a superioridade que lhes era dada, antes da invenção da pólvora, pelo seu aprendizado exclusivo da arte de manejar as armas.

Foi assim que, entre os egípcios e entre os indianos, as castas que haviam reservado para si o conhecimento dos mistérios e dos segredos da natureza tinham conseguido exercer, sobre esses povos infelizes, o despotismo mais absoluto que a imaginação humana pode conceber. Foi assim que, até mesmo em Constantinopla, o despotismo militar dos sultões foi forçado a ceder diante do prestígio dos intérpretes do Alcorão. Sem dúvida, não precisamos temer hoje em dia os mesmos perigos no resto da Europa, onde as luzes não podem concentrar-se numa casta hereditária nem

numa corporação exclusiva. Não é mais possível aqui a existência de doutrinas ocultas ou sagradas que estabelecem uma distância imensa entre duas partes de um mesmo povo.

Todavia, esse grau de ignorância no qual o homem, tornando-se presa do charlatão que quer seduzi-lo e não podendo defender por si mesmo seus interesses, é obrigado a entregar-se cegamente a guias que não pode julgar nem escolher, e o estado de dependência servil, que é a sua consequência, subsistem ainda em quase todos os povos em relação à maioria, para a qual, desse modo, a liberdade e a igualdade só podem ser palavras que ouve, e não direitos dos quais saiba usufruir.

2 – Para diminuir a desigualdade que nasce da diferença dos sentimentos morais

Há ainda uma outra desigualdade cujo único remédio é uma instrução igualmente distribuída. Quando a lei torna os homens iguais, a única distinção que os divide em várias classes é a que vem de sua educação. Essa desigualdade não se deve à diferença de luzes, mas à das opiniões, dos gostos, dos sentimentos, que é a sua consequência inevitável. O filho do rico não será da mesma classe que o filho do pobre, se nenhuma instituição pública aproximá-los pela instrução, e a classe que receber uma instrução mais cuidada terá necessariamente costumes mais amenos, uma probidade mais delicada, uma honestidade mais escrupulosa; suas virtudes serão mais puras; seus vícios, ao contrário, serão menos revoltantes, sua corrupção menos repugnante, menos bárbara e menos incurável. Haverá, pois, uma distinção real, que as leis não poderão destruir, e que, estabelecendo uma verdadeira separação entre os que possuem luzes e os que dela são privados, constituirá um instrumento de poder para uns e não um meio de felicidade para todos.

O dever da sociedade, relativamente à obrigação de estender de fato, tanto quanto for possível, a igualdade de direitos, consiste, por conseguinte, em proporcionar a cada homem a instrução necessária a exercer as funções comuns do homem, do pai de família e do cidadão, para sentir e conhecer todos os seus deveres.

3 – Para aumentar, na sociedade, a quantidade de conhecimentos úteis

Quanto mais os homens forem dispostos, pela educação, a raciocinar com justeza, a apreender as verdades que lhe são apresentadas, a rejeitar os erros dos quais se quer fazê-los vítimas, mais também uma nação, que veria dessa forma as luzes se ampliarem cada vez mais e difundirem-se num maior número de indivíduos, deve

esperar obter e conservar as boas leis, uma sábia administração e uma constituição verdadeiramente livre.

Portanto, é ainda um dever da sociedade oferecer a todos os meios de adquirir os conhecimentos que todos possam obter com a força de sua inteligência e com o tempo que puderem empregar para se instruir. Sem dúvida, disso resultará uma diferença maior em favor daqueles que possuem mais talento natural e a quem uma sorte independente deixa a liberdade de se consagrar mais anos ao estudo; mas, se essa desigualdade não submeter um homem a outro, se ela oferecer apoio ao mais fraco sem lhe impor um mestre, ela não será um mal nem uma injustiça; e certamente um amor pela igualdade que temesse aumentar o número de homens esclarecidos e tivesse medo de estender as luzes seria um amor bem funesto.

A sociedade deve igualmente uma instrução pública relativa às diversas profissões

1 – Para manter maior igualdade entre aqueles que a elas se dedicam

No estado atual das sociedades, os homens encontram-se divididos em profissões diversas, das quais cada uma exige conhecimentos particulares.

Os progressos nessas profissões contribuem para o bem-estar comum, e é útil, para a igualdade real, que se abram os caminhos desses conhecimentos para aqueles cujo gosto e cujas faculdades os orientariam para tais ofícios, mas que, por falta de instrução pública, seriam afastados deles por sua pobreza ou condenados a uma eterna mediocridade e, a partir daí, à dependência. O poder público deve, portanto, contar entre seus deveres o de assegurar, facilitar e multiplicar os meios para a aquisição desses conhecimentos. E este dever não se limita à instrução relativa às profissões que podem ser consideradas como uma espécie de função pública. Ele se estende sobre as profissões que os homens exercem para sua própria utilidade, sem pensar na influência que elas podem ter sobre a prosperidade geral.

2 – Para tornar essas profissões igualmente úteis

Essa igualdade de instrução contribuiria para a perfeição das artes, e não somente destruiria a desigualdade que a fortuna estabelece entre os homens que vierem a ela se dedicar, como também criaria uma outra espécie de igualdade mais geral, que é a igualdade no bem-estar. Importará pouco para a felicidade comum que alguns homens devam à sorte os prazeres que procuram, se todos puderem satisfazer

suas necessidades com facilidade e reunir, em sua habitação, suas roupas, sua alimentação, em todos os hábitos de sua vida, a salubridade, a higiene, e mesmo a comodidade ou seu prazer. Ora, o único meio de atingir tal objetivo é levar a produção das artes, mesmo as artes mais comuns, a uma espécie de perfeição. Assim, um grau maior de beleza, de elegância ou de delicadeza naquelas que se destinam apenas à minoria dos ricos, longe de ser um mal para aqueles que delas não usufruem, até mesmo contribui para seu benefício, favorecendo o progresso da indústria, animada pela emulação. Todavia, esse bem não existiria se a primazia nas artes fosse unicamente a partilha de alguns homens que puderam receber uma instrução mais contínua, e não uma superioridade que, numa instrução mais ou menos igual, tivesse sido dada pelo talento natural. O operário ignorante só produz obras defeituosas em si mesmas; mas aquele que não é inferior, a não ser pelo talento, pode sustentar a concorrência em tudo o que não exige os últimos recursos da arte. O primeiro é um mau operário; o segundo é tão-somente um pouco pior do que os outros.

3 – Para diminuir perigos aos quais algumas profissões expõem os homens

Pode-se considerar ainda, como uma consequência dessa instrução geral, o benefício de tornar menos insalubres as diversas profissões. Os meios de evitar as doenças causadas pelas profissões são mais simples e mais comuns do que se imagina normalmente. A grande dificuldade é fazer que esses meios sejam adotados pelos homens, que, acostumados com a rotina de sua profissão, ficam embaraçados com a menor mudança e não têm a flexibilidade que só uma prática refletida pode oferecer. Forçados a escolher entre uma perda de tempo, que diminui seu ganho, e uma precaução, que garantiria a sua vida, preferem um perigo longínquo ou incerto a uma privação presente.

4 – Para acelerar o seu progresso

Essa instrução seria também um meio de libertar aqueles que cultivam as diversas profissões e aqueles que as exercem de uma grande quantidade de pequenos segredos, dos quais a prática de todas as artes está infectada, que interrompem seu progresso e oferecem um alimento eterno à má-fé e à charlatanice.

Enfim, se as descobertas práticas mais importantes são em geral devidas à teoria das ciências cujos preceitos dirigem as artes, há uma série de invenções de detalhes que só os artistas podem procurar, porque só eles conhecem sua necessidade e seus benefícios. Ora, a instrução que receberão lhes tornará essa busca mais fácil; ela impedirá, sobretudo, que se percam no caminho. Na falta dessa instrução, aqueles a

quem a natureza concedeu o talento da invenção, longe de poder considerar tal talento como um benefício, só encontram nele causa de ruína. Ao invés de verem sua fortuna aumentar pelo fruto de suas descobertas, eles a consomem em buscas estéreis e, ao tomar falsos caminhos, cujos perigos sua ignorância não permite perceber, acabam por cair na loucura e na miséria.

A sociedade deve ainda a instrução pública como meio de aperfeiçoar a espécie humana

1 – Ao colocar os homens de gênio em condições de desenvolvê-la

Foi pela descoberta sucessiva das verdades de todas as ordens que as nações civilizadas escaparam da barbárie e de todos os males que acompanham a ignorância e os preconceitos. É pela descoberta de verdades novas que a espécie humana continuará a se aperfeiçoar. Como cada uma dessas verdades nos leva a outra, como cada passo, ao nos colocar diante de obstáculos, nos comunica ao mesmo tempo uma nova força, é impossível assinalar um termo para esse aperfeiçoamento.

É, por conseguinte, um verdadeiro dever favorecer a descoberta de verdades especulativas, como o único meio de levar sucessivamente a espécie humana aos diversos graus de perfeição e, conseqüentemente, de felicidade, aos quais a natureza lhe permite aspirar. Esse dever se torna ainda mais importante diante do fato de que o bem só pode ser durável se fizermos progressos em direção ao melhor, e que é preciso avançar em direção à perfeição ou então se expor a ser arrastado para trás pelo choque contínuo e inevitável das paixões, dos erros e dos acontecimentos.

Até hoje, apenas um pequeno número de indivíduos recebe em sua infância uma instrução que lhe possibilita desenvolver todas as suas faculdades naturais. Apenas um centésimo das crianças pode se vangloriar de ter obtido esse benefício, e a experiência provou que aqueles a quem a sorte recusou essa vantagem e que, pela força de seu gênio, auxiliada por um acaso feliz, chegaram à condição de se instruir, permaneceram abaixo de si mesmos. Nada repara a falta dessa primeira educação, que é a única que pode dar o hábito do método e essa variedade de conhecimentos tão necessária para que nos elevemos à altura que poderíamos nos vangloriar de atingir.

Seria, pois, importante ter uma forma de instrução pública que não deixasse escapar nenhum talento sem ser percebido e que oferecesse, nesse sentido, todos os auxílios reservados até hoje apenas aos filhos dos ricos. Isso havia sido pressentido mesmo nos séculos de ignorância. Daí vinham todas as fundações para a educação dos

pobres. Mas tais instituições, manchadas pelos preconceitos dos tempos em que nasceram, não apresentavam nenhuma precaução para que fosse oferecida aos indivíduos uma instrução capaz de tornar-se um benefício público. Essas instituições eram uma espécie de loteria, que oferecia a alguns indivíduos privilegiados um benefício incerto de elevar-se a uma classe superior; faziam pouco pela felicidade daqueles que favoreciam e nada para a utilidade comum.

Vendo aquilo que o gênio soube realizar, apesar de todos os obstáculos, pode-se imaginar o progresso que o espírito humano teria feito se uma instrução mais bem dirigida tivesse pelo menos centuplicado o número dos inventores.

É verdade que dez homens, partindo do mesmo ponto, não farão na ciência dez vezes mais descobertas e, sobretudo, não irão dez vezes mais longe do que um deles sozinho. No entanto, os verdadeiros progressos das ciências não se limitam a avançar para a frente; consistem também em estender-se em torno do mesmo ponto, em reunir um número cada vez maior de verdades encontradas pelos mesmos métodos e em consequência dos mesmos princípios. Frequentemente, acontece que só depois de tê-las esgotado é que se torna possível ir além. E, deste ponto de vista, o número dessas descobertas secundárias traz um progresso real.

É preciso observar ainda que, ao multiplicar o número de homens ocupados com uma mesma espécie de verdades, aumenta-se a esperança de que se encontrem novas, porque a diferença entre os espíritos pode corresponder à diferença entre as dificuldades, e o acaso, que quase sempre influi sobre a escolha dos objectos de nossas investigações e mesmo sobre os métodos, deve, portanto, produzir um número maior de combinações favoráveis. Além disso, o número de gênios destinados a criar métodos, a abrir novos caminhos, é muito menor do que o número dos talentos dos quais se podem esperar descobertas pontuais. E a sucessão dos primeiros, em vez de ser frequentemente interrompida, tornar-se-á tanto mais rápida quanto se tiver dado a um maior número de jovens espíritos os meios de cumprir o seu destino. Enfim, essas descobertas pontuais são úteis, especialmente por suas aplicações, e entre o gênio que inventa e os práticos que transformam essas invenções em utilidade comum sempre resta um intervalo a ser percorrido, que normalmente não pode ser superado sem as descobertas de um trabalho inferior.

Assim, enquanto uma parte da instrução colocaria os homens comuns em condições de aproveitar do trabalho dos gênios e de empregá-los, seja para as suas necessidades, seja para sua felicidade, uma outra parte dessa mesma instrução teria por objetivo estimular os talentos preparados pela natureza, aplainar seus obstáculos e ajudá-los em sua marcha.

2 – Preparando as novas gerações pela cultura daquelas que as precedem

A espécie de aperfeiçoamento que se deve esperar de uma instrução mais igualmente distribuída talvez não se limite a valorizar, tanto quanto for possível, os indivíduos nascidos com faculdades naturais iguais. Não é tão quimérico quanto possa parecer, à primeira vista, crer que a cultura pode melhorar as gerações e que o aperfeiçoamento das faculdades dos indivíduos é transmissível a seus descendentes. A própria experiência parece provar isso. Os povos que escaparam da civilização, mesmo estando rodeados de nações esclarecidas, não parecem elevar-se ao nível destas últimas, no momento em que lhes foram oferecidos meios iguais de instrução. A observação de raças de animais sujeitados ao homem parece ainda oferecer uma analogia favorável a essa opinião. A educação que se lhes dá não muda somente seu tamanho, sua forma exterior, suas qualidades puramente físicas; ela parece influir sobre suas disposições naturais, sobre o carácter dessas diversas raças.

É, pois, muito simples pensar que, se várias gerações receberem uma educação dirigida a um fim constante e se cada um daqueles que as forma cultivar seu espírito pelo estudo, as gerações seguintes nascerão com uma facilidade maior para receber a instrução e mais aptidão para aproveitá-la. [...]

A instrução pública é, além disso, necessária para preparar as nações para as mudanças que o tempo deve trazer

Mudanças na temperatura de um país, nas qualidades do solo, causadas, seja por leis gerais da natureza, seja pelo efeito de trabalhos contínuos, novas culturas, as descobertas de novos procedimentos nas artes, a introdução de máquinas, o crescimento, enfim, ou a diminuição da população, devem produzir revoluções mais ou menos importantes, quer nas relações dos cidadãos entre si, quer nas relações com países estrangeiros. Podem resultar disso novos bens, dos quais devemos estar prontos para aproveitar, ou males, que é preciso saber reparar, desviar ou prevenir. Seria, pois, necessário poder pressenti-los e se preparar de antemão para mudar os hábitos. Uma nação que se governasse sempre pelas mesmas máximas e cujas instituições não se dispusessem a ceder, diante de mudanças, efeitos necessários de revoluções trazidas pelo tempo, veria sua ruína nascer das mesmas opiniões, dos mesmos meios que haviam antes assegurado sua prosperidade. Só o excesso do mal pode corrigir uma nação entregue à rotina, ao passo que aquela nação que, por meio de uma instrução geral, tornar-se digna de obedecer às ordens da razão, que não for submissa a esse jugo de ferro que o hábito impõe à estupidez, aproveitará as primeiras lições da experiência e até mesmo prevenirá esses males. Assim como o indivíduo

obrigado a afastar-se do lugar que o viu nascer tem necessidade de adquirir mais idéias do que aquele que permanece no mesmo lugar, e deve, à medida que se afasta, procurar para si novos recursos, da mesma forma as nações que avançam através dos séculos têm necessidade de uma instrução que, renovando-se e corrigindo-se sem cessar, siga a marcha do tempo, previna-a, algumas vezes, e não a contrarie jamais.

As revoluções trazidas pelo aperfeiçoamento geral da espécie humana devem sem dúvida conduzi-la à razão e à felicidade. Entretanto, quantos males serão necessários para comprar essa felicidade? Quantos males nossa época evitaria se uma instrução geral aproximasse os homens uns dos outros, se o progresso das luzes sempre desigualmente difundidas não se tornasse o alimento de uma guerra eterna de avariza e astúcia entre as nações, bem como entre as diversas classes de um mesmo povo, ao invés de uni-los por essa reciprocidade fraterna de necessidades e serviços, fundamento de uma felicidade comum?

Divisão da instrução pública em três partes

A partir de todas essas reflexões nasce a necessidade de três espécies muito distintas de instrução.

Em primeiro lugar, uma instrução comum, na qual se deve propor:

1. ensinar a cada um, segundo o grau de sua capacidade e a duração do tempo do qual pode dispor, o que é bom para todos, quaisquer que sejam sua profissão e seus gostos;
2. assegurar um meio de conhecer as disposições particulares de cada indivíduo, a fim de que se possa tirar proveito dessas disposições para o benefício geral;
3. preparar os alunos para os conhecimentos exigidos pela profissão à qual se destinam.

A segunda espécie de instrução deve ter como objeto estudos relativos às diversas profissões cujo aperfeiçoamento seja útil tanto para o benefício comum quanto para o bem-estar particular daqueles que a elas se dedicam.

A terceira, enfim, puramente científica, deve formar aqueles que a natureza destina ao aperfeiçoamento da espécie humana e, dessa maneira, facilitar as descobertas, acelerá-las e multiplicá-las.

MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas: 1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976. p. 75-76; 116-117.

Constituição Política da Nação Portuguesa 1822

Artigo 237.º

Em todos os lugares do reino onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade Portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis.

Artigo 238.º

Os actuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados, e se criarão outros onde convier para o ensino das ciências e artes.

Artigo 239.º

É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar.

Carta Constitucional para o Reino de Portugal, Algarves e seus domínios 1826

Artigo 145.º

A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Portugueses, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Reino, pela maneira seguinte:

[...]

§ 30.º – A Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.

A reforma da Instrução Secundária: a criação dos Liceus

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836: sexta série. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837. p. 136-137.

Decreto de 17 de Novembro de 1836

Atendendo a que a Instrução Secundária é de todas as partes da Instrução Pública aquela que mais carece de reforma, porquanto o sistema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a cultura das ciências, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das Artes, e os progressos da civilização material do País: Atendendo outrossim a que não pode haver ilustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades: Hei por bem Aprovar, e Decretar o Plano dos Liceus Nacionais, que Me foi oferecido pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra o Doutor José Alexandre de Campos, e que vai assinado por Manuel da Silva Passos, Secretario de Estado dos Negócios do Reino, para fazer parte do Plano geral que incessantemente continuará a ser-Me apresentado. O Secretário de Estado dos Negócios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio das Necessidades, em dezassete de Novembro de mil oitocentos trinta e seis. = RAINHA = *Manuel da Silva Passos.*

[...]

Do estabelecimento das Escolas

Art. 39.º O Estabelecimento das Escolas de Instrução Secundária é livre a toda a pessoa, ou corporação, pela forma prescrita no Artigo 2.º *

Art. 40.º Em cada uma das Capitais dos Distritos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Liceu, que será denominado Liceu Nacional de... o local onde for estabelecido.

§ 1.º O curso dos Liceus constará das Disciplinas, e das Cadeiras seguintes:

* O artigo 2.º determinava a participação, por escrito, do local da Escola ao administrador do concelho.

- 1.º Gramática Portuguesa, e Latina, Clássicos Portugueses, e Latinos.
- 2.º Línguas Francesa e Inglesa, e as suas Gramáticas.
- 3.º Ideologia, Gramática geral, e Lógica.
- 4.º Moral Universal.
- 5.º Aritmética e Álgebra, Geometria, Trigonometria, e Desenho.
- 6.º Geografia, Cronologia, e História.
- 7.º Princípios de Física, de Química, e de Mecânica aplicados às Artes, e Ofícios.
- 8.º Princípios de História Natural dos três Reinos da Natureza aplicados às Artes, e Ofícios.
- 9.º Princípios de Economia Política, de Administração Pública, e de Comércio.
- 10.º Oratória, Poética, e Literatura Clássica, especialmente a Portuguesa.

A Flor do Oceano. Funchal. 38 (17 Set. 1837) 1-2.

Liceu Nacional do Funchal

Editais

Competindo ao Conselho do Liceu Nacional, que em virtude do Decreto de 17 de Novembro último se acha estabelecido nesta Cidade, levar oportunamente a efeito as disposições do referido Decreto, com todas as do Decreto de 15 do mesmo mês e ano no que tiverem de aplicável; e importando a todos os pais de família que hajam de mandar seus filhos para as aulas, terem prévio conhecimento de algumas dessas disposições: em conformidade com um dos assentos do sobredito Conselho, é meu dever declarar o seguinte:

Artigo 1.º – As aulas que ao presente se compõe o Liceu Nacional do Funchal são – 1.ª aula das línguas Francesa e Inglesa; – 2.ª aula de Gramática Portuguesa e Latina, Clássicos Portugueses e Latinidade; – 3.ª aula de Ideologia, Gramática Geral, e Lógica; – 4.ª aula de Aritmética, Geometria, Trigonometria, e Desenho; – 5.ª aula de Economia Política, Administração Pública, e Comércio; – 6.ª aula de Oratória, Poética, e Literatura principalmente a Portuguesa.

[...]

Art. 6.º – O ano lectivo para os estudos do Liceu começa no 1.º de Outubro e finda no último de Julho. O mês de Agosto será destinado para exame e o de Setembro será feriado [...]

Funchal, Sala das Sessões do Conselho, 14 de Setembro de 1837. Manuel Joaquim Moniz, Reitor Interino do Liceu, – Marceliano Ribeiro Mendonça, Secretário.

Ensino industrial

VASCONCELLOS, José Máximo de Castro Neto Leite – *Collecção Official da Legislação Portuguesa...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. p. 864-865.

Relatório do Decreto de 30 de Dezembro de 1852

SENHORA! O ensino industrial e a sua organização devem ter um efeito directo e poderoso no desenvolvimento da riqueza pública.

A protecção concedida à industria fabril, de que não fizer parte a educação profissional, e a viação rápida e barata, será sempre incompleta, e talvez mais arriscada do que proveitosa.

A par do firme propósito do Governo de Nossa Majestade, pelo que diz respeito ao pronto estabelecimento das comunicações internas do país, tem sempre estado o convencimento, de que o ensino agrícola e industrial deveria aperfeiçoar e baratear os produtos da terra e do trabalho.

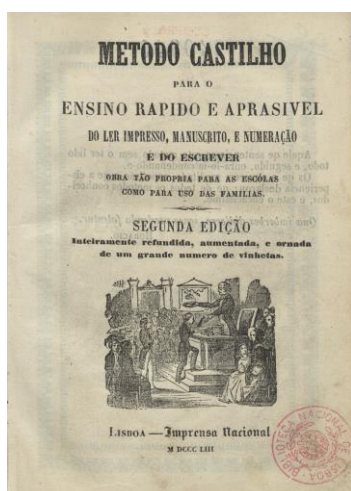
Os progressos da indústria fabril são recentes na Europa, apesar de serem dos factos mais importantes que se têm registado nos anais das invenções e aperfeiçoamento do espírito humano; e se Portugal não tem sido estranho no aproveitamento desses progressos – se o trabalho fabril aumentou consideravelmente, dando evidentes provas de adiantamento –, é tempo de cuidar do ensino que deve dotar a indústria de uma protecção real e esclarecida.

Os Ministros de Vossa Majestade, tendo sempre em consideração a conveniência de estabelecer as manufacturas do país em bases seguras para o aperfeiçoamento do trabalho, não esqueceram a organização das escolas industriais nos países mais adiantados na indústria fabril.

[...]

Os Ministros de Vossa Majestade entenderam que a situação do país aconselhara, que a organização do ensino industrial fosse devida à acção directa do Governo, e acompanhada pela sua constante inspecção; e na presença dos resultados dos diferentes sistemas adoptaram o princípio, de que o ensino devia ser genérico a todas as artes e ofícios, tanto na instrução profissional, como no trabalho das oficinas. Nesta conformidade se organizaram os cursos respectivos.

[...]



António Feliciano de Castilho (Lisboa, 1800 – Lisboa, 1875)

[*Leitura Repentina: Methodo Experimentado e Eficacissimo para em poucas lições e com muito Recreio se aprenderem a ler Impressos, Manuscritos e Numeração*. 1.^a ed. Lisboa: Typ. da Revista Universal Lisbonense, 1850]

CASTILHO, António Feliciano de – *Felicidade pela instrucção*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1854. p. 2-3; 25-29.

De toda a instrução pública, a chamada primária concordam todos em que é a mais importante e a mais necessitada de providências. O ler, escrever e contar devem ser populares e plebeus; património geral, e não privilégio; regra, e não excepção, e tão rara excepção como até hoje.

Para a resolução deste problema, que tantos outros problemas sociais há-de ajudar a resolver, três são em meu entender os pontos fundamentais que pedem exame sério, decisão conscienciosa, acção forte, directa, rápida, e que não vacile nem trepide por contemplações de espécie alguma. Primeiro ponto – Mestres e escolas. – Segundo – Método e modos de ensino. – Terceiro ponto – Discípulos. A ausência, o incompleto, ou o imperfeito, de qualquer destas três cousas, basta para tornar impossível a reforma, que se deseja: não se atendendo às três harmonicamente, continuar-se-á como até hoje a despendar muito para colher pouco e pouco.

(Carta I, p. 2-3)



[...] No prólogo da segunda edição do método, e na da terceira também, havia eu escrito quanto devia bastar, porque até sobrava, para que do novo sistema de ensino se tivesse ideia clara e exacta, mesmo antes de o ver na prova. Os adversários porém desta reforma, a cada passo declaram que não entraram nas aulas, que não leram o tratado, nem tal farão; sentenciam uma causa que desconhecem. Os seus argumentos supremos, pelo menos os de que há notícia, reduzem-se a dois: Primeiro: no método moderno dão-se palmas e canta-se; isto não é ler. Segundo: todos nós aprendemos a ler pelo método antigo; logo, para que são necessárias novidades? Sr. redactor, para estes mui lógicos e leais adversários, e para outra muita gente, resumirei aqui [pela quadragésima vez] em que difere um do outro ensino.

Cada ideia é imagem de um objecto, cada palavra falada representação de uma ideia; cada palavra escrita representação de uma palavra falada; cada palavra lida tradução fónica de uma palavra escrita. O ler é portanto dependente da escrita, como a escrita dependente do falar. Para bem se ensinar devia começar-se por estudar e reconhecer a palavra falada. O método antigo não o suspeitou. O método moderno o faz. Decompõe a palavra falada nos seus elementos. Esta operação, imensamente importante para o aperfeiçoamento do falar, como para a rapidez e perfeição do ler, é de si tão fácil que as mais tenras criancinhas em toda a parte a praticam impecavelmente e com muita satisfação. Luz eléctrica lhe chama um dos mais distintos mestres portugueses o Sr. Carneira.

Primeira pergunta

Haverá ou não haverá vantagem nisto?

As letras no método português correspondem aos elementos já conhecidos da palavra falada, sem acréscimo, sem diminuição, sem diferença. Pelo método antigo, não se dava tal correspondência.

Segunda pergunta

Será ou não será isto uma vantagem?

As letras de mais de um valor ler-se-ão melhor, quando se lhes souberem todos os valores do que sabendo-se-lhes só um. Pelo método antigo ensinava-se um só valor, [quase sempre falsificado] a cada letra; pelo moderno, ensinam-se todos.

Terceira pergunta

Qual procede mais sensatamente?

Pelo método antigo não se dava razão alguma da figura de cada letra nem do seu valor; decorava-se o abecedário a poder de tempo e de rigor. Pelo método moderno decora-se o abecedário, termo médio em cinco ou seis horas, e alegremente, com toda a perfeição, ficando impossível confundi-lo, e quase impossível esquecer-lo.

Quarta pergunta

Qual dos dois leva a melhoria?

A posição relativa de uma letra, determina quase sempre o seu valor; o método antigo nada dizia a esse respeito. O método moderno tem um código breve, claro, rimado, e cantado de todas essas leis que obviam perplexidades, aos principiantes, e lhes facilitam decifrar o que nunca aliás decifravam por si mesmos.

Quinta pergunta

Será isto um mal, ou um bem?

Pelo método antigo consumia-se largo termo num silabário tedioso escusado e inexactíssimo. No moderno, desde que se entram a conhecer as letras, entram-se a ler palavras, e dentro em pouco, períodos.

Sexta pergunta

Qual dará mais gosto, mais ânimo e mais aproveitamento aos discípulos?

O método antigo nunca disse uma só palavra acerca da pontuação. O moderno fá-la aprender de improviso, e ler por ela com inteligência e animação.

Sétima pergunta

Qual dos dois se deve querer?

Nas escolas antigas aquele método contra-racional excluía a simultaneidade do ensino. O método moderno estabelece-a, e por ela triunfa.

Oitava pergunta

Qual promete mais largos futuros à instrução popular?

As escolas infundiam horror e terror à puerícia. Hoje atraem-na.

Nona pergunta

O que vale mais?

O estudante no antigo sistema tinha todas as suas faculdades intelectuais e físicas, num entorpecimento contínuo; das morais, só se lhe cultivava imprudentemente o ódio e a preguiça; o estudante nas escolas libertas marcha, palmeia, canta, assiste a espectáculos, ouve histórias, compreende tudo, ama tudo, e em menos de um ano, lê como não lê a maior parte dos mestres das escolas velhas, escreve legível e correctamente, e fala mais claro, mais exacto, e mais acentuado, que as pessoas da sua família, e os seus vizinhos em geral.

Décima pergunta

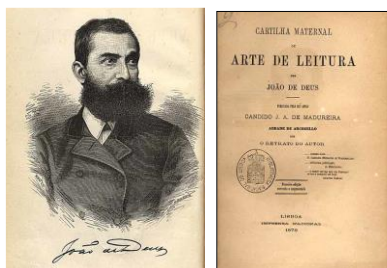
Por qual dos dois sistemas votarão a filosofia, a humanidade, o patriotismo e a religião?

Muito longe podiam ir ainda estas perguntas; mas concluiremos com mais uma: tínheis um método, que bem ou mal em muito tempo, ou em muitíssimo, ensinava a ler; mas cujos alunos ficavam quase todos com invencível repugnância à letra redonda, porque lhes recordava o martirólogo dos inocentes. E oferece-vos, em lugar desse, outro método, pelo qual aprendem depressa, aprendem bem, ficam amando a escola, o mestre, os livros, e a leitura.

Vamos, homens de entendimento e de coração! Por qual dos dois opinareis?

[...]

(Carta V: 25-29)



João de Deus (São Bartolomeu de Messines, Silves, 1830 – Lisboa, 1896)

DEUS, João de – *Cartilha maternal ou arte de leitura*. 2.^a ed. correcta e aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
[1876]

Este sistema funda-se na língua viva: não apresenta os seis ou oito abecedários do costume, senão um, do tipo mais frequente, e não todo, mas por partes, indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem, de modo que, em vez do principiante apurar a paciência numa repetição néscia, se familiarize com as letras e os seus valores na leitura animada de palavras inteligíveis.

Assim ficamos também livres do silabário, em cuja interminável série de combinações mecânicas não há a penetrar uma única ideia.

Esses longos exercícios de pura intuição visual constituem uma violência, uma amputação moral contrária à natureza. Seis meses, um ano, e mais, de vozes sem sentido, basta para imprimir num espírito nascente o selo do idiotismo.

[...]

Às mães, que do coração professam a religião da adorável inocência, e até por instinto sabem que em cérebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos, neste sistema profundamente prático, o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional. (p. VII-VIII)

[...]

Ora a verdadeira palavra do homem é a palavra escrita, porque só ela é imortal. Mas enquanto a palavra falada é o encanto das mães e filhos, o ensino da palavra escrita é o tormento de mestres e discípulos. Estanha diversidade em coisas tão irmãs!

[...]

Esse meio ou método não pode ser essencialmente diferente do método encantador pelo qual as mães nos ensinam a falar, que é *falando*, ensinando-nos palavras vivas, que entretêm o espírito, e não letras e sílabas mortas, como fazem os

mestres. Pois apressemo-nos também nós a ensinar palavras, e acharemos a mesma amenidade. [...]

Lede-as, e NUNCA SOLETRES; que mal sabeis como a soletração confunde o principiante, e lhe deprava o raciocínio com somas falsas. Lede-as acompanhando fielmente com o ponteiro a letra que estais lendo; e vereis a facilidade, o gosto e a admiração com que o aluno vos segue e vos imita, reconhecendo em sua consciência a palavra retratada no papel. (p. 2)



Ana de Castro Osório (Mangualde, 1872 – Setúbal, 1935)

OSÓRIO, Ana de Castro – *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905. p. 43-54.

A Instrução

É fundamental este assunto, visto que a nossa civilização se baseia não na força mas na inteligência, não na rotina mas no progresso.

Todos sabem, e apregoam aos quatro ventos, que a mulher portuguesa é ignorante e fútil, que a mulher portuguesa tem todos os defeitos dos incultos, não merecendo do homem a consideração que se tem pelos iguais, mas a tolerância que se dispensa às crianças irresponsáveis.

[...]

Educar a mulher – eis o problema máximo a desenvolver e pôr em prática.

A isso é que chamámos feminismo, que não em pôr gravatas e colarinhos de homem, que se podem usar como prova de simplicidade ou de extravagância, mas nunca como afirmação de opiniões.

Educar a mulher dando-lhe meios de poder auferir com o seu trabalho o suficiente para a sua sustentação – quando é só – de auxiliar o homem, esgotado pelo trabalho de sobreposse que lhe exige a concorrência e a carestia da vida moderna, – quando casada, – parece-nos a maneira mais prática de a tornar um ser livre, apta a escolher por *motu proprio* o caminho a seguir diretamente na vida.

Não temam os homens que a mulher instruída, por mais liberta, quebre mais facilmente os laços de conveniências com que a sociedade a prendeu. Nem sempre foram os conventos, com todas as suas grades e portarias, o mais puro exemplo da castidade feminina; ainda hoje os haréns, com todos os seus guardas e eunucos, são para o ciúme do macho bem frágil garantia...

A mulher entregue ao seu próprio discernimento fará o que a consciência esclarecida e o respeito próprio lhe ensinam, e não o que o medo lhe ditar.

[...]

Uma das nossas maiores vergonhas nacionais é, por certo, o analfabetismo, mas o que agrava essa vergonha é que, no continente, é a grande maioria das mulheres que eleva pavorosamente a cifra dos analfabetos.

E há ainda quem lhes diga que fiquem *em casa a educar os filhos*, em vez de pretenderem ganhar o seu pão honestamente pelo trabalho!

Mas ensinar o quê, se elas não sabem o mais elementar, se muitas vezes nem sabem ler e escrever!?

Dirão que só a mulher do baixo povo é tão completamente ignorante, mas o que é certo é que pequeníssimo é o número das mulheres que, embora saibam ler, se preocupem com as questões intelectuais e possam, portanto, ser educadoras dos próprios filhos.

E todos sabem, principalmente os professores, quanto custa ensinar crianças que não tiveram a abrir-lhe o caminho da inteligência, o cultivo amorável da família, principalmente da mãe.

[...]

Mas a triste verdade a confessar, e que é muito para meditar, é que – do milhão de portugueses que sabem ler e escrever a sua língua, apenas um terço são mulheres!

[...]

O que falta no nosso país é a instrução, principalmente a instrução prática que faz progredir um povo. Quando é preciso traçar uma linha férrea, vêm engenheiros do estrangeiro; quando necessitamos dum porto, lá estão as companhias estrangeiras; quando uma cidade quer abastecer-se de água, lá estão os estrangeiros para lha fornecer; quando é preciso montar um arsenal ou uma fábrica, lá estão os especialistas estrangeiros.

Quase tudo o que se faz no nosso país é praticamente dirigido por estrangeiros e estrangeiras. Ainda destas a quantidade não é tão grande, mas lá chegaremos, e quando quisermos utilizar as nossas mulheres em muitos e variados mesteres, que o futuro por força lhes há-de entregar, já não encontraremos lugares vagos.

Não nos deixemos embalar com o sonho do passado; pensemos no futuro, que é o trabalho e a educação.

[...]

Educar a mãe para ser a educadora dos filhos; educar a mulher em geral para viver de si mesma, e para si, quando pertença à enorme legião das que ficam solteiras e portanto, – *sem filhos a educar nem casa a governar*, deve ser um dos nossos mais porfiados empenhos.

É este o verdadeiro feminismo.



John Dewey (Burlington, Vermont, 1859 – Nova Iorque, 1952)

DEWEY, John – *A Escola e a Sociedade*. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.
[1900]

A coisa mais importante a reter, pois, no que diz respeito à introdução na escola de diversas formas de ocupação activa, é que, através destas, toda a essência da escola é renovada. A instituição escolar tem assim a possibilidade de associar-se à vida, de tornar-se uma segunda morada da criança, onde ela aprende através da experiência directa, em vez de ser apenas um local onde decora lições, tendo em vista, numa perspectiva algo abstracta e remota, uma hipotética vivência futura. Isto é, a escola tem a oportunidade de se converter numa comunidade em miniatura, numa sociedade embrionária. Este é o facto fundamental, e dele emerge a instrução enquanto processo contínuo e ordeiro. (p. 26)

[...]

A introdução de ocupações activas, do estudo da natureza, dos rudimentos da ciência, da arte, da história; a relegação do meramente simbólico e formal para uma posição secundária; a mudança na atmosfera moral da escola, na relação entre alunos e professores – na disciplina; a introdução de factores mais activos, expressivos e de autonomia – tudo isto não são meros acidentes, são exigências duma evolução social mais vasta. Falta apenas organizar todos estes factores, avaliá-los na plenitude do seu significado e fazer com que as ideias e ideais envolvidos assumam um controlo pleno e intransigente do nosso sistema escolar. Fazer isto significa transformar cada uma das nossas escolas numa comunidade embrionária, sede de ocupações que reflectam a vida da sociedade no seu todo, impregnada do espírito da arte, da história e da ciência. Quando a escola for capaz de iniciar e exercitar cada um dos novos membros da sociedade na participação numa comunidade tão reduzida, impregnando-os dum espírito de altruísmo e fornecendo-lhes os instrumentos duma autonomia efectiva, teremos a melhor garantia de que a sociedade no seu todo é digna, admirável e harmoniosa. (p. 35)



Adolphe Ferrière (Genebra, 1879 – Genebra, 1960)

As 30 características para conhecer uma *Escola Nova*

Adolphe Ferrière – *30 points qui font une école nouvelle*. 1915.

FERRIÈRE, Adolphe – Préface. In VASCONCELOS, António Faria de – *Une école nouvelle en Belgique*. Paris e Neuchâtel : Delachaux & Niestlé e Librairie Fischabacher, 1915.

As 30 características para conhecer uma Escola Nova. *Educação*. N.ºs 1 e 2 (Julho e Agosto de 1929). Pub. por ALVES, Luís Alberto Marques – República e Educação: dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. III Série, vol. 11 (2010), p. 177-180.

1. A escola nova é um *laboratório de pedagogia prática*. Ela procura desempenhar o papel explorador ou de pioneiro das escolas do Estado, mantendo-se ao corrente da psicologia moderna, nos meios que põe em acção, e das necessidades modernas da vida espiritual e material, nos objectivos que fixa à sua actividade.

2. A escola nova é um *internato*, porque só a influência total do meio no seio do qual a criança se move e cresce permite realizar uma educação plenamente eficaz. O que de modo algum quer dizer que o sistema de internato seja considerado como um ideal a ser aplicado sempre e em toda a parte: longe disso. A influência natural da família, no caso de ser sadia, é preferível à do melhor dos internatos.

3. A escola nova está situada *no campo*, sendo este o meio natural da criança. A influência da natureza, a possibilidade que oferece para se entregar aos divertimentos dos primitivos, os trabalhos dos campos que permite realizar fazem dele o melhor

auxiliar da cultura física e educação moral. Mas, para a cultura intelectual e artística, é desejável a proximidade de uma cidade.

4. A escola nova agrupa os alunos em *casas separadas*, em grupo de dez a quinze alunos sob a direcção material e moral de um educador coadjuvado pela esposa ou por uma colaboradora. Convém que os rapazes não sejam privados de uma influência feminina adulta, nem da atmosfera familiar que os internatos-casernas não conseguem oferecer.

5. A *coeducação* dos sexos, praticada nos internatos e até ao fim dos estudos, deu, em todos os casos em que pode ser aplicada em condições materiais e espirituais favoráveis, resultados morais e intelectuais incomparáveis, tanto para os rapazes como para as raparigas.

6. A escola nova organiza *trabalhos manuais* para todos os alunos, durante pelo menos hora e meia por dia, em geral das 14 às 16 horas, trabalhos obrigatórios que, mais que um objectivo profissional, tenham um objectivo educativo e um fim de utilidade individual ou colectiva.

7. Entre os trabalhos manuais, a *marcenaria* ocupa o primeiro lugar, porque desenvolve a habilidade e a firmeza manuais, o sentido da observação exacta, a sinceridade e o domínio de si. A *cultura da terra* e a *criação de pequenos animais* entram na categoria das actividades ancestrais de que todas as crianças gostam e que deveriam ter ocasião de executar.

8. Ao lado dos trabalhos regulamentados, é dado um lugar aos *trabalhos livres* que desenvolvem os gostos da criança, despertam o seu espírito inventivo e engenho.

9. A cultura do corpo é assegurada pela *ginástica natural*, feita com o corpo nu ou, pelo menos, com o tronco nu, e ainda pelos jogos e desportos.

10. As *viagens*, a pé ou de bicicleta, com *acampamento* em tenda e refeições preparadas pelas próprias crianças, desempenham um papel importante na escola nova. Essas viagens são previamente preparadas e servem de auxiliares ao ensino.

11. Em matéria de educação intelectual, a escola nova procura abrir o espírito por meio de uma *cultura geral* de preferência a uma acumulação de conhecimentos memorizados. O espírito crítico nasce da aplicação do método científico: observação, hipótese, verificação, lei. Um núcleo de áreas obrigatórias realiza a educação integral,

não tanto como instrução enciclopédica, mas como possibilidade de desenvolvimento, por meio da influência do meio e dos livros, de todas as faculdades intelectuais inatas da criança.

12. A cultura geral é completada por uma *especialização*, primeiro espontânea, cultura dos gostos preponderantes de cada criança, e depois sistematizada de modo a desenvolver os interesses e faculdades do adolescente num sentido profissional.

13. O ensino é baseado nos *factos* e nas *experiências*. A aquisição dos conhecimentos resulta de observações pessoais (visitas a fábricas, trabalhos manuais, etc.) ou, na falta disso, de observações de outrem recolhidas nos livros. A teoria segue sempre a prática, nunca a precede.

14. O ensino é, portanto, baseado também na *actividade pessoal* da criança. Isso supõe a associação mais estreita possível ao estudo intelectual do desenho e dos mais diversos trabalhos manuais.

15. O ensino é baseado, além disso, nos *interesses espontâneos* da criança: dos 4 aos 6 anos, idade dos interesses difusos ou idade do jogo; dos 7 aos 9 anos, idade dos interesses ligados aos objectos concretos imediatos; dos 10 aos 12 anos, idade dos interesses especializados concretos ou idade das monografias; dos 13 aos 15 anos, idade dos interesses abstractos empíricos; dos 16 aos 18 anos, idade dos interesses abstractos complexos: psicológicos, sociais, filosóficos. As notícias da escola e do que acontece fora dela dão lugar a lições ocasionais e a discussões, quer entre os grandes quer entre os pequenos, que ocupam na escola nova um lugar de destaque.

16. O *trabalho individual* do aluno consiste numa pesquisa (nos factos, nos livros, nos jornais, etc.) e numa classificação (segundo um quadro lógico adaptado à sua idade) de documentos de todas as espécies, assim como em trabalhos pessoais e na preparação de conferências a fazer na aula.

17. O *trabalho colectivo* consiste numa troca e numa ordenação ou elaboração lógica em comum dos documentos particulares.

18. Na escola nova, o *ensino* propriamente dito limita-se à *parte da manhã* (em geral, das 8 horas ao meio dia). À tarde, durante uma ou duas horas, conforme a idade, das 16,30 às 18 horas, tem lugar o “estudo” pessoal. As crianças com menos de dez anos não têm deveres para fazer sozinhas.

19. Estuda-se *poucas áreas por dia*, uma ou duas apenas. A variedade nasce, não dos assuntos tratados, mas da maneira de tratar os assuntos, sendo postos em funcionamento, alternadamente, diferentes modos de actividade.

20. Estuda-se *poucas áreas por mês* ou por trimestre. Um sistema de cursos, análogo ao que regula o trabalho na Universidade, permite a cada aluno ter o seu horário individual.

21. A educação moral, como a educação intelectual, deve fazer-se, não de fora para dentro, pela autoridade imposta, mas de dentro para fora, pela experiência e pela prática gradual do sentido crítico e da liberdade. Baseando-se neste princípio, algumas escolas novas aplicaram o sistema da *república escolar* (“*self-government*” escolar). A assembleia-geral, formada pelo director, pelos professores, pelos alunos e por vezes mesmo pelo pessoal auxiliar, constitui a direcção efectiva da escola. O código de leis é elaborado por ela. As leis são os meios que tendem a regular o trabalho da comunidade em vista dos fins por ela prosseguidos. Este sistema altamente educativo, quando é realizável, supõe uma influência preponderante do director sobre os “líderes” naturais da pequena república.

22. Na falta do sistema democrático integral, a maioria das escolas novas são constituídas como monarquias constitucionais: os alunos procedem à *eleição dos chefes*, ou prefeitos, que têm uma responsabilidade definida.

23. *Cargos sociais* de todas as espécies podem permitir realizar uma entreaajuda efectiva. Esses cargos para o serviço da comunidade são confiados alternadamente a todos os pequenos cidadãos.

24. Os *prémios* ou sanções positivas consistem em oportunidades dadas aos espíritos criativos para aumentar a sua capacidade criadora. Aplicam-se aos trabalhos livres e desenvolvem deste modo o espírito de iniciativa.

25. Os *castigos* ou sanções negativas estão em correlação directa com a falta cometida. Quer dizer que visam pôr a criança à altura de, por meios apropriados, atingir melhor, no futuro, o objectivo considerado bom que ela atingiu mal ou que não atingiu.

26. A *emulação* tem lugar sobretudo pela comparação feita pela criança entre o seu trabalho presente e o seu trabalho passado, e não exclusivamente pela comparação do seu trabalho com o dos seus companheiros.

27. A escola nova deve ser um *meio de beleza*, como escreveu Ellen Key. A ordem é a primeira condição, o ponto de partida. A arte industrial que se pratica e de que se rodeiam as crianças conduz à arte pura, própria para despertar, nas naturezas de artistas, os sentimentos mais nobres.

28. A *música colectiva*, canto ou orquestra, exerce a mais profunda e mais purificadora influência naqueles que a amam e que a praticam. As emoções que ela cria não deveriam faltar a nenhuma criança.

29. A *educação da consciência moral* consiste principalmente, nas crianças, em narrativas que provocam nelas reacções espontâneas, autênticos juízos de valor que, repetindo-se e acentuando-se, acabam por ligá-las entre si e com os outros. É esse o objectivo da “leitura da noite” da maior parte das escolas novas.

30. A *educação da razão prática* consiste principalmente, nos adolescentes, em reflexões e em estudos sobre as leis naturais do progresso espiritual, individual e social. A maior parte das escolas novas observam uma atitude religiosa não confessional ou interconfessional, que acompanha a tolerância em relação a diferentes ideais, desde que incarnem um esforço em vista do crescimento espiritual do homem.



Maria Montessori (Chiaravalle, Itália, 1870 – Noordwijk aan Zee, Países Baixos, 1952)

MONTESSORI, Maria – *Formação do Homem*. 3.^a ed. Lisboa: Portugália Editora, [s. d.]. [1949]. p. 68-90.

ANALFABETISMO MUNDIAL

A questão do analfabetismo ressurgue hoje com novo vigor como um assunto da atualidade. Não se esgota mais como no passado, na compilação de frias estatísticas ou no desenho de mapas geográficos, sobre percentuais de analfabetos que, em várias proporções, existem ainda nas nações da Europa e da América.

Após a segunda grande guerra, estudou-se os problemas sociais num plano que superava os limites nacionais e o dos continentes que têm uniformidade de raça ou de civilização, estendendo-se a todo o mundo. Uma consequência da guerra é que os povos asiáticos, os orientais, entraram na esfera de interesse dos povos ocidentais, com a consciência clara de que todos os povos do mundo já estão coligados. Alguns acontecimentos históricos, como a independência da Índia e de outros países da Ásia, e ao mesmo tempo o esforço de contribuir para a educação com uma aliança universal no interesse de todos, coloca o problema do analfabetismo entre as grandes questões atuais. O persistir no mundo de centenas de milhares, senão de milhões de analfabetos, enquanto já se difundem em todos os continentes os produtos e os instrumentos da civilização mecânica, constitui um contraste estridente entre o progresso material e o progresso moral dos homens, criando um desequilíbrio universal. De fato, a UNESCO, que estuda a educação também como meio prático e necessário para estabelecer uma maior harmonia entre os povos, coloca em posição proeminente a luta contra o analfabetismo.

O problema da educação não é certamente o do analfabetismo, mas sim um outro problema: o respeito à formação espiritual e a elevação intelectual da humanidade para adaptá-la às novas condições sociais no “novo mundo”, no qual essa

vegeta despreparada e inconsciente. Mas essa educação deve *circular* através do analfabetismo, como as ferrovias circulam através dos trilhos das estradas de ferro.

Na Índia, hoje independente, entre os objetivos mais urgentes, é colocado o da educação do povo.

Ao problema de providenciar alimento para todos segue imediatamente o de criar escolas para crianças, instituições culturais para os adultos e os governos orientais sentem como o analfabetismo é um problema fundamental a ser resolvido.

Problema semelhante apresentou-se há um século e meio atrás, nas nações da Europa e da América. Disseram elas então que era necessário remover gradualmente o analfabetismo e a ignorância, dando a todos o conhecimento chamado pelos ingleses de 3 R: “Reading, Writing, Reckoning”: ler, escrever e [contar], mas sobretudo ler e escrever.

Grandes obstáculos se opuseram logo a estas tentativas pois não havia experiências precedentes que pudessem servir de orientação. Incorreu-se em muitos erros. Os países orientais, pode-se dizer que são afortunados, pois mesmo havendo obstáculos, os erros puderam ser evitados! A experiência feita no Ocidente é para eles de grande valor. O caminho já está traçado e pode-se avançar a grandes passos em direção ao fim desejado.

Na Europa, os erros derivados da inexperiência em realizar rapidamente sobre um plano total a educação infantil, recaíram sobre suas crianças. Eles foram vítimas de uma forma de escravidão ainda não havida na história da humanidade.

Poucos conhecem que o primeiro impulso para realizar esse colossal esforço social veio de uma revolução que deu início a novos tempos na Europa, pois assinalou os princípios das grandes descobertas científicas e o avançado uso das máquinas.

A Revolução Francesa de 1789 apresentou um estranho fenômeno. Entre as selvagens violências de uma insurreição popular, o próprio povo exigiu que entre os *direitos do homem* estivesse o de possuir linguagem mais elevada, isto é, a linguagem escrita. Era um pedido estranho e sem precedentes. Não havia nada a fazer contra a reação do poder opressivo que empobrecia o povo.

O povo não queria somente pão e trabalho como fez depois, segundo os ensinamentos de Marx, nem se limitava a exigir uma mudança nas hierarquias sociais e no governo político, mas reivindicava o direito humano do ser instruído para poder usar também esta arte. II da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, sancionada em 1791: “A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem”: cada cidadão pode, portanto, falar, escrever e publicar livremente. Foi por certo uma das poucas vezes que ao invés de uma diminuição de trabalho, o povo pediu para fazer uma nova aquisição com um esforço que cada indivíduo deveria cumprir por si só, à custa de penosa fadiga.

O pedido nascia de algo bem maior que o desejo de romper as cadeias da tirania. De fato, foram necessários três anos para estabelecer os princípios de uma nova vida social e para abater a monarquia; mas foi necessário um século para estender ao povo o conhecimento da linguagem escrita.

Se bem que o grito de guerra fosse “liberdade”, esta conquista não foi feita através da liberdade, pois se fez necessária a coerção. A realização prática de colossal tarefa não foi atingida pela destruição de uma monarquia que havia desfrutado do povo, mas foi conquista de uma outra monarquia: o primeiro Império Francês. Napoleão, paladino da Revolução Francesa, fortaleceu o povo e, percebendo ser impossível que as velhas condições fossem restabelecidas, levou decisivamente o povo para uma nova vida.

Vê-se então a plebe da França transformada, por seu toque mágico, numa onda que quebra os agulhões seculares. Seu gesto épico deu nascimento à única e verdadeira conquista que até hoje permanece: a elevação do nível intelectual do povo, segundo os *direitos* do homem.

Com o código de Napoleão, a educação obrigatória faz sua primeira aparição nas legislações das Nações. Uma vez que Napoleão impôs o seu código aos povos da Europa, esse princípio de educação conquistou não só a França, mas todo o Império logo após as terríveis destruições da guerra.

A educação obrigatória foi estabelecida em muitos Estados europeus, passando depois à América, e iniciando assim a lenta e difícil tarefa de eliminar o analfabetismo. Todas as nações civis daquele tempo a assumiram.

A educação das massas abre um novo capítulo na história humana que continua a desenvolver-se e a expandir-se. Era uma tarefa que requeria um trabalho mental de cada indivíduo e a tarefa era confiada às crianças.

Nos primeiros anos do século XIX, a criança entrou na História como elemento ativo do progresso da civilização, mas ao mesmo tempo ela aparece como uma vítima. A criança não podia compreender, da mesma forma que o adulto, a necessidade dessa conquista essencial à vida da sociedade. Mobilizada aos seis anos de idade, a infância sentiu só os sofrimentos das prisões e a escravatura de ser forçada a aprender o alfabeto e a arte de escrever: qualquer coisa árida e aborrecida da qual não podia julgar nem a importância nem as vantagens futuras. Relegada aos bancos pesados, impulsionada por castigos, aprendeu sob a coerção, sacrificando não só o seu débil corpo como também sua personalidade.

Assim, sempre aconteceu na penosa história dos homens. Todas as grandes conquistas são obtidas à custa de escravatura. Os grandes monumentos egípcios, a expansão marítima de Roma, tiveram como necessidade primordial o sacrifício de homens, forçados com açoites ao duro e monótono trabalho de transportar blocos de pedra e de mover os remos. Também para esta nova conquista de um grau mais alto

de inteligência, para adquirir o uso universal do ler e escrever, a humanidade teve necessidade de escravos e os escravos foram as crianças.

No princípio do século XX, foi iniciado um movimento para aliviar as condições das crianças condenadas a “estudos forçados”, porém, por mais que se tivesse feito nesse sentido, a criança está ainda hoje longe de ser considerada na plenitude de seus *direitos naturais de homem*.

Não se está ainda suficientemente persuadido de que a criança que estuda na escola é um homem em *potencial*; que seu valor não consiste unicamente em ser o meio de elevar o povo a um nível mais alto de cultura, de atingir os objetivos nacionais, de conseguir as vantagens práticas para a sociedade. Ela possui os “seus próprios valores” e se a humanidade deve ser melhorada a criança deverá ser melhor conhecida, sendo respeitada e ajudada, porque a humanidade permanecerá imperfeita como o é agora se persistirem os diferentes níveis de desenvolvimento e as consequentes desarmonias que não lhe permitem avançar no caminho para o progresso. A sucessão dos infaustos eventos de nossos dias demonstra que é urgente e essencial cultivar as energias humanas.

Nos países onde atualmente a educação obrigatória faz sua primeira aparição, podem ser muito importantes as experiências precedentes, podendo estas partirem de um alto nível. Não é preciso mais considerar a criança como um meio de progresso, como um escravo que sobre suas costas deve acumular o peso do progresso da civilização. A educação deve começar ajudando o desenvolvimento da própria criança e, portanto, como incremento à potencialidade do povo.

As necessidades da criança, as ajudas necessárias para sua vida, devem ser as preocupações fundamentais da educação moderna.

“Necessidades das crianças” não são somente as da vida física. As da inteligência e as da personalidade como homem, são muito mais urgentes e muito mais elevadas. A ignorância é ainda mais fatal ao homem do que a desnutrição e a pobreza.

Muitos pensam que o respeito pela criança e a consideração por sua vida psíquica significa não esforçá-la, isto é, evitar o trabalho mental. Ao contrário! Quando se leva em consideração como base as energias naturais ou, em outras palavras, quando o plano da educação segue psicologia especial do desenvolvimento humano, alcançar-se-á não só um vasto e rápido progresso na cultura mas se realizará também uma intensificação dos valores pessoais.

Os progressos da nossa civilização apoiam-se em bases científicas. A educação, portanto, deve também ser colocada sobre essas bases.

Aprender a ler e escrever é o início da educação obrigatória, o fundamento no qual se baseia e é considerado como um dos muitos objetivos da instrução. É necessário, portanto, que seja distinto de todo o resto da cultura. A posse da arte de

escrever não é uma pura habilidade mas representa a posse de uma forma superior de linguagem que se acrescenta à linguagem natural, completando-se e integrando-se com ela.

[...]

Todas as escolas começam sempre a ensinar a ler e escrever porque a escrita fixa o conhecimento humano, sendo por isso um procedimento lógico. Uma vez que o objetivo da escola é dar conhecimento, é necessário dar às crianças os meios para tornar esses conhecimentos duradouros. Ler e escrever são as chaves que podem abrir as imensas reservas do conhecimento humano, reunidas, fixadas e acumuladas nos livros, com a arte da escrita.

[...]

A cultura em si mesma não deve ser confundida, como disse no princípio, com aprender a ler e a escrever.

A criança de cinco anos não é culta porque possui a linguagem escrita, mas porque é inteligente e pode ter aprendido muitas coisas.

De fato, as nossas crianças, aos seis anos, possuem já muitos conhecimentos sobre biologia, geografia, matemática, que são devidos diretamente ao uso de um material visível e manejável.

[...]

A cultura pode ser transmitida através da palavra, do rádio, e por meio de discos e projeções de filmes cinematográficos. Mas sobretudo *deve-se deixar operar* através de atividades, com a ajuda de materiais que permitam à criança adquirir a cultura por si mesma, impulsionada pela natureza de sua mente que obedece às leis de seu desenvolvimento. Isto demonstra que a cultura é absorvida pela criança através de experiências individuais, com as repetições de exercícios interessantes, para os quais sempre contribui a atividade das mãos, órgãos que cooperam para o desenvolvimento da inteligência.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo – *O Mestre*. Int. e comentários Maria Leonor Xavier. Trad. António Soares Pinheiro. Porto: Porto Editora, 1999.
- ALVES, Luís Alberto Marques – República e Educação: dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. III Série, vol. 11 (2010), p. 177-180.
- ARISTÓTELES – *Política*. Trad. António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.
- BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (dir.) – *Histoire de l'enfance en Occident*. Paris : Seuil, 1998.
- BOWEN, James – *Historia de la Educación Occidental*. Barcelona: Herder, 1992.
- BUESCU, Victor (org.) – *Hespéria: antologia de Cultura Greco-Latina*. Lisboa: Plátano Editora, 1973.
- CAMBI, Franco – *História da Pedagogia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CASTIGLIONE, Baldesar – *O Livro do Cortesão*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Porto: Campo das Letras, 2008.
- CASTILHO, António Feliciano de – *Felicidade pela instrução*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1854.
- Código pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599): regime escolar e curriculum de estudos*. Int., versão portuguesa e notas Margarida Miranda. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.
- Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836: sexta série*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837.
- COMÉNIUS, João Amos – *Didáctica Magna*. Int., trad. e notas Joaquim Ferreira Gomes. 4.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CONDORCET – *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Trad. e apresent. Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston, org. – *Tratado das Ciências Pedagógicas: 2: História da Pedagogia*. São Paulo: C.ª Ed. Nacional, 1977.
- DEUS, João de – *Cartilha maternal ou arte de leitura*. 2.ª ed. correcta e aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
- DEWEY, John – *A Escola e a Sociedade*. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.
- FÉNELON – *De l'éducation des filles*. In *Oeuvres de Fénelon : Seconde Classe : Ouvrages de Morale et de Spiritualité : De l'éducation des filles*. Edition des *Oeuvres complètes*, tome V. Paris : J. Leroux et Jouby; Gaume Frères; Lille : L. Lefort; Besançon : Outhenin-Chalandre Fils, 1851.
- FÉNELON – *Œuvres : I*. Édition établie par Jacques Le Brun. Paris : Éditions Gallimard, 1983.
- FERRIÈRE, Adolphe – Préface. In VASCONCELOS, António Faria de – *Une école nouvelle en Belgique*. Paris e Neuchâtel : Delachaux & Niestlé e Librairie Fischabacher, 1915.
- GAUTHIER, Clermont ; TARDIF, Maurice – *La Pédagogie : théories et pratiques de l'Antiquité à nos jours*. Montréal : Gaëtan Morin éditeur, 1996.

- GILES, Thomas Ransom – *História da Educação*. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária, Ltd.^a, 1987.
- HANNOUN, Hubert – *Anthologie des penseurs de l'éducation*. Paris : PUF, 1995.
- HOMERO – *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2003.
- HOMERO – *Ilíada*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2005.
- HOUSSEY, Jean (dir.) – *Quinze pédagogues : leur influence aujourd'hui*. Paris : Bordas, 2000.
- KANT, Immanuel – *Sobre a Pedagogia*. Trad. João Tiago Proença. Lisboa: Alexandria Editores, 2004.
- LOCKE, John – *Alguns pensamentos sobre a educação*. Trad. Madalena Requixa. Coimbra: Almedina, 2012.
- LUTERO, Martinho – *Obras selecionadas: vol. 5*. Trad. Walter O. Schlupp e Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995.
- MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas: 1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976.
- MONTAIGNE, Michel de – *Ensaio: selecção*. Trad. revista por R. Correia. Lisboa: Amigos do Livro, [197-].
- MONTESSORI, Maria – *Formação do Homem*. 3.^a ed. Lisboa: Portugália Editora, [s. d.].
- NEGRIN FAJARDO, Olegario; VERGARA CIORDIA, Javier – *Historia de la Educación*. 1.^a reimp. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011.
- NÓVOA, António (dir.) – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: ASA, 2003.
- OSÓRIO, Ana de Castro – *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.
- OSÓRIO, Jerónimo – *Da ensinaça e educação do rei*. Trad., int. e anot. A. Guimarães Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- PASTIAUX, Georgette; PASTIAUX, Jean – *La pédagogie*. Paris : Éditions Nathan, 2006.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *Estudos de História da Cultura Clássica: II volume: Cultura Romana*. 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (org. e trad. do original) – *Hélade: antologia da Cultura Grega*. 10.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, S. A., 2009.
- PLATÃO – *Ménon ou da Virtude*. Trad., pref. e notas A. Lobo Vilela. 2.^a ed. Lisboa: Inquérito, [1984].
- PLATÃO – *Protágoras*. Trad. Ana da Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.
- PLATÃO – *A República*. Int., trad. e notas Maria Helena da Rocha Pereira. 9.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- POMBO, Olga (sel., trad. e pref.) – *Quatro textos excêntricos*. Lisboa: Relógio D'água, 2000.
- QUINTILIANO, Marco Fábio – *Institutio Oratoria: livros I e II*. Trad. António Leite Marques e Rosalina Marques. Odivelas: Traduvárius, 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Emílio*. Trad. Pilar Delvaux. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

- TÚCIDIDES – *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. do texto grego, pref. e notas Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2010.
- VASCONCELLOS, José Máximo de Castro Neto Leite – *Collecção Official da Legislação Portuguesa...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.
- VERNEY, Luís António – *Verdadeiro Método de Estudar*. Org. e pref. António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1949-1952.
- XENOFONTE – *Banquete, Apologia de Sócrates*. Trad. do grego, int. e notas Ana Elias Pinheiro. Coimbra: Faculdade de Letras – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.